

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**AS (RE)AÇÕES, INCERTEZAS E PERSPECTIVAS DOS “INVADIDOS” COM A
POLÍTICA DE “PACIFICAÇÃO” DO COMPLEXO DA MANGUEIRINHA**

APRESENTADA POR

LEONARDO GENARO DUTRA

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO Dr. MÁRCIO GRIJÓ VILAROUCA

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**AS (RE)AÇÕES, INCERTEZAS E PERSPECTIVAS DOS “INVADIDOS” COM A
POLÍTICA DE “PACIFICAÇÃO” DO COMPLEXO DA MANGUEIRINHA**

APRESENTADA POR

LEONARDO GENARO DUTRA

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO Dr. MÁRCIO GRIJÓ VILAROUCA

LEONARDO GENARO DUTRA

**AS (RE)AÇÕES, INCERTEZAS E PERSPECTIVAS DOS “INVADIDOS” COM A
POLÍTICA DE “PACIFICAÇÃO” DO COMPLEXO DA MANGUEIRINHA**

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

LEONARDO GENARO DUTRA

**AS (RE)AÇÕES, INCERTEZAS E PERSPECTIVAS DO
'INVADIDOS' COM A POLÍTICA DE 'PACIFICAÇÃO'
DO COMPLEXO DA MANGUEIRINHA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais

Data da defesa: 11/04/2017

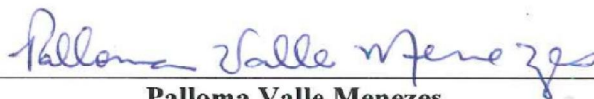
ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO



Márcio Grijó Vilarouca
Orientador (a)



Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos



Palloma Valle Menezes

Dutra, Leonardo Genaro

As (re)ações, incertezas e perspectivas dos "invadidos" com a política de "pacificação" do Complexo da Mangueirinha / Leonardo Genaro Dutra. – 2017. 146 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Márcio Grijó Vilarouca.

Inclui bibliografia.

1. Favelas. 2. Unidades de polícia pacificadora. 3. Policiamento comunitário. 4. Violência urbana. I. Vilarouca, Márcio Grijó. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 307.3364

Dedico esta dissertação a minha mãe
Irailde, *in memoriam*, ao meu irmão
Alexandre, *in memoriam*, ao meu pai
Jary e a minha esposa Roberta.

Agradecimentos

Agradeço a minha esposa Roberta, pelo companheirismo e incentivo nos momentos mais difíceis da minha vida. A elaboração desta dissertação somente foi possível devido a sua compreensão, parceria e amor.

Agradeço a minha querida mãe Irailde, por todo o amor e dedicação que teve comigo ao longo da vida. Apesar de pouca instrução e de uma vida humilde, sempre teve a sabedoria de mostrar que a educação é o melhor caminho para uma formação cidadã. A saudade que sinto, refrescada pela memória, vem acompanhada do seu exemplo de luta e amor pelos filhos.

Também agradeço ao meu irmão Alexandre, pelo amor, companheirismo, amizade e alegria que sempre teve comigo. A saudade que tenho dele e da minha mãe são maiores que o mundo. O tempo que passei com eles ficará guardado para sempre comigo. Vocês são amigos inesquecíveis.

Agradeço ao meu pai Jary, pelo seu amor e apoio que sempre teve na minha vida, principalmente nas minhas escolhas. Sem críticas, apenas palavras de incentivo em tudo que fiz. O seu interesse pelo meu trabalho e pela minha trajetória acadêmica, sem dúvida, são ingredientes fundamentais para enfrentar os obstáculos da vida.

Agradeço ao meu irmão Iury pelo seu apoio em minhas pesquisas de campo. A sua participação e interesse foram fundamentais para o meu trabalho. De maneira gratuita, sempre se colocou pronto para ajudar. Sem o seu auxílio no campo, a tarefa de investigação seria ainda mais árdua.

Também agradeço a todo o suporte, atenção e paciência do meu orientador, professor Márcio Grijó Vilarouca. A maneira como conduziu e sinalizou os possíveis erros da minha pesquisa e dissertação foi impecável. Momentos críticos de preocupação foram suavizados pela maneira como orientou o trabalho. Excelente ouvinte e ainda melhor professor/orientador.

Agradeço também, as professoras Mariana Cavalcanti e Palloma Menezes, pelas inúmeras contribuições para o meu trabalho. As críticas, apontamentos e sugestões que fizeram ao longo do processo de elaboração da minha dissertação, principalmente durante a qualificação, foram essenciais para traçar novos caminhos diante dos desafios da pesquisa etnográfica.

Agradeço aos inúmeros amigos que de alguma forma, direta ou indiretamente, ajudaram, incentivaram e apoiaram através diversos gestos. As conversas sobre o meu tema de pesquisa, as dicas sobre metodologia, ao pronto atendimento dos incansáveis pedidos de leitura dos

rascunhos da dissertação, a compreensão no trabalho estão entre as atitudes demonstradas por eles.

Agradeço ao amigo Marcus Vinícius Knupp, pela ajuda na elaboração do projeto e principalmente pelo tempo dedicado aos bate-papos, aparentemente despreziosos, sobre os assuntos presentes na Dissertação. A sua paciência de ouvinte e as suas infinitas dicas foram fundamentais para a minha retomada acadêmica após alguns anos de letargia.

Agradeço também às professoras Dulce Pandolfi e Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira, pelas diversas contribuições que me deram ao longo de suas aulas. As indicações de leituras e os debates promovidos por elas enriqueceram a minha trajetória acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer a todos os moradores e frequentadores da Manguueirinha que tive algum tipo de contato. Sem mencionar nomes por motivos de segurança, seria impossível fazer uma etnografia sem a ajuda deles.

Agradeço a todos os meus colegas de classe, pelo interesse no meu tema, sugestões de pesquisa e leitura, assim como os enriquecidos debates durante as aulas. A bagagem acadêmica e intelectual em diversas áreas do conhecimento forneceram subsídios importantes para essa dissertação.

Por fim, agradeço aos amigos que fiz nos últimos anos na escola da rede Faetec de Saquarema. A convivência semanal com Fátima Feital, Zilcer Zimmermann, Marcos Aurélio e Roberto Ney e Érica de Jesus, trouxe a minha rotina de trabalho muitas reflexões sobre a possibilidade de retomar os estudos. A amizade e o companheirismo deles foram muito importantes para a continuar seguindo em frente nas minhas pesquisas.

RESUMO

O principal objetivo dessa dissertação é analisar os possíveis efeitos sobre os moradores a partir do processo de "pacificação" no Complexo da Mangueirinha, a única favela "pacificada" fora do perímetro urbano do município do Rio de Janeiro. Localizada na Baixada Fluminense, área com longo histórico de violência, em Duque de Caxias, a UPP Mangueirinha foi inaugurada em fevereiro de 2014, num momento onde não havia mais um consenso de diversos segmentos da sociedade sobre essa política pública de segurança. Através de uma etnografia desse "espaço invisível" foi possível compreender alguns aspectos do processo de "pacificação" a partir da ótica dos moradores, ou seja, como eles avaliam todo o contexto dessa política em pouco mais de três anos de existência.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze the possible effects on the residents from the "pacification" process in the Manguinhos Complex, the only "pacified" slum outside the urban perimeter of the city of Rio de Janeiro. Located in the Baixada Fluminense, an area with a long history of violence, in Duque de Caxias. UPP Manguinhos was inaugurated in February 2014, at a time when there was no consensus among several segments of society about this public security policy. Through an ethnography of this "invisible space" it was possible to understand some aspects of the process of "pacification" from the perspective of the residents, that is, how they evaluate the whole context of this policy in just over three years of existence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A favela como margem e à margem do Estado.....	12
2. A criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro: o fim da Cidade partida?.....	18
3. A geografia do Complexo da Mangueirinha: uma breve descrição socioespacial.....	27
4. “Invasores” e “invadidos”: As relações entre eles com a “pacificação” do Complexo da Mangueirinha.....	34
5. Os primeiros contatos com o campo: uma etnografia de um “espaço invisível”.....	36
I – REVISANDO A LITERATURA SOBRE FAVELA E UPP	42
1. Uma concisa revisão de literatura sobre as favelas.....	42
2. Revisando a literatura sobre as UPPs.....	52
II – AS POSSÍVEIS PEÇAS DO QUEBRA-CABEÇA UPP DA MANGUEIRINHA	66
1. A utilização do capital político da violência no processo de “pacificação” da Mangueirinha.....	66
2. Os interesses econômicos e o efeito de borda.....	72
III– O CLIMA NA FAVELA COM A “PACIFICAÇÃO”	75
1. “Só acreditei quando eu vi com os meus olhos a UPP aqui”.....	75
2. As Geo (grafias) cotidianas dos “invadidos” com a “pacificação”.....	77
3. Como os “invadidos” avaliam o processo de “pacificação” da Mangueirinha.....	82
III – CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
BIBLIOGRAFIA	100

INTRODUÇÃO

1. A favela como margem e à margem do Estado

Na trajetória histórica com mais de 100 anos de existência, as favelas cariocas sempre fizeram parte das margens do Estado (DAS e POOLE, 2004). Essa afirmação pode ser prontamente constatada e exemplificada, ao longo desse período, por meio de diversas ações e discursos que sempre permearam as iniciativas e análises da sociedade civil e dos órgãos Estatais. A compreensão desse processo histórico somente faz sentido quando se compara às variações das modalidades de atuação do Estado em áreas diferentes da cidade. É justamente a desigual maneira de atuação do Estado que gera a ideia de sua ausência (MACHADO DA SILVA, 2013).

É dentro do contexto de reverter esse “vazio institucional” nas favelas, que o Governo do Estado do Rio de Janeiro implementou, a partir de final de 2008, uma política de segurança para essas áreas, pautada na ocupação permanente militarizada, que tempos depois ficou conhecida como política de “pacificação” através de estruturas chamadas de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). O trabalho desenvolvido nessa Dissertação lança um olhar sobre uma UPP em especial, a do Complexo da Mangueirinha, a única na Baixada Fluminense. Porém, não serão deixados de lado o processo histórico que transformou as favelas em margem, assim como o processo histórico de violência do Estado do Rio de Janeiro e as suas inúmeras formas de lidar com o “problema” favela.

Iniciando pelo processo histórico e geográfico, cabe sinalizar que a favela já foi interpretada como um fenômeno de pouca importância e magnitude dentro do contexto de uma “urbanização moderna” que estava sendo implementada no início do século XX na Capital do país, com a chamada reforma urbana Pereira Passos¹. “Até 1930, a favela existe *de facto*, mas não *de jure*. Está presente no tecido urbano, mas ausente das estatísticas e dos mapas da cidade” (ABREU, 1994, p.03). Era considerada uma solução habitacional provisória, que não carecia de grandes preocupações, em que o principal obstáculo à execução do processo de modernização da cidade era o cortiço, considerado um verdadeiro abrigo e foco de grupos marginais, como prostitutas e vagabundos.

Inspirado na reforma urbana do Barão de Haussmann, Prefeito do Departamento do Sena em Paris entre 1853 a 1870, Pereira Passos provocou modificações na paisagem da

¹ Prefeito da cidade do Rio de Janeiro no período 1902-1906.

Capital Federal da época. Assim, a partir da política do “Bota Abaixo” muitos cortiços, como o conhecido Cabeça de Porco, foram destruídos e substituídos por outros elementos da paisagem urbana. A Avenida Central, atual Avenida Rio Branco foi fruto dessas ações. Muitas justificativas foram usadas para legitimar essas práticas, sendo as mais importantes e de maior visibilidade aquelas ligadas às preocupações sanitárias e higienistas. A reforma urbana citada tinha a pretensão de transformar o Rio de Janeiro numa cidade moderna para os padrões da época, tornando a convivência com os cortiços uma característica incompatível com o projeto.

Passada a “fase do menosprezo”, a favela gradativamente vai ganhando a atenção da sociedade e dos Governos, tanto que o Código de Obras da cidade do Rio de Janeiro de 1937 já fazia menção a ela. Entretanto, esse Código ilustra um efeito paradoxal do Direito, pois endossa a ilegalidade das construções em favelas ao mesmo tempo em que a reconhece como uma categoria jurídica (GONÇALVES, 2013).

Essa mudança de posicionamento sobre as favelas, a partir da década de 1940 (ABREU, 1994; BURGOS, 2003; VALLADARES, 2005; MACHADO DA SILVA, 2011), quando o Estado intervém diretamente nesses espaços urbanos, é acompanhada de uma visão desses espaços como um problema. Chamada muitas vezes de “lepra da estética” (VALLADARES, 2005), “foco de doenças e de prostituição”, “fábrica de bandidos”, entre outros rótulos criados por diferentes segmentos da sociedade (mídia, políticos, polícia entre outros), ela sempre foi tratada numa perspectiva de que qualquer intervenção deveria ter a finalidade principal de eliminar esse “quisto social” da paisagem urbana da cidade, principalmente das áreas mais valorizadas.

Alguns dos rótulos citados somente reforçam a ideia de criminalização da pobreza, numa espécie de determinismo geográfico e/ou ecológico. Cunha e Mello (2011) alertam para o fato de que não é uma exclusividade da polícia a visão que relaciona as populações pobres como potenciais bandidos.

“Essa é uma ideia corrente no senso comum e remete à própria representação historicamente construída dos espaços de habitação popular, sempre caracterizados pela informalidade – tantas vezes confundida com a ilegalidade – e, sobretudo, percebidos como locais destituídos de ordem moral, sendo seus moradores permanentemente criminalizados por isso” (CUNHA e MELLO, 2011, p.374).

Merecem destaque, no contexto das políticas públicas em favelas baseadas na criminalização da pobreza, as operações de remoções que ocorreram de forma mais latente a partir da década de 1960 na ocasião dos mandatos dos Governadores do então Estado da Guanabara Carlos Lacerda (1960 a 1965) e Francisco Negrão de Lima (1965 a 1971). As políticas públicas desses governantes era baseada na ideia de que para resolver o “problema favela” era necessário eliminá-la da paisagem urbana da cidade.

Também há relevância nesse conjunto de políticas públicas em favelas, o longo período que o país foi governado por uma Ditadura Civil-Militar (1964-1985), fase que deixou uma herança negativa para os moradores das favelas, não apenas pela continuidade das truculentas e autoritárias remoções, mas também por dismantelar e/ou enfraquecer, em grande parte, os vínculos e as organizações políticas dos chamados excluídos. O Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969 (Lei de Segurança Nacional) teve papel de destaque nesse processo político. Com a justificativa de combater a desordem, os agentes repressores do Estado reprimiam qualquer manifestação política que eles julgassem como uma ameaça subversiva ao seu projeto de poder ou que, no mínimo, questionasse alguma característica do *status quo* vigente. Mais uma vez o lema positivista da bandeira brasileira “Ordem e progresso” se encaixa perfeitamente com as políticas públicas executadas na capital do país, onde o espaço da favela significava justamente o contrário, ou seja, a desordem e o atraso.

Não faltam casos que confirmam as políticas citadas há pouco. Alguns são bastante conhecidos da sociedade carioca que vivenciou esse período histórico. Vários episódios ocorridos nesse ínterim são excelentes exemplos para demonstrar essas práticas. Entre eles destacam-se: o incêndio na favela da praia do Pinto no Leblon, o aniquilamento da favela no Morro da Catacumba na Lagoa, a destruição da favela do Esqueleto, área onde atualmente está instalado o campus Maracanã da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a remoção da favela conhecida como Ilha das Dragas, também localizada no bairro da Lagoa. Esta última, inclusive, teve presente em sua história de remoção o sequestro dos quatro principais dirigentes da Associação de Moradores da favela (GONÇALVES e AMOROSO, 2014), exemplificando uma preocupação de eliminar práticas políticas entre os moradores de favelas e de outras áreas de periferias.

Para realizar a tarefa de remover as favelas da cidade, principalmente dos bairros mais valorizados que estão localizados na Zona Sul, algumas instituições públicas foram criadas. Destaque para a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana

(CHISAM), autarquia do Governo Federal que entre 1968 a 1973, em parceria com o Governo da Guanabara, efetivou o maior programa de remoção de favelas na história da cidade do Rio de Janeiro, tendo removido mais de 175 mil moradores de 62 favelas (remoção total ou parcial) que foram transferidos para conjuntos habitacionais localizados na Zona Norte e Oeste, como por exemplo, a Vila Aliança, Vila Kennedy, Cidade Alta e Cidade de Deus (VALLADARES, 1978). Alguns das designações dadas a esses conjuntos habitacionais revelaram que elas foram, em parte, fruto de investimentos internacionais, principalmente estadunidenses, através de uma política de aliança do Governo dos Estados Unidos para a América Latina nomeada de Aliança para o Progresso.

Além da dor, inúmeros traumas, sofrimentos e inclusive mortes geradas pelas remoções, esses novos conjuntos habitacionais ficavam em bairros distantes do trabalho de muitos removidos ou dos lugares onde havia uma perspectiva melhor para obter algum tipo de renda para sobreviver, localizados de um modo geral no Centro e na Zona Sul do município do Rio de Janeiro. Com uma rede urbana pouco integrada e por outras dificuldades geradas por questões econômicas, grande parte dos novos moradores vendia as casas recebidas com o propósito de retornarem às favelas ainda não removidas (VALLADARES, 1978).

Observa-se no contexto atual, que o fantasma das remoções de favelas continua assombrando a vida de seus moradores, como o caso daqueles que moram na Vila Autódromo e que vem sofrendo com intervenções de agentes da Prefeitura do Rio de Janeiro devido a sua localização próxima ao Parque Olímpico. Azevedo e Faulhaber (2015) mostram que mais de 60 mil pessoas foram removidas em consequência dos projetos implementados para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016. Apesar das críticas e declarações com caráter de desconfiança do então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, essa contabilidade foi extraída através de pesquisas realizadas pelos autores com dados fornecidos pela própria Prefeitura.

Algumas Instituições da sociedade civil, como o Observatório de Favelas², também vêm denunciando que essa prática está mais presente do que nunca na vida dos moradores das favelas do município do Rio. Além disso, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro através do Instituto Pereira Passos (IPP) prevê a transformação de favelas em comunidades

² Criado em 2001, o Observatório é desde 2003 uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Com sede na Maré, no Rio de Janeiro, sua atuação é nacional. Foi fundado por pesquisadores e profissionais oriundos de espaços populares, sendo composto atualmente por trabalhadores de diferentes espaços da cidade. (fonte: <http://observatoriodefavelas.org.br/>)

urbanizadas, o que Ansel (2011) chamou de “a invenção das ex-favelas”. Segundo o IPP, essa transformação urbana ocorre quando essas “ex-favelas” recebem obras de infraestrutura (pavimentação, iluminação entre outras), melhorando as condições de ordenamento territorial. Entretanto, não há critérios claros que identifiquem o momento da passagem de uma categoria para outra (favela para comunidade urbanizada). Continuam dessa forma, as remoções físicas, assim como as simbólicas.

Importante sinalizar que, ao longo de sua história, os moradores das favelas não tiveram uma atitude passiva diante do contexto que se apresentava e que os afligia. Mesmo sendo heterogêneos na forma de pensar e também de agir, os moradores não se limitaram em adotar estratégias pontuais de resistência. Ultrapassaram o estágio de ativismo social, se organizaram e buscaram o protagonismo nas lutas que ocorriam. Dessa forma, surgiram as primeiras Associações de Moradores na década de 1940. Fruto dessa luta, também criaram a União dos Trabalhadores Favelados (UTF) na década seguinte e a Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) na década de 1960, que passou a se chamar FAFERJ (Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro) com a junção dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1974.

Além das instituições do Estado e da plural organização dos moradores, outros segmentos da sociedade também atuaram nos espaços das favelas. É o caso da Igreja Católica, que desenvolveu um amplo programa assistencialista e missionário através da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião. A primeira foi criada em 1947 para oferecer assistência social nas favelas e fazer o controle social das edificações. Já a segunda, criada em 1955, foi uma iniciativa do então arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara. Ela propunha a “urbanização” das favelas cariocas, lembrando que isso não significava a sua consolidação na paisagem urbana da cidade. Sem mergulhar em mais detalhes o fato é que a grande diferença entre a Cruzada São Sebastião e a Fundação Leão XIII ocorreu no âmbito da competência administrativa.

Passado um longo período que incluiu momentos distintos como negação, estranhamento e remoção, a década de 1980 inaugurou “uma nova forma de relacionamento do poder público com as favelas, o que é, via de regra, associado ao governo de Leonel Brizola (1983-1986) no estado do Rio de Janeiro” (PANDOLFI e GRZYNSZPAN, 2002, p.247). Essa nova fase se caracterizou pela aproximação entre gestores públicos com as favelas. Assim, no lugar das remoções, esforços de “urbanização” ocorreram, sendo exemplos

desse período o Projeto Mutirão, um programa municipal, e sua contraparte estadual, Cada Família Um Lote (ambos da década de 1980) e o projeto Favela-Bairro que foi iniciado na gestão do então prefeito do município do Rio de Janeiro Cesar Maia e executado pela Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro entre 1993 e 2000. Porém, a lógica de tratá-las como margem continuou.

Cabe aqui, de maneira sucinta, uma reflexão sobre a construção das margens pelo Estado, como também sobre o papel e as políticas adotadas pelos seus agentes burocráticos. Pensando apenas na dimensão espacial das margens (principalmente as favelas), apesar de compreendê-las em outros aspectos, deve-se considerar que as suas construções não são simplesmente falhas da administração burocrática do Estado. Das e Poole (2004) sinalizam que através das margens o Estado se (re) inventa e se (re) constrói, legitimando a sua presença e necessidade concreta e simbólica de arranjo político da sociedade. Sem grandes pretensões de aprofundar o debate, compete apenas salientar para os possíveis equívocos que podem ser gerados a partir de uma reflexão que interpreta o Estado como uma única via de organização política da sociedade, assim como para aquelas que estabelecem uma dicotomia entre Estado e sociedade. Mesmo num contexto completamente diferente do tema desse trabalho, Holloway (2003) faz uma dura crítica às análises e práticas políticas que compartilham da ideia de um Estado como algo independente da sociedade.

Pensar o Estado através de suas margens ultrapassa a análise de procurá-lo onde ele possivelmente falhou, onde não está, onde é ausente. Permite compreender que, em muitos casos, o ato de Governar pode ser o ato do não fazer ou de se abster. Também permite entender que, muitas vezes, essa “ação” é uma importante característica da potencialidade do Estado, então necessária ao seu refundamento e existência. Contudo, não se deve negligenciar o poder das margens. São fundamentais para a gestão do Estado, mas não são inertes. Elas também contestam. O que pode ser verificado nas mais diversas maneiras e (re) ações dos moradores desses espaços, como por exemplo, nas favelas cariocas.

Torna-se também indispensável, para melhor compreensão da produção das favelas como margens, pontuar alguns mecanismos de gestão pública executados em muitas cidades brasileiras. Eles se desenvolveram baseados num arquétipo urbanístico segregador que classificam as áreas da cidade, criando espaços privilegiados de serviços públicos e outros com carência permanente.

O modelo de gestão comentado é baseado e reforçado por ações que ilustram com clareza as práticas de segregação socioespacial. São elas, por exemplo: as características dos investimentos públicos que favorecem o mercado imobiliário, mas que simultaneamente produzem déficits de moradias; as políticas públicas entre municípios, estados e União que ocorrem de maneira verticalizada, enquanto as relações horizontais entre os municípios pouco se consolidam, gerando isolamentos entre eles e dificuldades de integração; a ausência ou carência de diálogos entre gestores públicos e cidadãos locais, produzindo padrões uniformes de políticas públicas para espaços urbanos diferentes, bem como outras sinalizações de caráter crítico.

2. A criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro: o fim da cidade partida?

No Rio de Janeiro, talvez de forma mais acentuada do que em outros estados do Brasil, a paisagem urbana revela uma segregação socioespacial que, em grande parte, como se sabe, é produto da brutal desigualdade socioeconômica do país, paisagem assim ilustrada por meio do clássico exemplo “o morro e o asfalto”. Apesar da diferenciação entre os espaços citados, não há um isolamento entre eles. Existe um intenso fluxo de pessoas, mercadorias, serviços e informações que conectam essas duas partes da cidade. Isso não significa dizer que as relações de poder entre eles são ausentes e que os sujeitos da “cidade dita formal” (CAVALCANTI, 2013) não exercem esse poder de maneira mais latente. Essa análise, aparentemente simples, é primordial para a compreensão da formação e do dinamismo – econômico e social - das favelas, assim como para as políticas de intervenção, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Mergulhadas no contexto social descrito anteriormente as favelas continuam sendo encaradas como quistos sociais que atrapalham o desenvolvimento da cidade. “No entanto, os atributos que compõem o conteúdo do que é definido como ‘o problema favela’ modificaram-se significativamente a partir dos anos de 1980.” (MENEZES, 2015, p.06). A “violência urbana” é considerada a grande responsável pelas alterações que a favela sofreu no imaginário da população da cidade (MACHADO DA SILVA, 2008). Vários eventos contribuíram para a construção de uma superposição do problema da segurança com o “problema das favelas” (MENEZES, 2015, p.06), entre eles são possíveis citar o aumento do tráfico de drogas e as disputas territoriais travadas nesses espaços por facções criminosas rivais.

Alimentando ainda mais o imaginário da “violência urbana” e de insegurança na cidade, da década de 1980 até os dias atuais, houve um aumento substancial do número de homicídios, roubos e latrocínios, dentre outros casos de criminalidade. Misse (2011) revela que a polícia do Rio de Janeiro registrou um aumento do número de roubos com violência, passando de 263 por 100 mil habitantes (1980) para 830 por 100 mil habitantes (2009). Comenta também que, entre 1980 e 2007, foram assassinadas 200 mil pessoas no estado do Rio, aproximadamente. O autor lembra ainda sobre a existência de “um consenso entre os especialistas de que parte significativa desse aumento relaciona-se ao tráfico de drogas a varejo em favelas e outras áreas urbanas de baixa renda” (MISSE, 2011, p.14).

É mobilizando esse repertório de “violência urbana” que Sérgio Cabral Filho, no final de 2007, é eleito Governador do estado do Rio de Janeiro pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para um mandato de quatro anos (2008-2011) e com possibilidade de uma futura reeleição. Assume o Governo dizendo que o “Rio tem solução”. Convida José Mariano Beltrame para o cargo de Secretário Estadual de Segurança Pública e que, ao integrar a equipe de segurança, adota nos primeiros meses de Governo uma continuidade das políticas anteriores, ou seja, repressão e confronto armado, gerando um aumento da letalidade no estado. A diretriz pautada na esfera imediata da resolução dos conflitos continua vigorando, além da contínua alimentação do mito inatingível de cidade calma e pacata (MACHADO DA SILVA, 2010).

As ações policiais nas favelas que geram a morte de muitos moradores pobres fazem parte de uma ampla disputa política que gera uma representação plural e complexa dos sujeitos envolvidos. Elas ocorrem à sombra de um intenso debate que envolve “deslocamento de significados” (VIANNA, 2015), numa trama onde o legítimo e o ilegítimo, o legal e o ilegal são usados e apropriados de acordo com as circunstâncias sociais desenvolvidas.

Ao longo do processo mencionado surgiram discursos, estratégias e mecanismos, apoiados em muitas situações pela utilização de uma “metáfora da guerra” (LEITE, 2012) naturalizando as mortes em favelas. Práticas que também são apoiadas em termos jurídicos, com a criação do termo auto de resistência e pelas inúmeras controvérsias – simbólicas e políticas - que existem quanto às categorias bandido e trabalhadores são tratadas (ZALUAR, 1999). Categorias que correspondem a uma importante dimensão do imaginário social, onde a construção da identidade do trabalhador ocorre em grande parte em oposição às categorias bandidos e vagabundos.

Ainda no campo referente às possíveis controvérsias existentes entre as categorias bandido e trabalhador, torna-se pertinente mencionar que elas são usadas até mesmo em manifestações contra a violência, principalmente de policiais, pelos moradores de favelas. A imagem a seguir foi uma das inúmeras registradas na manifestação de moradores ocorrida no dia 14 de setembro de 2015 em frente à Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, alguns dias após a morte do adolescente Cristian Andrade, de 13 anos, que foi baleado numa tarde de terça-feira em Manguinhos durante uma incursão policial.



Fonte: www.ebc.com.br/noticias/2015/09/moradores-da-favela-de-manguinhos-fazem-ato-contra-violencia-policia. (Acesso em 10/11/2016)

Mesmo questionando a maneira de agir do aparato policial em favelas, é comum verificar nas manifestações a presença de cartazes, faixas e discursos que criticam os assassinatos das vítimas usando como argumento a categoria trabalhador. Não foram raros os momentos que presenciei ao longo da pesquisa, onde moradores do Complexo da Mangueirinha criticaram as mortes e ações de violência policial a partir da categoria citada.

“Se fosse bandido tudo bem, mas o cara era do bem. Trabalhador. Nem viciado era. No máximo ficava bêbado aqui no campo e logo ia pra casa. É muita sacanagem esculachar trabalhador. Um pai de família levar tapa na cara da polícia enquanto a bandidagem tá comendo solta” (Trecho de uma conversa informal com morador em frente ao campo do tricolor)

Outra possível característica importante no que se refere ao *modus operandi* das políticas de segurança pública nas favelas, pautada na repressão policial às facções criminosas

e nos rotineiros enfrentamentos entre policiais e traficantes, talvez seja a ocorrência de uma profunda reorganização do mundo do crime. A capitalização gerada pelo varejo de drogas, principalmente a cocaína nas últimas décadas, proporcionou a aquisição de equipamentos modernos, como binóculos e rádios transmissores e materiais bélicos normalmente utilizadas em guerras e que seriam de uso exclusivo das forças armadas como fuzis, granadas e metralhadoras.

A aquisição de um poderoso aparato militar pelos traficantes ilustra a necessidade de salvaguardar os seus territórios usados como pontos de venda de varejo de drogas. Essa proteção é indispensável não apenas devido às esporádicas incursões policiais, mas principalmente para se defender de grupos rivais que cobiçam essas áreas devido aos vultosos lucros originados pela venda, especialmente de cocaína. É a partir desse contexto que se desenvolveu “uma trama complexa de relações econômicas e políticas entre comunidades, traficantes e Estado” (LEEDS, 2003, p. 235), produzindo efeitos diversos, mas sobretudo a presença e a ausência seletiva do Estado (LEEDS, 2003). Presença que se traduz essencialmente através da repressão e ações violentas aos moradores de favelas e outras áreas periféricas.

É dentro dessa esfera de imobilidade e de ações do Estado que se mostraram estereis na resolução dos problemas de “violência urbana” que a partir de novembro de 2008 as ações estatais nas favelas se modificam. Isso advém da ocupação do Morro Santa Marta e, posteriormente, da Cidade de Deus. Nesse instante ainda não há a UPP, nem como política e nem como marca. Não se sabia ao certo que estratégias e procedimentos seriam adotados, com exceção do caráter permanente da polícia na ocupação do território. Era um período de indeterminações (MENEZES, 2015) geradas por uma crise que vinha se arrastando por um longo tempo. E como em toda crise, não há momento mais apropriado para gerar rupturas e buscar novos caminhos e possibilidades.

Assim, nasce em doses homeopáticas a política de “pacificação”, onde o Secretário Estadual de Segurança José Mariano Beltrame conta que as UPPs são o resultado de:

“...um pouco das experiências anteriores, das conversas de almoço, da urgência de novas soluções, do talento da equipe e até mesmo da sorte. [...] Não houve algo sistematizado. Aguardávamos uma janela de oportunidades, que surgiu antes mesmo que tudo estivesse perfeitamente organizado. (2014, p.15).

Para subsidiar a implementação dessa política, o Governador Sérgio Cabral e o Secretário Estadual de Segurança visitaram a Colômbia em março de 2007 para tomar conhecimento com as políticas adotadas por esse país. Cidades como Bogotá e Medellín conseguiram reduzir a criminalidade em pouco mais de uma década através de várias políticas públicas que envolveram medidas de qualificação dos policiais, desarmamento da população, aumento da autoestima e a construção da noção de cidadania dos moradores de áreas periféricas. Os projetos “cultura cidadã” e “Casa da Justiça” exemplificam algumas dessas políticas implementadas por nosso vizinho sul-americano conhecido mundialmente pelos cartéis de cocaína e que geraram bons resultados.

Foi nesse ambiente que, em 19 dezembro de 2008, foi inaugurada no Estado do Rio de Janeiro a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), instalada no Morro Santa Marta, localizado na Zona Sul da cidade, no bairro de Botafogo. A ocupação, vocabulário utilizado pela polícia militar, foi feita pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE) que permaneceu na favela até a entrada de 125 policiais sob o comando da Capitã Priscilla Azevedo (CUNHA e MELLO, 2011). Na época, o então Governador do estado fez uma declaração, divulgada por diversos meios de comunicação e pelos mais importantes grupos midiáticos do país, onde ressaltava a importância dessa política pública para “o fim da cidade partida”. Mais uma vez a história parecia se repetir, pelo menos no que se refere à utilização da categoria socioespacial favela para justificar como legítimas as ações do Estado, semelhante a ecos do passado onde os discursos são utilizados como instrumentos retóricos que transformaram essas políticas de intervenção em verdadeiros espetáculos.

Não caberá aqui e nem seria prudente avaliar as políticas de segurança pública, tanto aquelas ligadas às UPPs quanto as anteriores, sob uma lógica permeada a partir de uma síntese binária, do tipo bom ou ruim (MACHADO DA SILVA, 2010), mas é fundamental refletir que qualquer política de segurança que ignore possíveis negociações dos diversos atores envolvidos, o reconhecimento de seus interesses e a possibilidade de gerar regras que podem ser compartilhadas, podem proporcionar futuros equívocos nas decisões. A prática de controle da “violência urbana” não pode limitar a participação dos moradores do debate público, principalmente aqueles que residem nas favelas e por isso, lidam a todo instante com essas situações.

O conceito aludido pelo Governador Sérgio Cabral – cidade partida – ainda hoje é amplamente utilizado por vários setores da Sociedade Civil, órgãos e gestores públicos. A sua

disseminação tem origem, principalmente, a partir de 1994, quando foi lançado o livro homônimo do jornalista Zuenir Ventura. É possível afirmar, em certa medida, que a referência ao conceito teve o objetivo de demonstrar que estava tendo início uma política pública que promoveria uma nova configuração espacial na cidade e no estado, onde as “duas cidades” seriam integradas.

Segundo dados do site oficial das UPPs³, atualmente existem 38 Unidades de Polícia Pacificadora instaladas no estado, beneficiando cerca de 1,5 milhão de pessoas em 264 territórios, numa área total de 9.446.047m², tendo um efetivo de quase 10 mil policiais distribuídos entre elas. A distribuição do número de policiais em cada Unidade não é homogêneo e depende de um conjunto de características de cada território de atuação, como o tamanho da área, o número de moradores, por exemplo.

Em termos qualitativos é relevante informar que a maioria dos policiais que foram alocados para as UPPs consiste em recém formados, objetivando claramente evitar a reprodução em áreas “pacificadas” de práticas consideradas não adequadas e adotadas por determinados policiais que possuem esse ofício há algum tempo. Muitas dessas práticas são notoriamente conhecidas da sociedade civil, como o arrego dos traficantes, ou seja, o suborno cobrado pelos policiais para a permissão do funcionamento dos pontos de venda de varejo de drogas. Segundo Grillo:

“As redes do tráfico das favelas apostam na visibilidade para facilitar a identificação dos pontos de venda pelos consumidores, que não são apenas conhecidos, mas também estranhos que procuram as “bocas” para comprar drogas, estabelecendo relações estritamente comerciais. A dimensão territorial ganha, então, uma enorme importância, de modo que os traficantes passam a disputar os territórios para a venda entre si e ainda precisam defendê-los da polícia que, sabendo localizá-los, cobram o “arrego” (suborno) para não as invadirem em combate armado”. (2008, p.132)

Em relação às questões referentes à operacionalidade, a política pública de “pacificação” consiste basicamente na ocupação territorial por agentes do governo, principalmente a polícia militar. Ela é aplicada em áreas onde o comércio varejista de drogas ilegais (executado por traficantes fortemente armados) e as tentativas de controle desse comércio por grupos rivais com o uso da violência letal, são práticas rotineiras no cotidiano

³ (fonte: <http://www.upprj.com/>. Acesso em 03/11/2015)

dos seus moradores. Compete citar que a efetivação das UPPs é herdeira de outras experiências, tanto no exterior (como o caso já mencionado de Bogotá e Medellín na Colômbia), quanto no Rio de Janeiro através dos Postos de Policiamento Comunitário (PPC), do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), o Mutirão pela Paz, entre outras iniciativas.

Algumas das experiências anteriores à “pacificação”, como o GPAE, foram fundamentais. Além do acúmulo relativo às experiências práticas, Soares (2000) menciona a importância dessas políticas para a construção de um modelo de segurança pública que valoriza a eficácia policial de uma forma totalmente compatível com o respeito aos direitos humanos. A execução dessa “terceira via” (SOARES, 2000) não é uma tarefa fácil, porém revela-se como um caminho possível na busca por um desenvolvimento social integrado.

Uma das especificidades das Unidades de Polícia Pacificadora, comparada com outras intervenções públicas nas favelas, é a ocupação militarizada do território, onde o Estado “está focado em um exercício específico de produção de territorialidade, enquanto modo de produção de um território e controle da circulação” (BARBOSA, 2012, p.04). Para justificar e legitimar as suas ações, o Estado remete-se a temas amplamente debatidos pela sociedade civil, como por exemplo, a segurança pública e o uso corrente da violência por facções criminosas. Também evoca uma narrativa de “preenchimento de áreas” supostamente ausentes do Estado, que a partir de então ocuparia um vácuo de poder. A semelhança dessa política com outras já mencionadas, remete a uma lógica onde a principal função dos aparelhos estatais é a de ter um papel que cria, em parte da sociedade, um sentimento de uma espécie de Estado Redentor.

Desde a inauguração da primeira Unidade de Polícia Pacificadora no final de 2008, muitos trabalhos foram elaborados, abordando diversos aspectos dessa política pública. Os interesses de vários segmentos da sociedade Civil, a necessidade de um permanente acompanhamento das experiências e a extrema relevância social que é demonstrada e dada pelos inúmeros canais de comunicação, prontamente justificam a continuidade das pesquisas sobre esse tema e aqueles relacionados. É o que lembra Barbosa (2012, p.02) quando diz:

“Podemos elevar o tom e dizer que, desde a reforma urbana e sanitária do prefeito Pereira Passos (com o “bota-abaixo” dos cortiços e moradias pobres no centro da cidade, no início do século XX) e a remoção das favelas durante os anos de 1960 e

1970, são poucas as ações governamentais que tiveram tanto impacto na vida dos moradores da cidade”.

Apesar da importância citada em relação ao processo de “pacificação”, a instalação da 37ª UPP (Complexo da Manguinhos) chamou a atenção devido a uma característica peculiar que a diferencia das demais. Ela está localizada no município de Duque de Caxias, sendo a única instalada até o momento na Baixada Fluminense⁴ e que, apesar de fazer parte da Região Metropolitana do estado, está fora do perímetro do município do Rio de Janeiro. Sabe-se que a geografia das UPPs tem múltiplas motivações, como por exemplo, os eventos esportivos de abrangência internacional (Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro em 2016), a pressão de grande parte da elite carioca residente em bairros da Zona Sul da cidade, o mercado imobiliário e até o seu uso como moeda política, devido a um relativo prestígio que alcançou até bem pouco tempo. Então, por que o Governo aplicou uma nova geograficidade para a instalação dessa UPP? Seria um *ponto fora da curva*?

Apesar das dificuldades em responder as perguntas citadas no parágrafo anterior, as pesquisas realizadas possibilitaram enxergar caminhos que, pelo menos forneceram pistas para melhor entender o contexto apresentado. Saindo da esfera das hipóteses, é possível afirmar que não há uma única resposta. Compreender o processo de “pacificação” do Complexo da Manguinhos exige uma interpretação que dialogue com um conjunto de aspectos políticos, econômicos e sociais. Um dos objetivos desse trabalho foi procurar as inúmeras peças desse complexo “quebra-cabeça” e tentar montá-lo.

Com pouco mais de três anos de vida – inaugurada no dia 7 de fevereiro de 2014 – a UPP do Complexo da Manguinhos raramente aparece nos noticiários, assim como é possível arriscar que não é alvo privilegiado de pesquisas, debates acadêmicos e estudos científicos. Na cerimônia de inauguração o Secretário Estadual de Segurança Pública José Mariano Beltrame disse que “a UPP do Complexo da Manguinhos tem tudo para ser um exemplo

⁴ Segundo Alves (2002, p.148) “o termo Baixada Fluminense realiza uma fusão entre o geográfico e o social. Inicialmente definia a região que fica entre o litoral e a Serra do Mar, no estado do Rio de Janeiro, formada por relevo de baixas planícies, muitas delas inundáveis, que se estendia do município de Itaguaí ao de Campos, no norte do estado. Posteriormente, na década de 70, a partir dos inúmeros casos de assassinatos ocorridos na região à oeste da cidade do Rio de Janeiro, oito municípios passaram a ser definidos por este termo, identificando mais o aspecto da violência.” Os municípios referidos são: Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Japeri, Queimados e Mesquita.

para as demais.”.⁵ Apesar de também mencionar nesse evento que logo após a instalação da Companhia Destacada já dava para perceber mudanças, como ruas que foram asfaltadas, áreas de lazer reconstruídas e que as crianças voltaram à escola. Todavia, Beltrame não detalhou como essa UPP poderia constituir um possível exemplo para o processo de “pacificação”.

Vale destacar uma curiosidade identificada no site oficial da UPP⁶. Nele é possível obter informações básicas sobre todas as Unidades de Polícia Pacificadora, como eventos, localização, data da criação, nome do Comandante entre outras. O fato curioso é que entre todas as Unidades a do Complexo da Mangueirinha é a única que não informa o seu telefone, como mostra imagem abaixo.

POR DENTRO DAS COMUNIDADES

SELECIONE UMA UPP

ACONTECE LOCALIZAÇÃO AGENDA FOTOS VÍDEOS HISTÓRIAS INFORMAÇÕES VISITAS ORGANIZADAS

Batan

Mangueirinha
Bairro: Centenário
Data de criação: 07/02/14
Telefone: 000-000
Comandante: Capitão Bruno Leite

Informações
Localização
Fotos
Histórias

Manguinhos
Bairro: Manguinhos
Data de criação: 16/01/13
Telefone: 2332-2208/2332-2271
Comandante: Capitão César Augusto Chaves Machado

CONTE A SUA HISTÓRIA FALE COM A UPP

O episódio de não apresentar o número de telefone pode ser interpretado por muitos segmentos da sociedade Civil e Gestores públicos como algo irrelevante e que uma possível crítica a essa situação é mero detalhismo diante de todas as modificações que a 37ª UPP pode proporcionar. Sendo um descaso ou uma simples falha daqueles que administram o site, a crítica torna-se pertinente uma vez que José Mariano Beltrame creditou nessa Unidade de Polícia Pacificadora um futuro exemplo para as demais Unidades.

⁵ Fonte: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/primeira-upp-da-baixada-fluminense-inaugurada-no-complexo-da-mangueirinha-em-caxias-11541191.html>. (Acesso em 03/11/2015).

⁶ Fonte: <http://www.upprj.com/>. (Acesso em 05/01/2016)

3. A geografia do Complexo da Mangueirinha: uma breve descrição socioespacial

Segundo o site oficial da UPP o Complexo da Mangueirinha compreende uma área de 3800m² atendendo as seguintes comunidades⁷: Mangueirinha, Pedra do Sapo (ou Morro da Telefônica ou Morro do Sapo), Corte 8, Santuário e Centenário, possuindo uma população estimada de 21.415 moradores.

Importante salientar que apesar de características e vínculos comuns existentes entre as comunidades que compõem o Complexo da Mangueirinha, elas possuem especificidades próprias, caracterizando paisagens bastante heterogêneas. No Morro do Sapo por exemplo, onde encontra-se a sede da UPP, a topografia é bastante acidentada, ainda possuindo áreas de vegetação e espaços desocupados de um lado da encosta. Devido ao relevo, muitas ruas possuem um formato sinuoso e estreito. Esse fato impossibilita que em alguns trechos dessas ruas circule mais de um veículo. Foi no Morro do Sapo e em algumas áreas da Mangueirinha que foram observadas as habitações mais simples e que possuem os aluguéis mais baratos do conjunto de favelas. Também há no Sapo, como muitos moradores gostam de chamar, uma creche municipal, dois pequenos campos de futebol de grama sintética e a sede da associação de moradores do Morro.

Entre as favelas que compõem o Complexo da Mangueirinha, o Morro do Sapo é aquele de maior altitude e com o relevo mais escarpado. É nele que está instalado uma grande antena de telefonia, o que gerou outra denominação à favela (Morro da Telefônica). No seu topo, como já citado, está a sede da UPP, a antiga Companhia Destacada que foi reformada pela Prefeitura do município. Esse aspecto topográfico permite alegar que a questão da visibilidade da UPP não foi menosprezada, independentemente de outros fatores responsáveis pela escolha. Essa característica gera visões sob prismas diferentes, ou seja, dos policiais em relação às favelas, dos moradores em relação à sede da UPP e também de pessoas que moram ou transitam pelos bairros circunvizinhos.

Apenas para se ter uma ideia da visibilidade da paisagem, no topo do Morro do Sapo é possível ter uma visão panorâmica para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com

⁷ Utilizo nesse parágrafo a expressão comunidade apesar de não achá-la adequada para a identificação de favelas ou bairros periféricos do Brasil, pois entre outras coisas o conceito dá uma ideia de um espaço socioeconômico homogêneo em áreas extremamente complexas e heterogêneas em termos sociais e econômicos. A opção apenas respeita a fonte utilizada.

destaques para a vista do Aeroporto Internacional Tom Jobim, a Igreja da Penha, Corcovado, Pão de Açúcar, Ponte Rio-Niterói, entre outras. Também é admissível avistar áreas da Região Serrana do Rio de Janeiro, com destaque para a cidade de Petrópolis e a Serra dos Órgãos com o seu mais conhecido cartão postal, o Dedo de Deus.

É possível arriscar que a Mangueirinha junto com o Centenário são as áreas mais dinâmicas em termos sociais e econômicos desse conjunto de favelas. São nesses dois lugares que estão grande parte do comércio e a oferta de prestação de serviços locais. Também é a área onde semanalmente às quartas-feiras ocorre a feira de legumes e frutas. O perímetro dessas duas favelas é constituído de mercados, farmácias, bares, lanchonetes, loja de fotografia, banco 24 horas e uma escola municipal (Escola Municipal Hermínia Caldas). Devido a esse dinamismo, há regularmente a oferta de transporte público rodoviário, através da Auto Viação Reginas com a linha de número 17 (Variante-Periquito) que passa pelas duas principais vias do Centenário, as ruas Saldanha Marinho e José Freire de Lima, fazendo a principal ligação viária para o Centro do Município e alguns bairros vizinhos.

Importante salientar que no Centenário encontra-se a área de lazer mais conhecida da região e uma das mais tradicionais do município de Duque de Caxias, o popularmente chamado campo do Tricolor⁸. Esse campo de futebol com dimensões consideradas semioficiais passou por uma ampla reforma há alguns anos, onde foram colocadas uma cerca de contenção, a transformação da cobertura de areia em grama sintética, assim como calçamento, vestiários, a construção de bancos e mesas e a instalação de alguns brinquedos e aparelhos de musculação. Foi nos arredores do campo do Tricolor que em muitas ocasiões, através de simples conversas informais, obtive informações valiosas para a minha pesquisa. A seguir está uma imagem corriqueira do campo do Tricolor recebendo uma partida de futebol numa tarde de domingo.

⁸ No início da década de 1990 disputei algumas partidas de futebol no campo do Tricolor, pelo campeonato caxiense pela categoria infantil. Após os jogos, eu, meu pai e meu irmão mais velho Alexandre ficávamos nos bares em frente ao campo conversando com outros atletas, familiares e frequentadores. Essa prática tornou-se uma rotina aos domingos durante muitos anos, mesmo após o término do campeonato. Coincidentemente eu e meu pai reencontramos dois velhos amigos daquela época, numa visita ocorrida em dezembro de 2016. Um desses amigos, que mora há mais de 40 anos na Mangueirinha foi fundamental para as análises da vida na favela a partir da “pacificação”.



Fonte: Foto retirada por Yuri Dutra em novembro de 2016

Outro aspecto importante observado na paisagem da Manguoeirinha é a grande concentração de residências gerada a partir da verticalização das construções, configurando uma relevante densidade demográfica, ou seja, uma elevada concentração de pessoas numa determinada extensão territorial.

Embora não seja um aspecto inédito, em que é notória a presença dessa característica urbana em outras favelas do estado do Rio de Janeiro, assim como em outras áreas urbanas do Brasil, a verticalização em favelas não está ligada apenas aos processos de valorização do espaço urbano e à especulação imobiliária, como ocorre principalmente em áreas nobres das cidades. As redes urbanas integradas parcialmente nas cidades brasileiras, o transporte público deficitário, a carência de moradias, a concentração de emprego e renda em determinados locais e a possibilidade de obtenção de alguma renda, fazem parte de um amplo conjunto de aspectos socioeconômicos que subsidiam a compreensão de fenômenos popularmente conhecidos como “puxadinho” e “venda da laje” em favelas. O relato sobre a verticalização da favela da Manguoeirinha se justifica, entre outras coisas, devido à ocorrência mais acentuada nessa área dos fenômenos citados, em relação às demais favelas do Complexo. A imagem a seguir fornece uma noção dessa característica.



Fonte: Foto retirada por Yuri Dutra em novembro de 2016

Empiricamente percebe-se que as favelas do Santuário e do Corte 8 são aquelas de maior extensão territorial entre as demais favelas que compõem o Complexo da Mangueirinha. Também são aquelas que possuem uma maior parcela de áreas com topografia plana.

É possível citar que no Santuário e no Corte 8 há um maior número de residências com um padrão de construção mais bem acabados em relação às demais favelas citadas. Também há um elevado número de ruas com traçados retangulares e dimensões que permitem a circulação viária de automóveis e ônibus. Assim como nas demais, há pequenos comércios, áreas de lazer e escolas, destacando-se o *campus* de Duque de Caxias do tradicional Colégio Pedro II, localizado próximo a um dos acessos do Santuário e também do Corte 8.

Outro aspecto importante, especificamente sobre o Corte 8, é a passagem da linha férrea que liga o município de Duque de Caxias à Central do Brasil. Nesse trecho, os trens não se restringem apenas em dividir a área referida em duas partes, pois há uma estação de

embarque e desembarque de passageiros (Estação Corte 8). Essa peculiaridade tem uma grande influência na circulação viária dos moradores, pois ao mesmo tempo que separa espaços tão próximos, permite a ligação com bairros distantes e com o centro econômico do estado do Rio de Janeiro. A imagem a seguir ilustra essa característica espacial.



Fonte: Imagem retirada do site <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. (Acesso 05 de março de 2017). Foto de Shana Reis, 2013.

Além das informações descritas sobre as favelas que compõem o Complexo da Mangueirinha, cabe uma breve análise sobre as áreas circunvizinhas, ou seja, aquelas que estão num raio de 2 Km da área “pacificada”. São inúmeros bairros, como por exemplo, Sumaré, Gramacho, Vilar dos Teles, Jardim Metrópole, Jardim Sumaré, Parque Araruama, Venda Velha, Jardim Olavo Bilac, Gláucia, Santa Tereza, Bar dos Cavalheiros, Periquitos, Vila São José, Parque Fluminense, São Bento, Parque Sarapuí, Parque Duque de Caxias, Jardim 25 de Agosto, Centro, Dr. Laureano e Vila São Luís.

Em relação aos bairros citados no parágrafo anterior (considerados bairros vizinhos), algumas considerações devem ser sinalizadas, objetivando uma melhor compreensão espacial. Entre elas, é possível citar que alguns dos bairros mencionados, como Parque Araruama,

Sumaré e Vilar dos Teles estão localizados no município vizinho de São João de Meriti. Também nessa área encontra-se o Centro do município de Duque de Caxias onde está situada a Câmara Municipal e onde se concentra grande parte do setor financeiro e comercial da cidade.

Ainda sobre a referida área, encontra-se localizado o bairro Jardim 25 de Agosto (popularmente chamado de 25). Ele é considerado o lugar que acolhe a maior parcela dos habitantes com os maiores níveis de renda do município de Duque de Caxias, que residem em edifícios residenciais de classe média. Também abriga a maior Universidade privada do município, a Universidade do Grande Rio (Unigranrio), diversos cursos de idiomas, como Cultura Inglesa, CCAA entre outros, a 59ª Delegacia de polícia, o Fórum, assim como hospitais, clínicas e diversos restaurantes.

As características descritas de alguns bairros vizinhos à UPP do Complexo da Mangueirinha fazem parte de uma das peças do “quebra-cabeça” mencionado, incorporado ao fenômeno analisado aqui como um “efeito de borda” da UPP. Esse assunto será retomado na segunda parte desse trabalho.

Como já foi mencionado, a área do Complexo da Mangueirinha está localizada em Duque de Caxias (município da Baixada Fluminense fundado em 31 de dezembro de 1943), que corresponde a uma significativa área da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Com uma área de 467,62 km² e uma população estimada (2015) de 882.729 mil habitantes⁹ (uma das maiores do estado), o município possui um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,711¹⁰ e gera um PIB (Produto Interno Bruto) que ultrapassa os 20 bilhões de reais por ano, ficando atrás apenas do PIB do município do Rio de Janeiro dentro do estado.

Apesar de ter um PIB que se destaca no cenário econômico do estado e até mesmo do país, fomentado pela presença de várias indústrias (Texaco, Shell, Esso, Ipiranga, White Martins, IBF, Transportes Carvalhão, Sadia, Ciferal entre outras), por uma Refinaria da Petrobras (REDUC) e por diversas atividades comerciais e de serviços, Duque de Caxias não apresenta uma realidade diferente de muitos outros municípios do Brasil. O crescimento econômico e a concentração de renda são acompanhadas por uma série de problemas sociais,

⁹ Fonte: www.ibge.gov.br. Acesso em 03/01/2016.

¹⁰ Fonte: www.ibge.gov.br. Acesso em 05/01/2016.

Região metropolitana do Rio de Janeiro, inclusive em favelas, cabe uma reflexão do potencial do uso político da área que abriga o Complexo da Mangueirinha. O município de Duque de Caxias, que está entre os 20 maiores colégios eleitorais do país, com cerca de 620 mil eleitores em 2014 (ano da inauguração da UPP do Complexo da Mangueirinha) divididos em 10 zonas eleitorais¹². Entre essas zonas, algumas, como as 77^a, 78^a e 194^a encontram-se em áreas de bairros localizados no perímetro do conjunto de favelas (Centenário, Corte 8, Copacabana, Jardim Leal entre outros) e outras em bairros vizinhos, zonas 103^a e 200^a, que possuem seções localizadas em alguns bairros mencionados anteriormente, como o Centro e Jardim 25 de Agosto.

4. “Invasores” e “invadidos”¹³: As relações entre eles com a “pacificação” da Mangueirinha

As favelas que compõem o Complexo da Mangueirinha, assim como as demais favelas cariocas, correspondem a um “espaço no qual a territorialização¹⁴ das relações sociais é largamente mediada pela violência” (CAVALCANTI, 2013, p.07). Essa conjuntura gera circunstâncias onde os moradores e traficantes – considerados aqui como os “invadidos” - vivenciem em seus cotidianos um mundo mergulhado de incertezas.

Com o desenvolvimento da política de “pacificação” através das UPPs, as incertezas não sumiram, apenas foram substituídas por outras. Elas são (re) alimentadas com frequência através de rumores e questionamentos dos “invadidos” como por exemplo: como modificar a imagem, perante os moradores, dos policiais – considerado aqui como invasores - que

¹² Dados retirados do site do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-municipio-zona). Acesso em 10 de julho de 2016.

¹³ Os termos invasores e invadidos foram retirados da Tese de Doutorado de Palloma Menezes com o título *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas*. Eles apenas refletem a condição concreta/simbólica que moradores e policiais vivenciam em favelas “pacificadas”. Não se pretende aqui usar os termos para identificar ou classificar os atores sociais citados como vítimas ou réus nesse contexto.

¹⁴ Há um intenso e longo debate na Geografia envolvendo a questão do território, pois é considerado um dos conceitos-chave dessa Ciência. Entretanto, a finalidade que cabe nessa Dissertação é explicar de maneira sucinta que esse conceito está diretamente relacionado a determinadas práticas sociais moldadas por relações de poder, onde os diversos atores envolvidos nessa trama social possuem um sentimento de pertencimento e de posse desses espaços, gerando práticas de apropriações e/ou interesses (concretos/simbólicos) e consequentemente possíveis conflitos.

esporadicamente entravam no morro atirando e que agora permanecem como agentes de suposta pacificação? Como acreditar que a UPP não é mais uma política de Governo com caráter provisório? Caminhos para interpretar essas e outras questões, envolvendo “invasores” e “invadidos”, podem ser traçados com base nos rumores dos “invadidos” (MENEZES, 2014), principalmente aqueles produzidos pelos moradores.

Nessa dissertação serão analisados alguns impactos fomentados a partir da relação de poder entre os “invadidos” e “invasores”. Os objetivos da pesquisa etnográfica foi tentar compreender como esses atores convivem com os rumores e incertezas a partir da “pacificação”, como funcionam as estratégias de aproximação e evitamento, de normatização de comportamentos, bem como as perspectivas e os conflitos gerados a partir dessas novas configurações. Em suma, pretende-se fazer uma espécie de leitura do “clima da favela” (CAVALCANTI, 2014) com a chegada e a permanência da UPP especificamente no Complexo da Mangueirinha.

Para analisar os temas mencionados que envolvem o processo de “pacificação” do Complexo da Mangueirinha a metodologia será baseada em observações realizadas ao longo dos anos de 2015, 2016 e início de 2017. A compreensão das práticas cotidianas dos “invadidos” a partir da UPP é a principal preocupação desse estudo etnográfico. Adiante, menciono as primeiras experiências na fase inicial do contato com o objeto de pesquisa.

Além das observações e das inúmeras conversas informais, também foram realizadas algumas entrevistas em profundidade com moradores, que por meio de um questionário com perguntas pré-estabelecidas geraram um valioso material sobre a vida na favela com a “pacificação”. Todas as práticas empíricas citadas, que constantemente dialogavam entre si, formaram o principal arcabouço metodológico da pesquisa.

Em relação aos policiais, cabe mencionar que a ideia inicial era incluí-los na pesquisa empírica, também através de entrevistas. Essa fase da pesquisa seria realizada intencionalmente na parte final do trabalho, evitando desta forma o surgimento de possíveis dificuldades, principalmente eventuais atitudes de desconfiança e de rejeição em relação aos moradores, acrescentando ainda mais obstáculos na obtenção de informações. Não há novidade em afirmar que ser rotulado como amigo de policial pode gerar situações, no mínimo delicadas, para moradores ou visitantes das favelas, inclusive naquelas “pacificadas”.

Entretanto, a decisão de abdicar das referidas entrevistas, esteve baseada em circunstâncias que foram se moldando ao longo do trabalho, em que o “medo do retorno do

medo” (CUNHA, 2015, p.42) era alimentado a cada situação de confronto armado entre traficantes e policiais. A iminência de uma nova temporalidade após um período de estabilização reacendeu tensões entre “invasores” e “invadidos” que aparentemente evoluíam para um estágio de serenidade promissor.

De forma alguma, a dispensa em relação às entrevistas dos policiais pode ser interpretada sob uma lógica hierarquizadora quanto ao seu papel no processo de “pacificação”. Moradores e policiais são os principais atores dessa trama envolvendo essa política pública de segurança.

5. Os primeiros contatos com o campo: uma etnografia de um “espaço invisível”

Durante o segundo semestre do ano de 2014, decidi compartilhar com amigos, familiares e colegas de profissão o desejo de iniciar uma pesquisa científica, teórica e empírica, sobre alguns aspectos socioespaciais que foram fomentados e que se configuraram a partir do processo de “pacificação” do Complexo da Mangueirinha. Nesse ínterim, confesso que o meu objetivo principal ao compartilhar as minhas intenções foram alcançados. Isso ocorreu, porque muitos pontos de vista foram lançados ao debate. Tive a preocupação e o cuidado de escutar as diversas opiniões que surgiram, mesmo aquelas que interpretei como, no mínimo, incompatíveis com um ideal de sociedade que promove a justiça social. Apesar da impossibilidade de neutralidade, busquei intervir o mínimo possível. Apenas conduzi as conversas para os assuntos que julguei pertinentes.

Através da estratégia mencionada, observei que a partir destas conversas informais, posições antagônicas foram se multiplicando e permeando o assunto. Algumas bastante otimistas, refletindo o período em que havia uma espécie de consenso de inúmeros atores importantes (grandes grupos midiáticos, políticos, empresários entre outros segmentos da sociedade) sobre os bons resultados obtidos pela política de segurança do governo do estado do Rio de Janeiro, que tinha como uma espécie de “garoto propaganda” as UPPs. Outras, com um caráter bastante pessimista, devido às inúmeras dificuldades que possivelmente se apresentariam ao longo do processo de investigação e de pesquisa, principalmente sobre os riscos que poderiam surgir e que muitas vezes é vivenciado por qualquer pesquisador que se dedica ao estudo de temas relacionados à violência urbana e à segurança pública.

As opiniões citadas foram de suma importância, pois tiveram um caráter profícuo para a maturação e para aquilo que chamo de processo de decantação pré-pesquisa científica, ou seja, para um conjunto incipiente de ordenamento conceitual e metodológico que norteará a dinâmica inicial do trabalho. Dessa forma, contribuindo para a elaboração das estratégias possíveis e fundamentais para dar os primeiros passos, tanto em relação às revisões de literatura disponível sobre o tema pretendido, quanto aos rumos que podem ser tomados na etnografia.

Preliminarmente, procurei em meu ciclo social de convívio¹⁵ pessoas que cotidianamente frequentam os espaços do conjunto de favelas, principalmente os moradores. Em pouco tempo consegui um embrionário capital social para iniciar as primeiras observações participativas. Entre as pessoas que, de alguma forma, mostraram-se acessíveis e se disponibilizaram a contribuir para construção do trabalho, foi essencial a colaboração de alguns moradores auto denominados de “crias”¹⁶. Em várias conversas o termo aparecia, onde numa delas o relato de um desses moradores resume bem essa designação.

“Ser cria é a pessoa que nasceu na comunidade. Sempre viveu aqui. Não se esconde ou fica mentindo ou fingindo que mora em outro lugar. Tem orgulho de ter sido criado aqui. Tem família aqui. Conhece tudo na favela, todo canto, cada buraco. Sabe quem é quem e só vai se envolver com a, b ou c se tiver afim. O cria sabe onde pisa e com quem fala” (Trecho de uma conversa informal no segundo semestre de 2015 com um morador do conjunto de favelas pesquisada).

Ainda sobre o termo cria, é relevante salientar que todas as vezes que ouvi a expressão, ela sempre foi utilizada pelos moradores como um adjetivo positivo, que tornou-se uma espécie de sinônimo de capacitação que qualifica melhor aqueles que encararam os desafios do cotidiano da vida na favela. Muitas vezes, usado com certo orgulho e em nenhuma ocasião de maneira pejorativa ou sem nenhuma importância. A fala de um morador do

¹⁵ É relevante informar que eu frequentava, antes do início do campo, eventualmente alguns lugares que estão localizados no Complexo da Mangueirinha. Esse fato mostrou-se importante não apenas para estabelecer os primeiros contatos com moradores da favela. Também foram úteis nas reflexões que se desenvolveram e ajudaram no processo de desconstrução simbólica sobre o “exótico”.

¹⁶ É importante mencionar que essa categoria não é uma exclusividade dos moradores do Complexo da Mangueirinha. Além de encontrar essa denominação em trabalhos acadêmicos, já ouvi essa expressão inúmeras vezes por pessoas que residem em outras diversas favelas da Baixada Fluminense e da cidade do Rio de Janeiro.

Santuário, estudante universitário do curso de Letras, exemplifica essa qualificação do termo. Ele relata:

“Os crias para a sua pesquisa não serão apenas aqueles que abrirão as portas para você. Além de serem os engenheiros que construirão a ponte entre o asfalto e a favela, serão semelhantes aos poetas que revelam através de seus poemas as suas percepções de mundo. Os crias mostrarão a você uma visão de mundo através da perspectiva da favela. Vai ajudá-lo a dissipar a cortina de fumaça que pode existir” (Conversa realizada em outubro de 2016).

A fala do morador explicitada há pouco, além de alguma forma valorizar características daqueles que nasceram e vivem na favela, também demonstra a importância de estudos etnográficos desses espaços. Mesmo após mais de cem anos de existência e muitos trabalhos acadêmicos publicados, ainda edificam-se imagens da favela e dos seus moradores de maneira estereotipada. Assim, as primeiras observações geraram um sentimento de praticar uma etnografia de um espaço invisível.

O sentimento desenvolvido a partir do exercício empírico da pesquisa – etnografia do “espaço invisível” – proporcionou ainda mais motivação para o trabalho de campo. Esse sentimento era frequentemente alimentado por muitas pessoas que demonstravam um certo estranhamento quando eu revelava os motivos das minhas visitas.

Quando eu me identificava como um pesquisador, ligado a um programa de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas ou que o produto final da pesquisa seria uma dissertação de Mestrado, era trivial o surgimento de diversas perguntas ou exclamações, como por exemplo: “Pós-graduação, como assim?”; “Mestrado?”; “Nunca fiquei sabendo de alguém que fez isso aqui!”; “Por que você tá pesquisando essa favela?”. Os questionamentos e declarações de estranheza foram fundamentais para a continuidade do meu trabalho, pois funcionaram como combustíveis diante dos desafios que apareciam eventualmente.

Com a colaboração descrita anteriormente, passei a frequentar quase que semanalmente o espaço da favela ao longo dos anos de 2015, 2016 e nos meses iniciais de 2017. No primeiro ano, as visitas ocorreram nos domingos e feriados e nos dois anos seguintes intensifiquei as visitas também durante outros dias da semana. Essa variação dos dias visitados foi fundamental para compreensão da vida cotidiana no Complexo da Mangueirinha. Semelhante a outros espaços urbanos espalhados pelo estado, há uma série de diferenças que emergem na vida dos moradores nos dias da semana, assim como nos feriados

e domingos. Uma jovem moradora na faixa etária entre 20 a 30 anos e funcionária de uma lanchonete localizada na favela da Mangueirinha mencionou que:

“A vida na favela ferve, mas no domingo o caldo entorna, transborda. As ruas ficam cheias. É dia de futebol. É o dia onde as pessoas vão para a beira do campo assistir o campeonato. Vão pra rua dar um rolé, ver os amigos, beber umas cervejas, fazer um lanche”. (Trecho de uma conversa informal realizada no segundo semestre de 2015)

Um dos aspectos sociais do Complexo da Mangueirinha que mais me chamaram a atenção durante todo trabalho etnográfico foi aquilo que identifiquei como uma espécie de paradoxo da sociabilidade do rolé. Ainda que não seja uma exclusividade desse conjunto de favelas e dos demais espaços urbanos do Brasil e quiçá do mundo, o chamado rolé é uma prática essencial e ao mesmo tempo arriscada na vida da favela. É desejável muitas vezes e também temida em outras. É incentivada nas redes sociais, por exemplo, e reprimida em outros momentos. Parece que a linha que separa a vida da morte na favela é bastante tênue. Viver na favela, em muitas situações, depende de praticar ou evitar o rolé, assim como morrer. Tanto no fogo cruzado, quanto no campo minado (MENEZES, 2015) ele é um aspecto fundamental para os moradores da favela.

Permanecendo no tema do paradoxo da sociabilidade do rolé, notei que os moradores sempre depositavam nos chamados acessos uma grande importância para o seu sistema de circulação dentro dos espaços da favela e desses com o asfalto. Em muitos contextos foi possível perceber a relevância dos acessos para a vida dos moradores. Viglada não apenas por traficantes de varejo de drogas e por policiais, essas áreas são observadas com muita atenção por muitos moradores. Um deles, numa conversa em uma padaria do Santuário durante um café, fez uma analogia aos acessos, chamando essas áreas de “saídas de emergência”. Curiosamente essas “saídas de emergência” podem significar a entrada do perigo ou a fuga dele. A imagem a seguir mostra um dos principais acessos da favela da Mangueirinha. A imagem refere-se ao acesso localizado na rua Saldanha Marinho. Ela foi fornecida em dezembro de 2016 por um morador que pediu para não mencionarem o seu nome.



Nos primeiros contatos com os moradores do conjunto de favelas, adotei a estratégia de não me identificar como pesquisador. Além disso, contive o impulso de ficar fotografando e anotando tudo na presença das pessoas. Inicialmente também procurei evitar diálogos que indicassem algum tipo de investigação sobre a UPP ou deixar evidente conversas que tinham o propósito de ser um verdadeiro questionário sobre a vida na favela com a chegada da “pacificação”.

A estratégia de me identificar ou não como um pesquisador foi permeando todo o meu trabalho etnográfico ao longo de pouco mais de dois anos de pesquisa. Essa oscilação dependia de inúmeros fatores. Por exemplo, com moradores que eu conhecia há algum tempo e tinha um grau de intimidade ou amizade eu não me furtava de explicar o real motivo da minha visita. Isso também ocorria com moradores que eu tinha conhecido recentemente, mas que a relação já demonstrava um nível de confiabilidade. A maioria desse último grupo de pessoas, eu tive acesso através do meu irmão caçula Yuri¹⁷. Em outros casos, não me apresentava como pesquisador, principalmente naqueles em que percebia que a apresentação como tal, poderia criar obstáculos ou dificuldades. Em diversas situações, a maneira “despretensiosa” gerou excelentes relatos. Entretanto, torna-se importante informar, que nem sempre as estratégias de omissão ou revelação das intencionalidades das minhas visitas eram bem-sucedidas.

¹⁷ Com 21 anos, Yuri tornou-se desde a adolescência um frequentador assíduo dos campos de futebol e das festas do conjunto de favelas da Mangueirinha. Ele foi um dos principais interlocutores que me ajudaram a penetrar nesse espaço urbano. O seu capital social foi fundamental para a minha pesquisa.

Os primeiros passos da observação participativa no campo tiveram um repertório que muitas vezes se repetia. Criar uma natureza de rotina nas visitas se mostrou fundamental e frutífero em vários aspectos. Isso envolvia diversas atividades cotidianas para a maioria da população residente, como por exemplo assistir a jogos de futebol no campo do tricolor (tradicional área de lazer da favela), fazer um lanche ou beber uma cerveja nos bares locais, frequentar algumas festas como o pagofunk, assim como outras vivências. O contato com moradores e frequentadores nas atividades mencionadas, gerou a oportunidade de iniciar uma leitura do “clima da favela” (CAVALCANTI, 2014). Leitura fomentada pelas conversas informais que eram permeadas por muitos temas diferentes, desde futebol até a situação política e econômica do país. É óbvio que os assuntos relacionados à violência urbana, ao tráfico de drogas, à polícia e às Unidades de Polícia Pacificadora também emergiam.

As oportunidades surgidas a partir dos contatos e com a vivência com alguns moradores permitiu que o inicial e previsível olhar de sobre voo que eu possuía não fosse substituído completamente, mas pudesse caminhar entre essa esfera do olhar e aquela fomentada pelo mergulho etnográfico. Essa estratégia metodológica de passear pelas duas esferas de análise citadas mostrou-se a mais adequada ao longo da pesquisa. Em alguns momentos, mergulhar no cotidiano dos moradores era imprescindível para uma melhor compreensão. Em outros, uma espécie de recuo ao olhar de sobrevoo revelou-se mais pertinente e adequado a certas situações que se desenvolveram. A importância do “ir e vir hermenêutico” entre a Antropologia e o Direito demonstrada por Geertz (2004) trouxe uma ampla contribuição para as práticas e reflexões do “ir e vir hermenêutico” que envolveu as duas esferas referidas.

Mesmo tomando certos cuidados nos primeiros contatos notei que muitos assuntos que envolviam o processo de “pacificação” geravam desconforto, onde nem todos se sentiam à vontade para exprimir as suas opiniões e experiências, principalmente entre aqueles que provavelmente estavam na faixa etária entre 20 a 30 anos. Em alguns casos, a insistência em tocar no assunto da atuação do policial da UPP na favela criava um ambiente tenso. A fala de um jovem morador ilustra com clareza essa tensão.

“Não gosto de falar sobre a polícia e muito menos sobre a UPP. Tento esquecer que eles estão aqui. Não fico perto deles. Eles estão numa esquina, eu vou pra outra. Estão numa rua, eu pra outra. Não falo com eles para evitar problema. Quanto mais longe, melhor. Tento seguir a minha vida na tranquilidade. (Trecho de uma conversa

informal com um jovem morador ocorrida em janeiro de 2016 durante a realização do pagofunk)

O caráter polidor das conversas iniciais foi abordado em alguns trabalhos (MENEZES, 2015; VILAROUCA e RIBEIRO, 2016). Independentemente da modalidade de pesquisa (*survey*, etnografia entre outros), elas mostraram que o medo de falar ou até mesmo a rejeição ao projeto das UPPs, principalmente entre os mais jovens, ocorrem em outras favelas “pacificadas”.

A atitude dos moradores relatada há pouco é facilmente compreensível. A política descontínua de intervenção em favelas feita pela polícia ao longo das últimas décadas sempre ocorreu de forma violenta. Ainda hoje, mesmo em favelas “pacificadas”, muitas práticas policiais são problemáticas. Vilarouca e Ribeiro (2014) identificaram que os pontos negativos sobre o processo de “pacificação” mais mencionados pelos moradores estão relacionados à abordagem policial. Há uma evidente seleção dos policiais, que “escolhem os seus suspeitos a partir de marcadores eminentemente sociais” (VILAROUCA e RIBEIRO, 2014, p. 03). Por isso, para buscar uma melhor compreensão dos impactos das UPPs sobre os aspectos diretos e indiretos da vida dos moradores é necessário uma comparação com o *status quo* anterior.

I – REVISANDO A LITERATURA SOBRE FAVELA E UPP

Um dos objetivos principais da tarefa de realizar uma revisão de literatura será a apresentação de algumas obras que podem ser consideradas paradigmáticas em relação aos temas favela e UPP e que foram fundamentais para as reflexões que subsidiaram esse trabalho. Cabe ainda acrescentar, que a metodologia buscada para a exploração das Obras não se furta de caracterizá-las, mesmo que de forma concisa, mas tem como objetivo específico a apresentação dos argumentos mais relevantes apresentados pelos autores.

1. Uma concisa revisão de literatura sobre as favelas

Um dos principais objetivos perseguidos ao longo da tarefa de realizar uma revisão de literatura será a apresentação de algumas obras que podem ser consideradas paradigmáticas em relação aos temas favela e UPP e que foram fundamentais para as reflexões que

subsidiaram esse trabalho. Cabe ainda acrescentar, que a metodologia buscada para a exploração das Obras não se furta de caracterizá-las, mesmo que de forma concisa, mas não se restringe a uma mera descrição. Têm como objetivo específico a apresentação dos argumentos mais relevantes apresentados pelos autores, que contribuíram para a análise.

Qualquer atividade de realizar uma revisão de literatura sobre favela apresenta um caráter paradoxal. A imensa quantidade de Obras sobre o tema torna o processo de seleção uma tarefa fácil e difícil ao mesmo tempo. Diante desse dilema foram escolhidos três trabalhos que abordam o tema favela. São eles: O livro “Um século de Favelas”, Organizado por Alba Zaluar e Marcos Alvito, o livro “A invenção da Favela: do mito de origem à favela.com” de Lícia do Prado Valladares e o artigo “A política na favela” de Luiz Antônio Machado da Silva. Esses três trabalhos são fundamentais e de indispensável leitura para aqueles que pesquisam ou pretendem iniciar estudos em favelas. Juntos fazem uma sociologia da sociologia das favelas, lançando ao debate acadêmico alguns assuntos que frequentemente são tratados de maneira superficial, fomentando reflexões difusas, anacrônicas e preconceituosas. Por isso, essas obras são importantes, pois também possuem um caráter didático em relação ao debate sobre assuntos relacionados ao tema favela. Assim, contribuem de certa forma, para diminuir essa espécie de cortina de fumaça que há quando envolve a dinâmica política e socioespacial do tema mencionado.

Tratar as favelas como problema não é novidade. Como já mencionado na Introdução as denominações variavam, mas quase sempre pairavam sob uma perspectiva negativa e pejorativa desses espaços e de seus moradores. A favela assim não é pensada como parte da cidade. Políticas que tinham como principal diretriz resolver o “problema favela” se baseavam em práticas de eliminação ou contenção na paisagem urbana. Seguindo essa lógica os estudos e as políticas públicas voltadas para esses espaços seguiam, muitas vezes, a mesma linha de avaliação e implicações práticas. Atualmente, apesar da “pacificação” ser pautada na ocupação do território, mesmo que militarizada em quase sua totalidade, a favela e os seus moradores são encarados como um problema a ser solucionado.

Nessa trama social, Machado da Silva¹⁸ (2011) coloca ao debate¹⁹ argumentos que revelam como as favelas costumam ser estudadas, sendo geralmente dissociadas do restante

¹⁸ Sociólogo e atualmente professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) dedicou sua trajetória intelectual a estudos pioneiros sobre favela, sociabilidade e

da cidade. Como se elas tivessem um caráter socioespacial autônomo, surgindo e se desenvolvendo através de dinâmicas próprias.

Mesmo tendo um elevado grau de dificuldade, as análises sobre os fenômenos sociais no espaço urbano não podem desconsiderar as múltiplas conexões sociais existentes, geradas por causas em ocasiões diferentes ou que agiram em conjunto²⁰, ou seja, o seu caráter multifatorial (CANO, 2002, p.14). Também não devem partir de um diagnóstico que interpreta o espaço como mero palco da sociedade.

Apesar de não ignorar e mencionar que as favelas, num certo sentido, se apresentam e possuem uma marginalidade, Machado da Silva expõe que interpretar esses espaços como fruto apenas de uma dinâmica própria é um verdadeiro equívoco. Pensar dessa forma “tende a ignorar ou reduzir a importância das íntimas vinculações entre a favela e o sistema global” (2011, p.699). Assim, a existências das favelas “depende muito mais de determinadas condições estruturais da sociedade global do que dos mecanismos internos desenvolvidos para mantê-la” (MACHADO DA SILVA, 2011, p.699).

Sobre a marginalidade, Antônio Machado da Silva menciona que ela retrata apenas um juízo de valor, servindo para a adoção de políticas assistencialistas ou como justificativa para as imposições que são aplicadas as favelas, baseadas em padrões de comportamento que a classe dominante interpreta como adequadas para a sociedade e para a manutenção do *status quo*.

Uma certa doze positivista mostra-se presente nesses padrões de comportamento julgados como adequados pela classe dominante e ainda hoje revela-se muito intensa na mentalidade de gestores e agentes públicos, como secretários de Estado e os policiais. Os inúmeros relatos de moradores de áreas “pacificadas” informando a proibição de festas ou a restrição quanto ao horário e de determinado estilos musicais, principalmente o funk, ilustra

violência. Há alguns anos organizou um excelente livro intitulado “Vida sob cerco: violência e rotina em favelas do Rio de Janeiro”.

¹⁹ No artigo “A política na favela” originalmente publicado em 1967 na revista Cadernos Brasileiros e novamente publicado em 2011 pela revista Dilemas (publicação trimestral do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana –Necvu- do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ).

²⁰ Para melhor entendimento e aprofundamento de temas que envolvem causas, covariações e efeitos em análises de projetos sociais ver CANO, 2002.

bem essa visão e o consequente esforço para normatizar o comportamento (MENEZES, 2015).

Outro aspecto importante do artigo é chamar a atenção para as análises que são feitas em relação aos moradores das favelas, chamados de favelados. Mesmo em estudos que possuem características ideológicas de análise diferentes classificam, em muitos casos, o favelado como um tipo único, numa espécie de *ethos* favelado.

Contribui para um grave erro analítico pensar que todos os moradores de favelas constituem um tipo único, regendo as suas vidas cotidianas baseadas numa uniformização dos hábitos em geral e dos padrões de comportamento, onde há uma única maneira de (re) agir e pensar sobre as mais diversas situações. Ainda hoje, é possível presenciar reações de pessoas que julgam determinados hábitos e modos de agir no espaço urbano como de favelado. É o caso daqueles que escutam e cantam músicas de funk, especialmente o chamado proibidão²¹.

Fazendo uma reflexão sociológica sobre a classificação do favelado como tipo único, Machado da Silva vai ao longo do texto desconstruindo essa categorização. Cita que desconhece estudos comparativos entre favelados e outras formas de organização. Também menciona que comportamentos semelhantes podem se manifestar fora das favelas.

Na época que foi publicado esse artigo pela primeira vez (1967) havia poucos estudos sobre favelas no país. Além dos trabalhos que davam ênfase a questão sanitária ou de “reformas” urbanísticas (produzidas principalmente por engenheiros e médicos), é possível citar um pequeno número de trabalhos, como por exemplo, o diário de Carolina Maria de Jesus chamado “Quarto de despejo”, publicado pela primeira vez em 1960 e que virou best-seller no Brasil e no mundo; o livro a “favela e o demagogo” do sociólogo Carlos Alberto de Medina publicado em 1964 e um texto intitulado “Aspectos humanos da favela carioca”, publicado pelo jornal O Estado de São Paulo sendo fruto de um trabalho desenvolvido pela SAGMACS²². Em nenhum dos trabalhos citados apresenta-se a favela como uma forma de organização tipicamente capitalista, diferentemente do artigo revisto aqui.

²¹ O proibidão é uma vertente do funk que explora de forma demasiadamente explícita os temas da violência e do crime – inclusive com narrativas sobre os conflitos entre traficantes nas favelas, elogios a facções ou traficantes, exaltação do poder bélico de determinadas comunidades etc. – ou da sexualidade/erotismo, muitas vezes narrando, sem nenhum pudor, situações eróticas vividas ou desejadas pelos intérpretes. (fonte: <http://revistazcultural.pacc.ufrrj.br/o-bom-e-o-feio-funk-proibidao-sociabilidade-e-a-producao-do-comum-de-ecio-p-de-salles/>. Acesso em 04 de agosto de 2016)

²² Sociedade de Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais.

Mostrar que a favela, apesar de suas peculiaridades, também é um espaço que se organiza dentro de uma lógica capitalista contribui para novas percepções e análises dessas áreas e também dos seus moradores. Nessa lógica, assim como em outros espaços e formas de organização, há produção de acúmulo de capital e exploração do trabalho, o que gera uma “burguesia favelada” (MACHADO DA SILVA, 2011, p.702). Essa burguesia adota estratégias de monopolização do acesso e de controle dos recursos econômicos, “além das decisões e dos contatos políticos” (MACHADO DA SILVA, 2011, p.702).

Após a apresentação da “burguesia favelada” o texto desponta sobre o uso político da favela, acentuando as relações políticas que acontecem no contexto interno das favelas e como elas se comportam e interagem com o ambiente externo. Nessa lógica a “burguesia favelada” depende da manutenção do *status quo* tanto internamente quanto nas relações políticas e econômicas externas para continuar se beneficiando. Cria-se uma rede complexa de conexões entre aqueles que vivem na e da favela. Portanto, não gera estranheza a identificação de muitos aspectos socioeconômicos quando compara-se a “burguesia favelada” e a pequena burguesia não favelada. Pelo contrário, mostram-se semelhantes em vários pontos.

É importante mencionar, ainda dentro do tema uso político da favela, que o artigo destaca as ações promovidas pelos políticos nessa área, principalmente as relações que eles desenvolvem com o Estado, Instituições internas (como as Associações de Moradores) e com os agentes externos. Essas ações estão longe de serem ingênuas como muitos acreditam. O político favelado “adota uma atitude que poderia ser qualificada de “realista”, cuja principal característica é orientar-se para os resultados em curto prazo” (MACHADO DA SILVA, 2011, p.716). Uma possível mudança na percepção do político favelado “tem que partir da ampliação das perspectivas da prática política” (MACHADO DA SILVA, 2011, p.716).

Fazer uma leitura sobre o longo processo que foi moldando a política na favela antes da “pacificação” é essencial para a compreensão dos atuais arranjos e circuitos políticos que estão surgindo com a UPP. Silva e Carvalho (2013) chamam a atenção para os desafios de mediação política em favelas “pacificadas”. Nessas áreas, a militarização da vida cotidiana, no mínimo, colabora para o esvaziamento e ausência das associações de moradores como arenas políticas (SILVA e CARVALHO, 2013). Nessa disputa pela mediação política a CPP (Coordenadoria de Polícia Pacificadora) determinou a realização periódica de reuniões com os

moradores. O objetivo dessa iniciativa foi mostrar aos “invasores” que eles podem apresentar as suas demandas através desse canal que se pretende legítimo nessa mediação política.

Porém, como Silva e Carvalho (2013) mostram, nem todas as favelas “pacificadas” seguem o mesmo padrão de mediação. É o caso da favela do Borel que logo após a entrada do BOPE para preparar a chegada da UPP, moradores criaram um grupo de trabalho social, intitulada Rede Social Borel. Esse grupo teve um papel importante nesse período, pois questionou o discurso de vazio institucional na favela que predominou.

O caso, em certa medida, emblemático no Borel, fornece subsídios para reflexões sobre a participação do Estado na mediação política e as disputas geradas entre os seus agentes, moradores e Instituições. “No Borel, podemos identificar um Estado vivamente presente e ainda assim, insistentemente ausente; uma recorrente tentativa de esvaziamento da política e da burocratização da vida (SILVA e CARVALHO, 2013, p. 73).

Por fim, o sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva explica como devem ser guiadas as tentativas de ações políticas e proposições de soluções “técnicas” para as favelas. Aponta que qualquer ação política “tem necessariamente que abordar as múltiplas vinculações entre a política interna, as atividades partidárias e a política administrativa” (MACHADO DA SILVA, 2011, p.716) e que as tentativas que apresentam soluções “técnicas tem necessariamente de levar em consideração que sua execução ficará, direta ou indiretamente, a cargo das agências supralocais, sobre as quais é profunda a influência político partidária (MACHADO DA SILVA, 2011, p.716). Talvez essas explicações finais contidas no artigo, com caráter extremamente pedagógico, sejam as mais importantes apresentadas e que mesmo depois de mais quatro décadas da primeira publicação ainda são muito relevantes para gestores e pesquisadores que pretendem estudar, pensar e intervir nesses espaços.

Outro trabalho importante que fornece subsídios para os estudos sobre as favelas é o livro organizado por Alba Zaluar e Marcos Alvito²³ intitulado “Um século de favela”²⁴. Nele é apresentado uma reunião de textos de vários intelectuais que abordam o tema favela. Através de abordagens sobre diversos assuntos envolvendo o tema citado (políticas públicas,

²³ . Ambos os autores possuem uma longa experiência como docentes e pesquisadores. Marcos Alvito, professor da Universidade Federal Fluminense, fez pesquisa na favela de Acari, muito conhecida pelas ações do grupo que controlava o varejo de drogas nessa área. Já a antropóloga Alba Zaluar tem uma trajetória muito importante em relação às pesquisas e publicações sobre o tema favela. Na década de 1980 iniciou uma série de pesquisas na favela Cidade de Deus, gerando posteriormente o livro “A máquina e a revolta”.

²⁴ O livro foi editado em 1998 pela Fundação Getúlio Vargas. Hoje já está na 5ª edição.

manifestações culturais, criminalidade, a questão das drogas entre outros) reflexões críticas podem ser fomentadas, além do auxílio e suporte que os textos fornecem para pesquisas relacionadas ao tema.

Entender o contexto histórico e social dos mais de cem anos das favelas é ponto de partida para qualquer reflexão ou análise sobre o tema apontado. O texto intitulado “Dos parques proletários ao Favela-bairro: As políticas nas favelas do Rio de Janeiro” de Marcelo Baumann Burgos é fundamental nesse processo. O autor consegue de maneira clara e sucinta, a luz de uma interpretação crítica, mostrar a evolução das favelas, principalmente como as políticas públicas foram sendo aplicadas e modificadas a partir de mudanças políticas que foram se desenvolvendo ao longo do século de sua existência.

Burgos, assim como outros autores, evidencia como a favela foi tratada como um problema para as Instituições e gestores Públicos, que a partir dessa interpretação adotam políticas como a criação dos Parques Proletários na década de 1940 e as remoções a partir da década de 1960. Sobre essa política Burgos explica que ela “objetivava não apenas desocupar áreas de grande valor imobiliário, mas também dismantelar a organização política dos excluídos” (2005, p.39). Através dessa última informação levanta uma hipótese para o esvaziamento da política de remoções na segunda metade da década de 1970, ou seja, que ela cumprira de maneira eficiente uma de suas missões.

Um aspecto considerável sobre o dismantelamento político nas favelas e talvez um dos mais perversos na história das remoções, foi o papel que passou a ser exercido pelas associações de moradores que amparou e trabalhou nas remoções. Nesse nível, elas já não representam mais os moradores e sim o Estado (BURGOS, 2005).

Percebe-se, mesmo de maneira incipiente, que os assuntos relacionados ao tema política na favela (práticas, atores, relações entre os demais) são relevantes nas análises de muitos pesquisadores no campo das Ciências Sociais. Independentemente das abordagens, o tema exposto funciona ora como um catalizador, ora permeando outros objetos de estudo dentro da favela. Mas raramente é ignorado.

Retomando o tema das remoções, Burgos expõe que apesar dos números de famílias removidas não serem modestos, cerca de 100 mil pessoas em sete anos (1968-75), essa política não gerou uma grande redução do percentual de moradores em favelas entre as décadas de 1970 e 1980. Dessa forma, os dados demonstram para uma ineficiência dessa

política, caso as verdadeiras intenções dos gestores públicos de fato fossem pautadas na destruição total das favelas da cidade do Rio de Janeiro.

A explicação para a pequena redução do número de moradores em favelas, mesmo depois de uma política violenta e arbitrária de remoções em décadas, passa por diversos fatores. Entre eles: As elevadas taxas de natalidade que contribuíram para um crescimento vegetativo também alto da população residente em favelas; A carência, os equívocos ou simplesmente a ausência de políticas públicas voltadas para um planejamento urbano que tenha como principal diretriz gerar possibilidades para o pleno exercício de cidadania de toda a sociedade; As políticas de moradia destinadas aos moradores de favela, que apenas visavam o deslocamento dessas pessoas para áreas distantes de bairros da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, como os conjuntos habitacionais da Cidade de Deus e Vila Aliança. Muitas famílias que receberam casas nesses lugares conseguiram vendê-las depois de um tempo e retornaram para as favelas da cidade que resistiam às remoções (VALADARES, 1978). Neste último exemplo é possível identificar que as estratégias de resistências às remoções em muitos casos eram substituídas por reações de recusa à nova condição (BURGOS, 2005).

O autor termina o texto fazendo uma reflexão crítica do Programa Favela-Bairro²⁵, principalmente em relação aos problemas gerados pelos déficits de direitos civis. O programa, assim como outros implementados na década de 1980, focaram a sua atenção nos déficits relativos aos direitos sociais, com mais ênfase aos aspectos ligados à melhoria da infraestrutura. Uma recomendação para que as políticas públicas em favelas transformem a cidade num verdadeiro espaço democrático é feita por Burgos, que sinaliza que os direitos políticos e civis devem ganhar mais espaço na elaboração e execução de políticas públicas em favelas.

O livro intitulado “A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com” da socióloga Lícia do Prado Valladares será o último trabalho que compõe essa breve revisão de literatura sobre o tema favela, sendo considerado uma leitura obrigatória para a compreensão de questões históricas, políticas e sociais que envolvem a favela desde a sua origem.

Além de apresentar uma trajetória histórica das favelas, assim como Burgos (2003) a Obra aborda algumas questões sobre o uso político da favela, assim como Machado da Silva

²⁵ Favela-Bairro foi um programa de melhorias urbanas em favelas cariocas implementado pela Prefeitura do Rio de Janeiro na década de 1990 na gestão do então prefeito César Maia e coordenado por Luiz Paulo Conde, arquiteto e na época Secretário Municipal de Urbanismo. O programa recebeu investimentos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

(2011), principalmente como os diversos atores envolvidos nesses espaços urbanos agem, como, por exemplo, as práticas clientelistas desenvolvidas entre políticos e moradores ao longo do tempo. Nota-se que a utilização da favela como uma espécie de moeda de troca, gerando dividendos políticos como o voto ou simplesmente prestígio popular, não é uma prática recente. Dessa forma, promove-se uma série de reflexões críticas sobre a sociologia dessas áreas.

Sobre as reflexões críticas que podem ser fomentadas, a contribuição mais relevante para o aprofundamento das análises sobre o tema estudado foi o desenvolvimento de uma metodologia que teve a finalidade de estabelecer uma sociologia da sociologia da favela. Através desse raciocínio é possível analisar diversos temas sobre a favela (representatividade, origem, relações sociais entre outros) sob uma perspectiva diferente.

A partir dessa perspectiva, alguns temas como a representatividade pode ser estudado sob uma ótica que se preocupa com a maneira que essas representações sociais foram historicamente construídas (VALLADARES, 2005). Com base nesse argumento torna-se possível, tanto duvidar das representações dominantes quanto produzir questionamentos sobre as percepções que diversos segmentos da sociedade possuem sobre a favela. É dentro desse jogo de percepções e representações que a política de “pacificação” foi se configurando.

As ideias germinadas a partir de reflexões sobre a sociologia da sociologia da favela e o aprofundamento de temas ligados ao contexto histórico dessas áreas são importantes instrumentos de auxílio nas análises sobre o processo de “pacificação”. Por exemplo, ao pensar a favela como espaços não integrados à cidade, as UPPs podem fomentar mecanismos, mesmo sem a pretensão, de segregação socioespacial, como a experiência das ações do chamado policiamento de proximidade que é dirigida apenas às favelas “pacificadas” e não ao conjunto da cidade (MACHADO DA SILVA, 2015). Dessa forma, a “pacificação” se distancia de políticas de caráter universalista sobre segurança pública.

Outro assunto importante para a reflexão crítica tratado na obra tem relação com o caminho histórico percorrido pela favela em mais de cem anos, gerando um debate sobre o mito de origem desse espaço. A obra de Euclides da Cunha, “Os sertões”, foi um marco importante para a consolidação da categoria favela. Valladares explica esse contexto da seguinte forma:

“É o Morro da Favella, já existente com o nome de Morro da Providência, que entra para a história através de sua ligação com a guerra de Canudos, cujos

antigos donos combatentes ali se instalaram com a finalidade de pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados” (2005, p.26).

Aos poucos o Morro da Favela estendeu a sua denominação a qualquer aglomeração de casas e barracos - habitações subnormais segundo o IBGE - em áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, com traçados “irregulares” das ruas localizados principalmente em morros.

Compreender os mais de cem anos de história das favelas e a sua sociologia é essencial para o funcionamento e possíveis correções da política de “pacificação”. Pensar no que havia antes da chegada da UPP é uma condição *sine qua non* para as avaliações e desenvolvimento do projeto. Há uma amálgama de expectativas positivas e negativas quanto às UPPs. Elas são mais latentes entre os atores envolvidos diretamente, mas está presente em outros segmentos da sociedade.

Pensar na sociologia da favela antes da UPP é fundamental para as análises que envolvem temas polêmicos atuais sobre a “pacificação”, como por exemplo, a relação dos moradores com os policiais, as indeterminações geradas nesse processo e consequentemente os novos repertórios sensíveis e cognitivos forjados pelos “invadidos” (MENEZES, 2015), entre outros assuntos.

A relação dos policiais com os moradores das favelas antes das UPPs quase sempre foi caracterizada pela repressão e violência, gerando letalidade em inúmeros casos. Além disso, o principal agente do Estado na favela, a polícia, não adotava a estratégia de permanecer por um longo período nesse espaço urbano. Entravam na favela esporadicamente, utilizando argumentos diversos, como reprimir o tráfico de drogas, prender marginais e evitar ou cessar tiroteios entre grupos rivais que disputavam o controle da venda do varejo de entorpecentes. Nesse contexto social, os moradores criaram uma série de estratégias rotineiras de evitar e avaliar riscos, numa intensa e atividade hermenêutica sendo pautada numa constante temporalidade antecipatória dos fatos (CAVALCANTI, 2008).

Com a instalação das UPPs em algumas favelas do Rio de Janeiro a polícia que entrava esporadicamente e praticava ações para matar, a partir desse momento, permanece com o discurso para “pacificar”. Essa mudança configurou o espaço da favela como centro de indeterminação, onde momentaneamente as áreas “pacificadas” tornaram-se paisagens desconhecidas pelos próprios moradores (MENEZES, 2015). “Com A chegada da UPP, os códigos perderam sua operacionalidade momentânea” (MENEZES, 2015, p. 32). Essas

transformações geraram um processo de investigação entre os principais atores envolvidos. Esse último assunto será aprofundado adiante.

2. Revisando a literatura sobre as UPPs

Ao visitar o site oficial das Unidades de Polícia Pacificadora várias opções aparecem na parte superior da tela principal (As UPPs, Acontece, Na mídia, Agenda, Fotos entre outras). Ao clicar na opção “As UPPs”, novas opções são apresentadas. Entre elas destaca-se uma intitulada “Estudos e publicações”. Nesta página é disponibilizado para download um total de 13 trabalhos que abordam inúmeros aspectos decorrentes do processo de “pacificação”. Alguns desses aspectos serão analisados a seguir.

Um dos trabalhos mencionado foi realizado pelo sistema FIRJAN²⁶, com apoio da ACAMEP (Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa). Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo realizada em domicílios de sete conjuntos de favelas (Coroa/Fallet/Fogueteiro, Jacarezinho, Mangueira, Manguinhos, Prazeres/Escondidinho, São Carlos e Vidigal), no período de junho a novembro de 2013 com jovens de 15 a 29 anos. O Objetivo principal desse estudo foi criar uma amostra do perfil socioeconômico dos jovens dessas favelas. Para a realização dessa tarefa um questionário foi aplicado a 1.652 jovens moradores com perguntas relacionadas à ocupação, interrupção dos estudos, finanças entre outros. Sobre a relação das UPPs nessas favelas, parte dos entrevistados (36%) vislumbram a hipótese de um futuro melhor devido, entre outras coisas, a maior oferta de cursos e programas sociais criados após a instalação das UPPs.

Traçar um perfil socioeconômico dos moradores das favelas “pacificadas” é fundamental para identificar e compreender os problemas e as reais demandas que já existiam, assim como aquelas que emergiram a partir dessa nova etapa. Também pode tornar-se um importante elemento de questionamento das representações hegemônicas que são criadas por segmentos da sociedade civil. De uma maneira geral, elas fornecem uma visão estereotipada do favelado, ignorando ou desqualificando aspectos da vida cotidiana desses moradores.

²⁶ O sistema FIRJAN é uma organização privada e sem fins lucrativos que conta com mais de 7 mil colaboradores. Através de suas cinco organizações (SESI, SENAI, IEL, FIRJAN e CIRJ) o sistema FIRJAN atua em áreas fundamentais, como a competitividade empresarial, a educação e a qualidade de vida do trabalhador e de seus familiares. (Fonte: www.firjan.com.br. Acesso em 07/01/2016).

Uma das representações hegemônicas que predomina sobre a favela refere-se a uma espécie de exotização do seu espaço, que acaba superando, em certa medida, o reconhecimento do direito ao exercício pleno da cidade aos seus moradores (SOUZA e SILVA, 2010).

Esse mosaico de representações sobre as favelas geram práticas discriminatórias e consequentemente ações que correm o risco de se tornarem um cavalo de Tróia, onde as estratégias e decisões são tomadas de forma vertical, sem diálogo com os principais atores envolvidos.

A FIRJAN também apresenta no site das UPPs outra pesquisa que faz uma espécie de diagnóstico socioeconômico em 16 conjuntos de favelas com Unidades de Polícia Pacificadora. Além da pesquisa abranger um número maior de favelas, também mostra-se mais ampla, uma vez que busca mais informações sobre as condições socioeconômicas, como por exemplo, renda domiciliar per capita, percentual de usuários com celular e internet em casa entre outros.

Outra pesquisa sobre favelas com UPPs foi realizada pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) no período 6 de janeiro a 24 de maio de 2012. A Amostra foi gerada a partir de 2.793 questionários aplicados em 18 conjuntos de favelas. Os resultados foram apresentados na publicação semestral do Observatório SEBRAE/RJ²⁷. O principal objetivo desse trabalho foi mostrar as mudanças relacionadas ao empreendedorismo e ao perfil de pequenos negócios nas favelas “pacificadas”.

Também são apresentados no site da UPP dois estudos realizados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). Um deles foi realizado pela FGV Projetos no período compreendido entre 2007 e 2010 em 5 conjuntos de favelas (Santa Marta, Cidade de Deus, Batan, Chapéu Mangueira/Babilônia e PavãoPavãozinho/Cantagalo). Nesse trabalho foi desenvolvido um panorama dos indicadores socioeconômicos referentes à Educação, Habitação, Segurança, Saúde, Tributos (ISS), Valor Imobiliário, Renda e Trabalho. O outro estudo da FGV foi elaborado por pesquisadores do Centro de Políticas Sociais, que foi concluído em novembro de 2011. O objetivo desse estudo, realizado na Rocinha e Alemão, foi testar os efeitos econômicos nessas áreas com a implantação das UPPs. Efeitos que se materializaram através de forma positiva, como o aumento das vendas nos comércios locais e também de forma

²⁷ Fonte: www.observatoriosebraego.com.br. (Acesso em 07/01/2016).

negativa, como a especulação imobiliária, inflacionando o preço dos aluguéis dos imóveis nessas áreas.

Os efeitos também vêm gerando um sentimento ambíguo dos moradores, pois acham positivo a melhoria nos serviços, mas reclamam quanto ao aumento das despesas. Também temem em relação à especulação imobiliária e a gentrificação que pode ocorrer, possibilitando a substituição dos moradores favelados por parcelas da classe média.

Todas as pesquisas citadas (FIRJAN, SEBRAE e FGV) podem fornecer excelentes mecanismos para a aplicação de políticas públicas ao longo das várias etapas da “pacificação”, principalmente aquelas que não se relacionam exclusivamente com a militarização do espaço, como o caso da UPP Social. Esse projeto que a partir de 2012 sofreu uma substantiva guinada. “Suas diretrizes foram profundamente alteradas, deslocando-se da linguagem dos direitos para a do mercado. Vendo as favelas como janelas de oportunidades” (SILVA e CARVALHO, 2013, p. 73).

Além das análises feitas em relação às pesquisas e aos trabalhos citados, outras considerações serão enredadas, tendo como principal objetivo o aprofundamento dos diagnósticos efetuados sobre as condições sociais e econômicas dos moradores de favelas.

A primeira consideração feita trata do período em que ocorreram as pesquisas. Elas foram feitas nos primeiros anos da implementação das UPPs. Nesse ínterim, como já foi mencionado, havia uma espécie de consenso entre diversos segmentos da sociedade do Rio de Janeiro sobre a política de “pacificação”. Eram os anos iniciais desse projeto, onde “invasores” e “invasores” estavam num estágio de investigação, com intensa atividade hermenêutica.

Entende-se que um dos incipientes efeitos da política das UPPs, através de uma ocupação permanente da polícia, foi a suspensão ou a redução dos tiroteios entre grupos de traficantes e destes com policiais. Esse fato gerou uma diminuição da violência letal e a possibilidade de experimentar práticas cotidianas consideradas complicadas para essas áreas, como o direito de ir e vir. Assim como, a sensação de segurança dentro e fora das favelas “pacificadas”.

Além dos trabalhos citados destacam-se mais duas publicações que podem ser encontradas no site oficial das UPPs: A primeira refere-se a um relatório²⁸ encomendado pelo

²⁸ O trabalho que gerou o relatório publicado em 2013 “O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro” foi elaborado por uma equipe liderada por Rodrigo Serrano-Berthet e integrada por Flávia Carbonari, Mariana

Banco Mundial, publicado sob o título “O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro”. Já a segunda é fruto das análises geradas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em cooperação com o Laboratório de Análise da Violência – (LAV-UERJ) desenvolvendo um trabalho intitulado “‘Os donos do morro’: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro”.

“O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro” produziu uma série de informações importantes sobre alguns aspectos socioeconômicos de moradores de três favelas pacificadas (Babilônia/Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e Borel/Casa Branca) em anos diferentes (2008, 2009 e 2010, respectivamente). Esses estudos se desenvolveram a partir de uma abordagem qualitativa (observações, grupos focais e entrevistas) e que também incluíram uma favela não pacificada na época²⁹ (Manguinhos) como um caso de controle.

Além das informações obtidas pela metodologia citada, o relatório é marcado por contribuições teóricas, reflexões e proposições críticas. Um dos objetivos principais foi identificar as percepções de mudanças dos moradores com a chegada da “pacificação”, o chamado efeito UPP. Mostrar como foram se moldando as interações sociais e a vida comunitária dentro das favelas, a relação dos moradores com a polícia e a integração dessas áreas com o restante da cidade. Outro objetivo que buscou-se identificar está relacionado com as estratégias implementadas pelo comando das Unidades de Polícia Pacificadora a partir dos efeitos gerados por essa política.

Apesar das variações entre as favelas pacificadas estudadas, muitos pontos em comum foram identificados. Um deles refere-se à possibilidade de os moradores andarem com mais liberdade pelos espaços da favela. Muitas mães mencionaram o fato de poderem buscar os seus filhos na escola sem a preocupação de se verem diante de um fogo cruzado. Já os pais

Cavalcanti e Alys Willman. Também participaram Janice Perlman que prestou consultoria para a conceituação do projeto de pesquisa, além de orientação e feedback para o trabalho de campo e a elaboração do relatório de base. Sobre a pesquisa de campo ela foi conduzida por Mauro Amoroso (Borel), Mario Brum (Chapéu Mangueira/Babilônia), Luiz Fernando Almeida (Pavão Pavãozinho/ Cantagalo) e Mariana Cavalcanti (Manguinhos).

²⁹ O complexo de favelas de Manguinhos foi ocupada pela força do Estado, envolvendo vários segmentos de segurança, no dia 14 de outubro de 2012 e após um breve período de ocupação e preparação, teve em 16 de janeiro de 2013 a inauguração de uma Unidade de Polícia Pacificadora.

relataram sobre o exemplo que pode ser gerado pelos seus filhos, que não presenciam como antes a exposição de armas nas mãos dos traficantes. Assim, surge a possibilidade de uma vida associativa diferente entre os moradores de áreas “pacificadas”.

Cabe destacar ainda, que a vida associativa gerada a partir da chegada da UPP produziu outros reflexos, sejam intencionais ou não. É o caso, já descrito anteriormente, das restrições ou proibições de festas, que geraram opiniões bastante diferentes entre os moradores. Os mais jovens mostraram-se insatisfeitos com essas regulações enquanto os mais velhos interpretaram como um fator positivo.

Em relação ao contato entre moradores e policiais, o estudo revela que a UPP tem um potencial de modificar a relação entre esses atores, principalmente o de fomentar uma espécie de pacificação dos policiais. Porém, constatou-se a presença de práticas abusivas por parte de policiais. Esse fato demonstra que essa nova relação precisa passar por um processo de institucionalização e de ajustes, pois apesar da melhora na relação, os moradores expuseram que esse contexto depende bastante do plantão de policiais que está de serviço.

Ainda dentro do contexto abordado, as interações sociais fomentadas vêm possibilitando uma reestruturação de demandas organizadas, que não se limitam às reflexões e lutas por direitos sociais, mas buscam nutrir o debate com temáticas ligadas aos direitos humanos.

Retomando a temática sobre a integração da favela com o restante da cidade, a percepção dos moradores dessas áreas é de que esse efeito está se materializando de maneira muito lenta. Apesar da implementação de algumas políticas públicas (construção de creches, áreas de lazer, saneamento básico entre outros) em favelas com UPP, elas não estão ocorrendo no mesmo ritmo das políticas voltadas para a ocupação e permanência policial.

As políticas públicas ligadas aos direitos sociais em favelas “pacificadas” são permeadas de críticas e polêmicas, inclusive em relação às suas denominações, como o exemplo do termo “UPP Social”. Desde sua criação em 2010, essa política já passou por inúmeras transformações (gestão do estado para o município por exemplo), mas continua sendo alvo de disputas dentro da esfera política que estão distantes de uma solução que se traduza em direitos sociais.

A inclusão na pesquisa da favela de Manguinhos como caso de controle mostrou-se fundamental, tanto para rememorar como é a vida cotidiana de moradores que sofrem com as práticas rotineiras que impõem limites a liberdade, quanto pela dinâmica que se apresenta na

relação entre atores envolvidos no processo de “pacificação”. Processo esse que deve ser pautado na confiança contínua entre a polícia e os moradores.

O trabalho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do LAV-UERJ, publicado em maio de 2012 também avalia diversas consequências para os moradores dos conjuntos de favelas com a chegada das Unidades de Polícia Pacificadora. A pesquisa, realizada poucos anos após a inauguração da primeira UPP, forneceu subsídios importantes para análises do chamado efeito UPP. Diagnosticar os impactos iniciais dessa política pública na vida das pessoas foi um dos objetivos dessa pesquisa, sendo uma espécie de contraponto num momento que havia um consenso sobre o processo de pacificação.

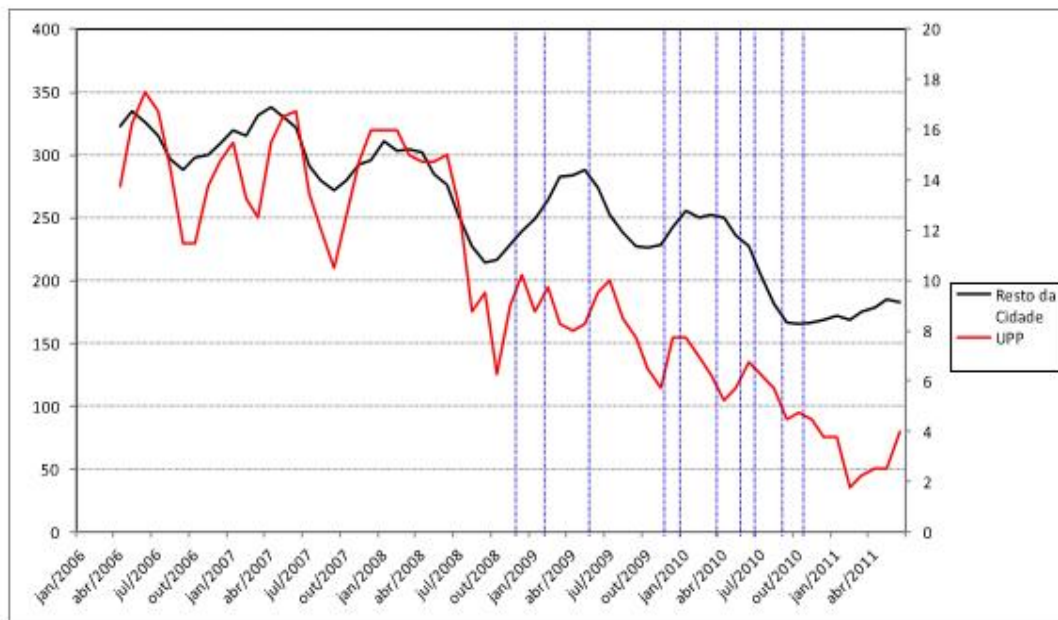
Um dos elementos importantes desse estudo tem relação com as avaliações dos impactos das UPPs nos índices de criminalidade, dentro e no entorno das favelas. Sem dúvida, os holofotes da sociedade civil estão sempre voltados para esse assunto quando medidas relacionadas às políticas de segurança pública são aplicadas. Para essa análise foram contempladas os seguintes crimes: mortes violentas, lesões dolosas não letais, ameaças, estupros, e furtos.

O crime de mortes violentas inclui em seu conjunto uma série de modalidades (homicídios, mortes pela polícia -autos de resistência -, outros crimes seguidos de morte e encontros de cadáver e de ossadas) e tem como objetivo principal avaliar a letalidade em seu conjunto de uma maneira que as inúmeras e possíveis classificações não prejudiquem e criem sérios problemas para a análise (CANO, 2012), o que pode gerar graves equívocos e fomentar interpretações tendenciosas.

Sobre os resultados referentes aos crimes violentos em áreas “pacificadas” foi possível verificar uma diminuição em algumas modalidades, como de homicídios dolosos, homicídios por auto de resistência e de roubos. Entretanto, constatou-se um aumento de lesões dolosas, ameaças e crimes relativos a drogas e furtos. Sem estabelecer uma prematura relação de causalidade, não se pode ignorar para os efeitos esperados quanto ao número de homicídios após alguns anos de funcionamento de uma política pública de segurança que propaga a substituição de confrontos por conflitos como mecanismo de resolução de problemas ligados à “violência urbana”.

A seguir, o gráfico mostra uma redução de vítimas de mortes violentas intencionais nas áreas das Unidades de Polícia Pacificadora maior que no restante da cidade do Rio de Janeiro.

Gráfico -Vítimas de mortes violentas intencionais registradas por mês no município do Rio de Janeiro: Comunidade com UPP versus resto da cidade



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP)

Nota: As linhas verticais em azul representam a data de implantação das UPPs.

A respeito da diminuição de homicídios em favelas com UPP, o estudo tem o cuidado de não desenvolver uma análise meramente mecanicista de causa e efeito. Alerta para o fato de se interpretar a redução do crime violento citado como um resultado exclusivo da implementação da política de “pacificação”. Assim, ela poderia ser um reflexo do que está acontecendo em outras áreas da cidade. Para uma conclusão mais apurada seria necessário evidenciar uma queda nas áreas de UPP superior à obtida na população em geral, passando por uma metodologia onde o grupo de controle (população em geral) pudesse estabelecer comparações (CANO, 2012).

Outra questão relevante que contribui para as reflexões críticas dos possíveis efeitos positivos sobre a violência letal com a chegada das UPPs é a possibilidade de migração criminal que pode ser fomentada com essa política pública, impedindo que se obtenha uma certeza sobre a independência desses eventos em áreas com e sem UPP.

Independentemente das dificuldades e dos desafios evidenciados anteriormente sobre as análises que buscam explicar o contexto de redução da violência letal, como homicídios, em favelas com UPP, um fator mostrou-se claro nesse estudo e em outras pesquisas. Trata-se

da maneira de atuação da polícia em favelas “pacificadas”, que substituiu as incursões esporádicas pela ocupação permanente. Esse episódio gerou uma diminuição dos homicídios provocados pela disputa do controle territorial de grupos rivais e pela redução dos autos de resistência quando o confronto ocorria entre traficantes e policiais.

Além dos inúmeros estudos sobre a política de “pacificação” apresentados no site oficial do Governo do estado do Rio de Janeiro sobre as UPPs, muitas pesquisas e trabalhos decorrentes dessa temática vêm sendo realizados e publicados no campo acadêmico. Isso ocorre devido a muitos fatores, passando pela trajetória acadêmica que muitos cientistas sociais possuem até mesmo pela importância que essa política se apresenta para a sociedade do Rio de Janeiro e para o país na atualidade.

Interpretar o contexto gerado a partir dos impactos das Unidades de Polícia Pacificadora torna-se indispensável para compreender os novos arranjos sociais que estão sendo moldados, contribuindo para tornar o espaço do estado mais democrático, onde o exercício da cidadania seja compartilhado por todos, independentemente de sua classe social, nível de renda ou local de moradia.

Com o objetivo específico mencionado acima, o prosseguimento da revisão de literatura pretende expor e dialogar com os principais temas desenvolvidos a partir da política de “pacificação” das favelas do Rio de Janeiro. Para esse exercício, inúmeros trabalhos acadêmicos sobre o processo de “pacificação” serão analisados e comentados, principalmente aqueles que mais fomentaram reflexões críticas e trouxeram contribuições teóricas para o objeto de estudo dessa Dissertação.

Um dos temas mais recorrentes em trabalhos refere-se ao uso político da violência em favelas e áreas periféricas do país. Como a sua ocorrência, gerada entre outros motivos pelas disputas territoriais de grupos que controlam o varejo de venda de drogas, justifica a intervenção e melhoria na infraestrutura nesses espaços, assim como de outras políticas públicas, como no caso das Unidades de Polícia Pacificadora. É dentro dessa lógica perversa que se releva um paradoxo em que “a violência e o estigma associados a essas áreas acabam por criar as condições para a melhoria material e também para o reconhecimento político de seus moradores” (CAVALCANTI, 2013, p.194). No mesmo instante a situação gerada fornece subsídios que alimentam e sustentam as relações de poder que moldam esses espaços e norteiam as intervenções.

Através da temática da violência o Estado legitima as suas ações intervindo de maneira autoritária, sem dialogar com as verdadeiras necessidades e demandas dos moradores de favelas. É a partir desse cenário que alguns conflitos sociais são interpretados pelos órgãos de segurança pública como uma situação de guerra. Nesse contexto surge o que Márcia P. Leite (2014) chama de “metáfora da guerra”, onde se institui uma “representação da cidade como dilacerada pelos conflitos e contradições entre os territórios da violência e das ilegalidades a ela relacionadas e o restante da cidade, espaço da ordem estatal e da cidadania” (LEITE, 2014, p.628).

A partir da “metáfora da guerra” o Estado justifica e legitima as suas ações em favelas e bairros pobres, inclusive abonando as incursões policiais que promoveram a morte de pessoas inocentes ou até mesmo os chamados auto de resistência.

Mesmo nas favelas “pacificadas” com a presença permanente de policiais, diferente de outras que ainda não foram “pacificadas” e que esporadicamente sofrem com as incursões policiais, a “metáfora da guerra” é uma representação frequentemente utilizada pelo Estado para justificar suas práticas e revesti-las de legalidade.

Usando e transitando pelo binômio “guerra x paz”, o Estado vem adotando muitas políticas públicas com o propósito de gerenciar a vida e os conflitos sociais nas favelas (LEITE, 2014). Essa gestão instrumentaliza o silêncio dos moradores como a principal arma na resolução dos conflitos. Alguns moradores do Complexo da Mangueirinha, assim como de outras favelas (MENEZES, 2015) não cansam de repetir o trecho da música “Minha alma” composta por Marcelo Yuka que diz “pois paz sem voz, não é paz, é medo”

Ainda sobre o tema, Leite (2014) revela que o processo de aproximação entre moradores e traficantes no imaginário carioca contribui para a classificação das favelas como um território “inimigo” da ordem pública, fato gerado por um debate público sobre violência urbana que caminha para um plano moral e que alimenta as representações que existem dos moradores de favelas como bandidos, criminalizando ainda mais a pobreza.

Tendo como ponto de partida uma reflexão gerada partir da “retórica legitimadora das políticas destinadas às favelas da cidade” (CAVALCANTI, 2013, p.195) deve-se edificar e desenvolver outras propostas, principalmente aquelas que propõem uma desconstrução na esfera pública dos discursos que exaltam as virtudes da chegada do Estado em favelas, como um Estado redentor e possuidor do único canal legal para as resoluções dos problemas nesses espaços.

Dentro da lógica intervencionista do Estado, Cavalcanti (2013) faz uma relação entre a Política de Aceleração do Crescimento (PAC) voltada para a moradia e o processo de “pacificação”. Mostra que “se as intervenções do PAC-Favelas não são novas em si mesmas, sua justaposição com o programa das UPPs no Rio de Janeiro aponta para uma experiência em escala sem precedentes” (CAVALCANTI, 2013, p.197). Hoje, são comuns denúncias e reportagens que mostram muitos conjuntos habitacionais criados pela PAC ocupados por grupos de milicianos e de grupos ligados ao tráfico de drogas. Diante desse fato é possível perpetrar alguns questionamentos, como por exemplo: existe alguma relação com a ocupação dos conjuntos habitacionais dos grupos citados com a “pacificação”? Os gestores públicos não pensaram nessa possibilidade? Sem a pretensão de esgotar esse assunto aqui, qualquer análise que tente apontar possíveis erros de gestão e planejamento deve iniciar pelo modo como o Estado e a sociedade enxergam essas áreas e os seus respectivos moradores.

Outro tema importante sobre o processo de “pacificação” está relacionado com as avaliações e interpretações fomentadas pelos “invadidos” e “invasores” com a chegada e a permanência dessa política pública. A partir desse caminho é possível mostrar o desenvolvimento dessa política através das suas diversas fases, como os períodos da indeterminação e da estabilização. Fases que geram incertezas, rumores e estratégias de ambos os atores para lidar com os novos arranjos sociais que emergem.

Abaixo são apresentados dois esquemas sobre o processo de implementação das UPPs. O primeiro organizado de forma linear e o seguinte de forma circular. Ambos foram produzidos por Palloma Menezes (2015) e apesar de possuírem as mesmas fases, estão ordenadas de maneira diferentes.

No primeiro esquema o objetivo é fornecer com mais clareza as etapas do processo de “pacificação” que os atores envolvidos passam. A linearidade mostrada apenas tem um caráter elucidativo, não podendo ser interpretada a partir de uma rigidez estrutural onde cada etapa está pré-definida. No segundo esquema, o objetivo é mostrar que esse processo não tem um caráter fixo e permanente, numa espécie de evolucionismo linear. Os processos de investigação dos atores (“invasores” e “invadidos”) são atividades permanentes, em que as indeterminações, os testes, as situações problemáticas e de estabilidade são interligadas e contínuas, aflorando de acordo com as situações geradas em distintas temporalidades.



É importante sinalizar que a autora, apesar de mostrar a importância de ambos os esquemas, tem um posicionamento claro sobre eles.

Para tornar a apresentação do processo da implementação da UPP mais inteligível e ordenado, sigo a estrutura linear das fases da lógica da investigação de Dewey para organizar a tese. Deixo claro, contudo, que, na prática, penso muito mais em uma circularidade constante das fases na qual cada uma está contida em todas as outras. Ou seja, penso que a indeterminação, ainda que em intensidades variadas, está presente em todas as etapas do processo da UPP; assim como a problematização, os testes e as estabilizações. Por isso, na prática, entendo que ao invés de um sequenciamento teleológico que parte sempre da indeterminação e chega à estabilização, considero que a UPP, na verdade, é um problema contínuo, uma evolução permanente de estabilidade e instabilidades cujas investigações e ações dos atores estão lidando ao longo do tempo. Daí porque essa estrutura linear que apresento adiante de situação indeterminada, problemática, fase de testes e hipóteses e, enfim, uma solução estável, é meramente analítica e nos ajuda a pensar o fenômeno em uma escala mais geral. (MENEZES, 2015, p. 15)

Nesse jogo investigativo entre “invasores” e “invadidos” a lógica do fogo cruzado deu lugar a lógica do campo minado (MENEZES, 2015). Num processo social cumulativo os atores desenvolvem as suas estratégias com finalidades distintas, como por exemplo, as comunicações exercidas através dos rumores, que podem fazer parte de um conjunto de práticas de interpretação e adaptação as circunstâncias que se apresentam.

Ainda sobre os rumores, cabe destacar que eles são um excelente instrumento de mapeamento de investigação, pois evitam problemas gerados pela “contaminação” entre moradores e policiais e também não compromete ninguém especificamente, já que ele tem um caráter de anonimato. Dessa forma, os rumores são fundamentais para as estratégias que são moldadas pelos atores nesse “jogo de gato e rato” (MENESES, 2015, p.185). Essa nova configuração substitui a lógica do confronto, onde armadilhas e táticas de engano são permanentemente estudadas e aplicadas (MENEZES, 2015).

Com o tempo, a política de “pacificação” foi promovendo uma espécie de rotinização entre as ações e comportamentos dos “invadidos” e “invasores”, que “passaram a educar a sua atenção e seus repertórios sensíveis” (MENEZES, 2015, p.213). Essa estratégia mostrou-se fundamental, pois com a chegada das UPPs o jogo de contaminação ficou ainda mais complexo para os moradores.

No jogo de relações desenvolvido a partir da implementação das UPPs é de fundamental importância compreender todo o processo que envolve o policial que trabalha em favelas “pacificadas”. O que eles pensam sobre essa política pública? Qual o papel que desempenham? Esses e outros pontos devem ser continuamente observados e estudados nas análises sobre as UPPs.

O policial que atua numa Unidade de Polícia Pacificadora tem a sua atividade repleta de ambivalências, pois em muitas situações experimenta uma dupla atuação, a de policial e agente social. Esse fato promove conflitos devido aos repertórios de significados que se apresenta (TEIXEIRA, 2015).

A dupla atividade do policial gera um tipo sociológico – o policial social. Esse não se resume ao policial envolvido em projetos sociais. Ele é fruto das articulações e conflitos que constituem e ultrapassam as experiências particulares. Assim, ele representa o encontro de duas propostas de intervenção: a “guerra ao crime” e a prevenção ao crime” (TEIXEIRA, 2015).

Outros aspectos importantes sobre o policial que atua nas UPPs foram identificados e avaliados numa rodada de pesquisas (2010, 2012 e 2014) por pesquisadores do CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes. Essas pesquisas analisam o programa a partir da percepção e experiências dos policiais, ou seja, o modo como eles avaliam aquilo que estão fazendo.

Entre os dados importantes das pesquisas do CESeC destacam-se alguns pontos importantes, como por exemplo, a formação inadequada para trabalhar na “pacificação”, o percentual considerável de policiais insatisfeitos com o seu trabalho e elevado número de policiais que gostariam de trabalhar em outros segmentos da polícia militar como os Batalhões. Entre os motivos para uma eventual mudança destaca-se o fato de se acharem mais úteis, identificar-se mais, ser mais polícia ou ser polícia de verdade.

Sobre ser um policial de verdade, Antonio Rafael Barbosa faz uma análise importante, principalmente sobre a abordagem simbólica do policial da UPP. Esse que muitas vezes têm o desejo de ser um “policial de verdade”, ou seja, dar tiro, perseguir bandidos, e que não interpreta o seu trabalho atual (um mediador de conflitos, polícia de proximidade) como genuinamente de polícia. “Pacificar” a polícia, modificando a sua atuação, “tradicionalmente marcada pelo recurso à violência, em suas mais diversas formas” (BARBOSA, 2012, p.259), talvez seja um dos grandes desafios da política das UPPs.

A insatisfação dos policiais também tem uma relação quanto às incertezas geradas pela continuidade dessa política pública. A consolidação do processo de “pacificação” é um processo que envolveu tanto os moradores das áreas ocupadas como a própria polícia e o Governo do estado (MENEZES, 2015).

Quanto às incertezas, elas não permeavam apenas aos assuntos relativos à permanência ou não das UPPs, principalmente após o término dos Jogos Olímpicos. Elas apareceram na Secretaria de Segurança Pública em diversos aspectos, como por exemplo, na condução adequada para diminuir os possíveis conflitos internos, na escolha das futuras áreas pacificadas, na seleção dos policiais entre outros.

Também surgiram incertezas nos policiais que passaram a trabalhar em favelas pacificadas. Entre eles, os próprios Comandantes das UPPs que não receberam inicialmente nenhum tipo de treinamento especial e que diante de um problema tomavam uma decisão de caráter pessoal. É o famoso “aprender fazendo”. Isso gerava diferentes formas de sociabilidade entre moradores e policiais em situações semelhantes em favelas “pacificadas”.

Em algumas eram permitidas festas até determinado horário em outras não. Só para ilustrar um caso.

As diferentes relações entre moradores e policiais aconteciam inclusive numa mesma favela, dependendo de cada plantão policial. Alguns plantões eram classificados como mais brandos outros não, dependendo das ações policiais. A verdade é que aos poucos os “invadidos” foram mapeando essas situações e criando as suas estratégias de convívio com as novas organizações socioespaciais e territorialidades que se configuravam.

Outro tema importante sobre processo de “pacificação” tratado em alguns trabalhos revisados são as tentativas de se estabelecer “novos” padrões de comportamento aos “invadidos”. Esse episódio revela o caráter mais amplo que essa política pública possui, assim como um preconceito com a “cultura do favelado”. Condenar e até mesmo proibir alguns hábitos de moradores (como escutar músicas de funk, pronunciar algumas gírias entre outros) estão bastante distante de uma política pública rotulada como de segurança.

Também cabe mencionar as análises sobre as mudanças nos discursos oficiais quanto aos objetivos da política de “pacificação” (acabar com o tráfico de drogas, trazer cidadania para os moradores das favelas, integrar a favela à cidade, evitar a morte de vítimas de bala perdida entre outros) e aos diferentes usos econômicos e políticos (gerar sensação de segurança para moradores de classe média, promover segurança para os eventos esportivos, fomentar o mercado imobiliário, usar como propaganda política entre outros) que as Unidades de Polícia Pacificadora se prestam. Neste último caso, os usos citados não se restringem a apenas aos setores públicos.

Outro ponto importante tratado refere-se à “adesão” dos moradores das favelas “pacificadas” ao programa das Unidades de Polícia Pacificadora. Barbosa mostra que na verdade ocorrem “conexões sempre parciais e provisórias entre práticas e políticas de gestão da vida nessas localidades periféricas” (2012, p.259). Muitos moradores possuem o receio de aderirem ao programa, assim como de participar. Alguns caminhos revelam os motivos da não adesão. Um deles refere-se aos rumores de que a UPP acabará e que haverá retaliação aos moradores que se aproximarem da polícia por parte dos traficantes. Outra ocorre devido à relação histórica da polícia com os moradores de favelas.

Apesar de muitas críticas à política de “pacificação” por parte de muitos segmentos da sociedade, pesquisas recentes revelam que uma parcela significativa dos moradores querem a continuidade do projeto (VILAROUCA e RIBEIRO, 2016), mas que alguns ajustes devem ser

feitos, assim como a adoção de políticas públicas que não se restrinjam à ocupação militarizada e contribua para o desenvolvimento social.

II – AS POSSÍVEIS PEÇAS DO QUEBRA-CABEÇA UPP DA MANGUEIRINHA

1. A utilização do capital político da violência no processo de “pacificação” da Mangueirinha

Em 2014 foram instaladas apenas duas Unidades de Polícia Pacificadora no estado do Rio de Janeiro, a Mangueirinha em fevereiro e a Vila Kennedy em maio. A criação das duas últimas UPPs, até o momento, tem uma especificidade diferente das demais. Elas foram inauguradas num momento distinto, onde não havia mais um consenso de inúmeros segmentos da sociedade sobre o processo de “pacificação”. Era um período, onde emergiam periodicamente denúncias de abusos de autoridade e escândalos de tortura e corrupção por parte dos policiais que trabalhavam nas UPPs. A pergunta “Cadê o Amarildo³⁰?” ainda ecoava em parte das periferias e das favelas do Rio de Janeiro.

É nesse contexto, representado por uma outra temporalidade, que as UPPs citadas foram instaladas, como se tivessem chegado depois da festa. Esse cenário propiciou uma série de reflexões sobre os possíveis motivos que motivaram o Governo do estado do Rio de Janeiro na escolha das UPPs mencionadas.

Com relação à “pacificação” da Mangueirinha é possível identificar argumentos que se aproximam da demais UPPs quanto a justificativa de sua criação, mesmo numa temporalidade diferente. Entretanto, não se pode ignorar uma certa singularidade dessa Unidade de Polícia Pacificadora. Uma UPP na Baixada Fluminense segundo Miagusko, “passou a ser demandada por moradores, articulados por associações religiosas, movimentos sociais e pelo poder público local, preocupados com o aumento da violência”. (2016, p.2)

³⁰ Amarildo Dias de Souza, pedreiro, morador da Rocinha, desapareceu na favela após ser levado por policiais militares para interrogatório na sede da UPP no dia 13 de julho de 2013. Segundo as posteriores investigações ele foi torturado até a morte. O “caso Amarildo”, como ficou conhecido pela sociedade Civil, teve repercussão em todo o país, levando a julgamento e condenação alguns policiais que trabalhavam nessa Unidade de Polícia Pacificadora.

A demanda de moradores para a instalação de UPPs em novas áreas, principalmente na Baixada Fluminense, expõe uma importante característica do processo de “pacificação”, ou seja, como a sua representatividade tornou-se um instrumento indispensável usado pelo Governo no conjunto de políticas de segurança que propõem a resolução da violência urbana.

Pode-se dizer, ainda sobre a demanda dos moradores, que ela funcionou com um elemento aglutinador de outros diversos segmentos da sociedade, interessados na criação de uma UPP em Duque de Caxias. Além de algumas questões econômicas, tratadas a seguir, a UPP do Complexo da Mangueirinha reforça o “entrelaçamento entre mercado político e violência” (MIAGUSKO, 2016, p.3) que existe na Baixada Fluminense há décadas.

A utilização da violência como capital político não é novidade na Baixada Fluminense, onde a média de 76 assassinatos por 100 mil habitantes é bastante superior ao número de homicídios (50 assassinatos por 100 mil habitantes) que caracteriza regiões em guerra, segundo a ONU (ALVES, 2007).

A carreira e o prestígio de muitos políticos da Baixada Fluminense, inclusive de Duque de Caxias, até hoje estão ligados a uma história de violência. São inúmeros casos que ilustram a ascensão política de pessoas que eram integrantes dos chamados esquadrões da morte, ou seja, grupos de extermínio que eram patrocinados por comerciantes locais e que ganhavam a garantia da impunidade de Instituições do Estado (ALVES, 2002; 2003). Políticos do passado, como Tenório Cavalcanti³¹ e da atualidade, como José Camilo Zito dos

³¹ Alagoano de Palmeira dos Índios, Tenório Cavalcanti dominou a Baixada Fluminense nos anos 50 e 60. Nascido no dia 27 de setembro de 1906, chegou à região nos anos 20 e ali viveu até morrer, em 1987. Dono de personalidade violenta, ele aterrorizava seus adversários, com uma submetradora alemã, que ele chamava de Lurdinha. Trazia a arma sempre escondida em uma capa, o que lhe valeu a alcunha de “o homem da capa preta”. Populista, Tenório era chamado pelos aliados políticos de “rei da Baixada”, e pelos rivais, de “deputado pistoleiro”. Devido às constantes ameaças de morte, Tenório e sua família habitavam uma fortaleza na Baixada Fluminense, projetada pelo arquiteto Sérgio Bernardes. Andava sempre armado e acompanhado de capangas. A ele foram atribuídos pelo menos 25 crimes violentos. Um dos mais célebres foi o assassinato do delegado Albino Imparato. Ao longo da sua carreira política, ele também teria sofrido 47 atentados, sendo alvo de mais de 60 tiros, conforme O GLOBO publicou em reportagem da edição de 6 de maio de 1987.

O “rei da Baixada” foi eleito deputado estadual e federal pelo Rio de Janeiro, tendo concorrido ainda a governador dos estados do Rio e da Guanabara. Sua vida inspirou o filme “O Homem da Capa Preta”, rodado em 1986 por Sérgio Rezende e estrelado por José Wilker no papel de Tenório Cavalcanti. No festival de Gramado, o longa ganhou os Kikitos de Melhor Filme, Melhor Ator, Melhor Atriz (Marieta Severo) e Melhor Música.

Santos, o Zito³², são excelentes exemplos das relações existentes entre política e violência em Duque e Caxias. Este último, “seria identificado por testemunha e pelo Ministério Público como alguém que preferia investir no velho binômio clientelismo e violência (ALVES, 2003, p.114).

Com a instalação da UPP no Complexo da Mangueirinha, o Estado novamente utiliza a violência como capital político. Entretanto, havia uma diferença dessa política pública em relação às práticas do passado. Agora, o Governo do estado do Rio de Janeiro emprega o discurso da “pacificação” como um remédio para a resolução da violência.

Essa espécie de “remédio” para conter a violência na Baixada seria um dos principais componentes usados pelo PMDB na campanha para as eleições do Governo do estado em 2014. Com o apoio do então prefeito da época, Alexandre Cardoso³³, a primeira UPP da

Nascido em 27 de setembro de 1906, em Palmeira dos Índios - terra de Graciliano Ramos -, em Alagoas, Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque chegou à Duque de Caxias, então distrito de Nova Iguaçu, uma área predominantemente rural, ainda nos anos 20, com 16 anos. Sua carreira política começou com a eleição para vereador, em 1936. Tenório morreu, aos 80 anos, de pneumonia dupla, em 5 de maio de 1987, numa cama de hospital na Barra da Tijuca.

Ele teve quatro filhas, dez netos e outros 17 adotivos. Lenda na política e no banditismo da Baixada Fluminense, o mito levou mais de mil pessoas ao seu velório e provocou engarrafamento nas ruas de Caxias, onde foi enterrado com a capa. (Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/tenorio-cavalcanti-comandou-imperio-do-terror-na-baixada-fluminense>. Acesso em 06 de janeiro de 2017)

³² Em 1988, Zito estreia na esfera política. Então candidato a vereador, foi eleito com 1.770 votos pelo PPR. Em 1990, pelo PTB, concorreu a Deputado Estadual e ficou com a segunda suplência, após obter 11.300 votos. Em 1992, pelo PSB, foi reeleito vereador com a marca de 7.100 votos, e chegou à presidência da Câmara de Duque de Caxias, com votação até então expressiva e inédita. Entre 1993 e 1994 ocupou o cargo de presidente da Câmara Municipal.

Em 1994, Zito ingressa no PSDB e é eleito Deputado Estadual com mais de 18 mil votos. Na Assembleia Legislativa (ALERJ), é Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças. Em 1996 é eleito prefeito de Duque de Caxias e reeleito em 2000.

Em 1º de Outubro de 2006, é eleito o deputado estadual mais votado do Rio de Janeiro com 204.880 votos. Em 2008 torna-se prefeito de Duque de Caxias pela terceira vez. Atualmente é Deputado estadual do Rio de Janeiro pelo Partido Progressista (Fonte: <http://portaldozito.com.br/biografia>. Acesso em 06 de janeiro de 2017).

³³ Alexandre Cardoso foi prefeito do município de Duque de Caxias entre 2013 a 2016. A sua estreita ligação política com o grupo do PMDB, que vem governando o estado do Rio de Janeiro, pode ser demonstrada através de sua participação direta na gestão do governo como Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia no período entre 2007 a 2010.

Baixada Fluminense foi criada. A “pacificação” num conjunto de favelas no terceiro maior colégio eleitoral e a expectativa de que outras favelas da região seriam contempladas gerada pelos discursos políticos, trariam muitos votos na eleição daquele ano.

Não faltavam opções de escolha de uma favela ou o conjunto delas para instalar a primeira UPP na Baixada Fluminense, especificamente em Duque de Caxias. No Complexo da Mangueirinha já havia uma Companhia Destacada e com o apoio financeiro e logístico da Prefeitura, o caminho para transformá-la numa Unidade de Polícia Pacificadora tornou-se menos complicado. Foi dessa forma, que a prefeitura tornou-se responsável pela construção da sede da UPP, no alto do Morro do Sapo e também por criar melhores condições de acesso para os policiais, asfaltando a rua do Jipe, o principal caminho até a sede.

A escolha de “pacificar” o Complexo da Mangueirinha também tem relação com o status que o conjunto de favelas adquiriu nos últimos anos. Conduzidas por integrantes de uma das facções criminosas mais conhecidas do Brasil, o Comando Vermelho (CV), as favelas da Mangueirinha eram consideradas violentas e extremamente perigosas pelos moradores do Município de Duque de Caxias. Tanto que no discurso de inauguração da UPP, o prefeito Alexandre Cardoso mencionou³⁴ que a Mangueirinha era uma das principais favelas da facção criminosa citada e que ganhou ainda mais importância para o grupo depois da megaoperação e posterior ocupação do Complexo do Alemão pelas forças de segurança do Estado em novembro de 2010. O prefeito ainda comentou, que as mudanças já podiam ser sentidas desde a criação da Companhia Destacada, dando o exemplo do aumento do número de matrículas na escola Municipal Hermínia Caldas, considerada vulnerável diante dos intensos tiroteios entre policiais e traficantes.

Nos anos anteriores a chegada da UPP, a Mangueirinha ganhava a atenção de delegados e outros agentes de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Isso ocorreu devido às ações de roubos, principalmente de veículos, e homicídios praticados por um grupo de criminosos, liderados por Luís Carlos Nesse José, conhecido como Olho de Vidro ou simplesmente Di Vidro.

Di Vidro, integrante do Comando Vermelho, era chefe do comércio de entorpecentes da Favela do Morro do Sapo e um dos bandidos mais procurados do Rio de Janeiro em 2010,

³⁴ Fonte: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/02/duque-de-caxias-recebe-primeira-upp-fora-da-capital>. Acesso em 08 de janeiro de 2017.

ao lado de Fabiano Atanázio da Silva, o FB, e Luciano Martiniano, o Pezão. Era considerado o terror dos motoristas de Duque de Caxias e tinha a fama de matador de policiais. A divulgação, na época, da imagem de Di Vidro no site do disque denúncia ratifica a importância dada aos agentes de segurança do estado do Rio de Janeiro com a sua possível captura.



Olho de Vidro foi morto no dia 28 novembro de 2010 durante uma incursão das forças de segurança no Complexo do Alemão, onde um dos objetivos dessa operação foi a preparação das áreas do conjunto de favelas para a chegada da Unidade de Polícia Pacificadora. Policiais militares do 15º Batalhão e policiais civis da 59ª DP, ambos em Duque de Caxias, confirmaram a informação³⁵.

Mesmo após vários anos de sua morte, constatei ao longo da etnografia que eventualmente o seu nome era citado quando as conversas caminhavam para assuntos relacionados à violência. Percebi que as falas dos moradores permeavam entre uma certa

³⁵ Fonte: <http://extra.globo.com>. Reportagem sob o título “Olho de Vidro, um dos bandidos mais procurados do Rio, morre no Alemão”. Em 29.11.2010 às 00h00. Atualizado em 16.12.2011 às 21h36. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

admiração e temor. Foram muitos os relatos sobre as práticas cotidianas de Di Vidro e do seu grupo. Fantasiosas ou não, como as histórias que relatam o seu hábito de morder os próprios braços até sangrar antes de cometer algum assassinato e do seu fuzil AK 47 dourado, o fato é que elas demonstram uma questão simbólica importante em torno do nome desse criminoso.

As histórias narradas pelos moradores sobre as ações violentas de Di Vidro e de outros criminosos do Complexo da Mangueirinha não são diferentes de outros “donos de morros” das demais favelas do Rio de Janeiro (Barcellos, 2003). Nomes do passado e do presente como Marquinho VP, Orlando Jogador, Escadinha, Fernandinho Beira-Mar, Nem da Rocinha, entre outros, são eventualmente lembrados pelos moradores. Essas ações podem ser interpretadas sob diversas análises, como por exemplo, o pragmatismo de reagir na defesa do território contra grupos rivais, assim como no campo simbólico, quando as ações buscam reafirmar a imagem construída dentro e fora da favela.

Para fornecer subsídios sobre o contexto apresentado em parágrafos anteriores, torna-se fundamental relatar um exemplo de como um canal da mídia de grande circulação no Rio de Janeiro abordou esse caso. No dia 04 de abril de 2010, o jornal Extra publicou em seu site uma reportagem sobre Di Vidro. Sob o título “Luis Carlos Di Vidro, o terror dos motoristas de Duque de Caxias”, a reportagem faz um resumo de sua biografia e do seu histórico de criminalidade³⁶.

³⁶ Luis Carlos Nesse José, o Di Vidro, de 33 anos, tem causado pânico entre os condutores de Duque de Caxias. Ele e seu bando de ladrões de carros atuam há mais de dez anos, na cidade e nas vias de ligação aos municípios vizinhos da Baixada Fluminense. Investigações da 59ª DP (Duque de Caxias) apontam que, no mês passado, Di Vidro comandou um bonde que teria roubado 20 veículos em um único fim de semana.

A ficha criminal do bandido é extensa. Sua "carreira" começou com um roubo, no dia 17 de novembro de 1998. Contra ele há quatro mandados de prisão por roubo e um por homicídio, expedidos pela 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias e pela 25ª Vara Criminal da Capital. Esta semana, o delegado Antônio Silvino Teixeira pediu mais dois mandados por homicídio.

- Podemos dizer que, atualmente, a prisão desse criminoso é a nossa prioridade, tamanho o terror que ele tem causado em Duque de Caxias - revelou Silvino.

Di Vidro chegou a ficar na cadeia de 1998 a 2001 por roubo, com prisão decretada em processos julgados na 1ª e na 5ª Vara Criminal de Duque de Caxias, mas recebeu o direito de cumprir o resto da pena em regime semiaberto e fugiu.

Ele é casado e tem um casal de filhos, que ficam com a mãe, enquanto o pai comete crimes e foge da polícia. Em um dos processos a que responde, o bandido é acusado, juntamente com outros dois homens, de ter matado e escondido o corpo de Igor de Moura Nunes. Anderson da Costa Rodrigues dos Santos, um de seus comparsas,

O processo de “pacificação” do Complexo da Mangueirinha em Duque de Caxias revela, em parte, a continuidade da lógica da utilização da violência como capital político na Baixada Fluminense. Porém, as estratégias dessa política pública de segurança buscam inverter a lógica do passado, quando grupos de extermínio agiam de forma promíscua com agentes públicos. A UPP da Mangueirinha permanece no caminho engendrado pelo binômio violência-capital político, mas agora através de práticas supostamente preventivas da violência.

É evidente que ainda persistem grupos na Baixada Fluminense que aplicam a máxima do “bandido bom, é bandido morto” e que através da aplicação prática dessa mentalidade esses grupos continuam colhendo dividendos políticos e econômicos. Entretanto, apesar dos inúmeros problemas e críticas à política de “pacificação”, não se pode ignorar que as diretrizes da chamada polícia de proximidade através das Unidades de Polícia Pacificadora não desejam o confronto como a forma mais adequada para a resolução de conflitos. Nesse sentido é possível arriscar uma certa singularidade da UPP da Mangueirinha em relação ao binômio citado.

2. Os interesses econômicos e o efeito de borda

Além do uso do combate à violência como capital político, os interesses econômicos na região constituíram como um grande fator para justificar a instalação de uma Unidade de

foi preso e condenado a 21 anos de prisão. Atualmente, está em um hospital penal da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap).

Segundo a investigação, Luis Carlos Nesse é proveniente da Favela da Chatuba, na Penha, e centralizou as ações na Baixada para fugir das blitzes realizadas pela PM na Avenida Brasil. Quando não está na Vila Cruzeiro, se reveza entre esconderijos no Complexo da Mangueirinha ou passa algumas horas na casa dos pais, no Parque Centenário, em Duque de Caxias.

O titular da 59ª DP tem outra motivação para prender Di Vidro: seus bondes impedem que a unidade consiga uma redução mais expressiva dos índices de roubos de veículos. Dos 173 casos registrados em todo o município, em janeiro deste ano, 97 aconteceram na área de atuação da delegacia.

- Atingimos a meta da Chefia de Polícia, mas precisamos tirar o Di Vidro de circulação para melhorar ainda mais - destacou. (Fonte: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/luis-carlos-di-vidro-terror-dos-motoristas-de-duque-de-caxias-376095.html#ixzz4Q4mpfeMY>. Acesso em 08 de janeiro de 2017)

Polícia Pacificadora em Duque de Caxias. Associado a demanda dos moradores e a pressão de empresários e políticos locais que mencionavam sobre uma possível migração de criminosos para o município após a “pacificação” em favelas do município do Rio de Janeiro, emergia o discurso da necessidade de uma UPP na Baixada devido aos novos investimentos que estavam sendo feitos ou planejados, como aqueles que estavam sendo destinados à construção do Arco Metropolitano.

Com o início do projeto em 2008, a construção do Arco Metropolitano, só concluída em 2014, foi cercada de expectativa, pois fazia parte de um conjunto de obras (como por exemplo, as novas linhas de BRT, Transcarioca, linha 4 do metrô, VLT entre outros) ligadas às questões de mobilidade urbana do estado do Rio de Janeiro. Deve-se lembrar que essas obras fazem parte de um amplo programa de melhorias urbanas em infraestrutura e moradias do Governo Federal da época, conveniado com estados e municípios, chamado de Política de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Arco foi pensado como uma via alternativa para o escoamento do tráfego de veículos na Região Metropolitana (RM) do estado do Rio de Janeiro diante do esgotamento da Avenida Brasil, da Rodovia Presidente Dutra e da BR-040 (Rio-Petrópolis). Com o trecho total de cerca de 145 quilômetros, ligando nove municípios da RM (Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Seropédica e Itaguaí) a construção dessa via era considerada uma grande aposta para atrair novos investimentos para o estado do Rio de Janeiro. A imagem a seguir mostra todo o seu trajeto pelos municípios citados.

O traçado da estrada



Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/arco-metropolitano>. (Acesso em 12 de Janeiro de 2017)

A expectativa de novos investimentos com o Arco Metropolitano se justificava não apenas por ser uma via alternativa diante das demais, promovendo um fator de atratividade locacional para as empresas. Também promovia a ligação mais rápida entre o Porto de Itaguaí e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro³⁷ (Comperj) localizado em Itaboraí. As obras do Comperj, iniciada em 2008 pela Petrobras vinha acompanhada de números impressionantes quanto ao número de empregos, criação de novas empresas e investimentos diretos e indiretos que surgiram ao longo dos anos.

Diante dos investimentos que estavam sendo anunciados para o estado do Rio de Janeiro, a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora em Duque de Caxias constituía numa excelente estratégia econômica. Como esse município tem uma localização que o coloca numa espécie de eixo da engrenagem que estava se configurando, uma UPP num conjunto de favelas (Complexo da Mangueirinha) consideradas como perigosas na Baixada Fluminense tornava-se parte importante de uma política pública mais ampla para o estado do Rio.

O referido eixo espacial que se tornou o município de Duque de Caxias se desenhava a partir de alguns elementos de mobilidade urbana importantes, como por exemplo, a ligação do Arco Metropolitano com a BR 040 e a ligação desta última rodovia com o município do Rio de Janeiro através da Linha Vermelha e da Avenida Brasil.

Através da análise geográfica que envolvem elementos espaciais fixos e fluxos é possível arriscar na hipótese de que a inauguração da UPP do Complexo da Mangueirinha trazia uma mensagem de segurança que objetivava atingir não apenas os moradores das favelas contempladas e do município mencionado. Pensado ou não pelos gestores públicos como uma estratégia econômica, o raio de ação de um possível efeito de borda para o estado do Rio de Janeiro não pode ser desprezado com o processo de “pacificação”. As transformações na paisagem ao longo das margens da rodovia BR 040 dos últimos anos contribuem para as reflexões aqui tratadas.

³⁷ O Comperj está localizado no município de Itaboraí, no Leste Fluminense, ocupando uma área de 45 km², e terá como objetivo estratégico expandir a capacidade de refino da Petrobras para atender ao crescimento da demanda de derivados no Brasil, como óleo diesel, nafta petroquímica, querosene de aviação, coque e GLP (gás de cozinha). Fonte: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 12 de janeiro de 2017)

III – O CLIMA NA FAVELA COM A “PACIFICAÇÃO”

1. “Só acreditei quando eu vi com os meus olhos a UPP aqui”

Apesar dos rumores que se multiplicavam sobre a instalação de uma UPP na Mangueirinha após alguns anos da inauguração da primeira, a maioria dos moradores que eu conversei não acreditavam que uma UPP fosse inaugurada na favela. “Só acreditei quando eu vi com os meus olhos a UPP aqui” foi uma das falas mencionadas por um morador da favela do Morro do Sapo.

Outras frases semelhantes também foram relatadas pelos moradores do Morro do Sapo e demais favelas da Mangueirinha. Elas não transmitiam que o processo de “pacificação” significava uma grande surpresa. Mas que a sua existência física representava a transformação de um importante rumor em algo concreto. Uma moradora que reside há uma quadra da sede da UPP fez o seguinte comentário:

“Quando veio o governador e aquele bando de puxa-saco eu pensei: agora é de verdade! Parecia uma festa. Realmente eu fiquei surpresa com a inauguração, porque aqui na favela a gente tá cansado de promessa. Falam, falam, falam e quase nada acontece. (Trecho de uma conversa ocorrida ao longo de uma entrevista com uma moradora do Morro do Sapo)

Aproveitando a expressão “Parecia uma festa”, usada pela moradora em depoimento acima, os aspectos que transformaram as inaugurações das UPP em verdadeiros espetáculos não podem ser ignorados na análise do processo de “pacificação”. Cunha alerta sobre essa especificidade da UPP.

Depois da UPP do Morro Santa Marta, a primeira na cidade, as matérias passaram a anunciar de modo festivo a inauguração de cada uma das novas unidades, marcando a novidade que essas ações representariam em relação às implementadas em gestões anteriores (2015, p.44).

Voltando ao assunto referente à incerteza quanto à criação de uma UPP, deve-se sinalizar que esse sentimento que tangencia um certo ceticismo demonstrado pelos moradores, revela que a fase de indeterminação (MENEZES, 2015) teve o seu “marco zero” num momento anterior à inauguração da Unidade de Polícia. Esse sentimento de muitos moradores apenas expõe dois momentos históricos vivenciados por eles. Um pretérito, onde a polícia era

presente de um modo geral apenas nas operações citadas como de repressão ao tráfico de entorpecentes. O outro, em que as informações divulgadas na mídia e de amigos de outras favelas pacificadas minavam a fase do consenso em torno dessa política pública.

A fase de indeterminação pré-instalação se prolonga, embora tenha adquirido um novo sentido e importância com a criação da UPP em fevereiro de 2014. Os rumores sobre a possibilidade de uma Unidade de Polícia Pacificadora são substituídos por outros que passam a ter funções auxiliares no entendimento sobre o processo de “pacificação” e como ele interferirá no “clima da favela” (CAVALCANTI, 2014).

Apesar de muita informação ter sido divulgada pela mídia sobre o funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora desde a inauguração da primeira em dezembro de 2008 (UPP Santa Marta) e das informações colhidas pelos amigos de favelas “pacificadas”, alguns moradores mencionam que não foi um processo simples de adaptação. Mesmo para os poucos que me confessaram a sua alegria em ver uma UPP, não se abstiveram de citar um certo desconforto com a presença permanente da polícia. Fato compreensível para moradores que sofreram de alguma forma por anos as ações da polícia através de um modelo inquisitorial e militarizado do Estado ao tratar de questões relacionadas à segurança pública quando elas se dirigem para áreas periféricas como as favelas.

Além das experiências vividas pelos moradores das favelas da Mangueirinha nas distintas fases do processo de “pacificação”, é importante destacar as diversas temporalidades que foram se configurando ao longo de pouco mais de três anos de funcionamento da UPP. Através de uma classificação que utilizou como parâmetro a ausência ou a ocorrência de confrontos armados entre traficantes e policiais, da UPP ou não, foram divididas em três períodos distintos. São eles:

- 1º) Período: Fevereiro de 2014 até o primeiro semestre de 2015 – Raros confrontos armados com significativa redução da letalidade;
- 2º) Período: Segundo semestre de 2015 – Tiroteios à noite ocorrem com frequência;
- 3º) Período: Primeiro e segundo semestre de 2016 até fevereiro de 2017 – Ocorrência de tiroteios também durante o dia.

Cabe salientar que a classificação mencionada, assim como as distintas temporalidades surgiram a partir das percepções dos próprios moradores do conjunto de favelas da Mangueirinha que através das inúmeras conversas informais ou em entrevistas comentavam sobre a ausência ou a frequência dos confrontos armados. “Ocorreu um bang bang das seis da

manhã até três horas da tarde” comentou um morador da Mangueirinha em setembro de 2016. Outro morador relatou a situação vivida por eles de maneira genial comparando a situação que eles estavam enfrentando cotidianamente, ou seja, de correr para fugir dos tiroteios com uma brincadeira de criança, o pique. Porém ele chamou a “brincadeira” de “pique-Iraque”:

“Pra não sair da rotina da favela, bala comendo e a gente se escondendo. O Morador da Mangueirinha tá brincando de pique-Iraque quase todos os dias. A tranquilidade acabou. É tiroteio toda hora, manhã, tarde e noite. Sábado, domingo, feriado...” (Trecho de uma conversa informal com um morador da Mangueirinha que está na faixa etária de 20 a 30 anos)

Outra temporalidade importante está relacionada com os rumores sobre o possível fim da UPP do Complexo da Mangueirinha. Nesse jogo com o futuro da UPP não houve nenhuma menção que tenha relacionado o término dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro com o fim da “pacificação”. Entretanto, muitos moradores acreditam na possibilidade do fim da UPP devido à crise financeira do estado. Alguns chegaram a mencionar que isso já vem ocorrendo de maneira gradativa.

“É uma pena o que esses políticos ladrões estão fazendo. E ainda por cima não têm coragem de acabar de uma vez. Ficam tirando os policiais e fingindo que está tudo normal. Mas quem mora e vive aqui sabe que a UPP tá acabando” (Trecho de uma conversa informal com uma moradora do Santuário)

No jogo com o futuro da continuidade do processo de “pacificação” da Mangueirinha a crise financeira atual tem uma grande contribuição para uma nova fase de indeterminação vivenciada pelos moradores, após um período onde foram percorridos as fases de problematização, testes e estabilização (MENEZES, 2015).

2. As Geo (grafias) cotidianas dos “invadidos” com a “pacificação”

(...) No meio de uma guerra
Foi onde eu nasci
O berço da exclusão foi onde eu cresci
Não me intimidei
Foi preciso resistir
Faço parte do quilombo comandado por Zumbi (...) Emivi – M.V. BILL

O trecho da música apresentado foi cantada por um morador após eu perguntá-lo sobre a sua vida na favela antes e depois da UPP. Para ele as letras do M. V. Bill explicavam melhor do que ninguém a sua vida na comunidade. Sem aprofundar, concluiu que “com a chegada da polícia, algumas coisas melhoraram e outras não”.

Observei ao longo da pesquisa que muitos moradores do Complexo da Mangueirinha tinham uma atitude semelhante ao morador citado há pouco, ou seja, davam respostas evasivas a algumas perguntas, principalmente aquelas relacionadas a presença de policiais. Reação extremamente compreensível resumida por um morador da seguinte forma:

“Na escola da vida, aprendi que o melhor jeito de viver na favela é evitar problema. Aqui na Mangueirinha é um olhando mil e mil olhando um. Nada passa batido. Sou cego, surdo e mudo. Quem não é visto, não é lembrado. Entendeu? (Trecho de uma conversa após a entrevista com um morador do Santuário)

Apesar da negação de alguns ou de respostas evasivas de outros, foi possível colher muitas informações dos moradores sobre o cotidiano de suas vidas antes e a partir da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora. Muitos não se furtaram em apontar o que melhorou e piorou com a “pacificação”. Tampouco deixaram de descrever algumas peculiaridades geradas pelo sentimento de invasão com a chegada e permanência da polícia nas favelas.

Mesmo confessando um certo incômodo e estranhamentos, a maioria dos moradores disseram que o primeiro ano de funcionamento da UPP foi positivo, principalmente sobre as questões relacionadas aos confrontos armados. “Nos primeiros meses, raramente se ouvia tiros na favela” disse um morador. Relatos semelhantes confirmaram essa mesma situação.

Além da diminuição sensível dos tiroteios no primeiro ano de funcionamento da UPP, os moradores observaram que não havia mais a presença de pessoas andando armadas pelas ruas.

“No início foi maravilhoso não encontrar ninguém mostrando a arma na rua quando eu buscava a minha filha na creche. Era bom para os meus filhos. Eles não viam mais ninguém armado na rua”. Não era o exemplo que eu queria pra eles. (Depoimento de uma moradora da Mangueirinha)

A estrutura e o caráter estruturante das UPPs (MIAGUSKO, 2016) são responsáveis por essas mudanças iniciais, como a diminuição dos confrontos armados, da letalidade e da visibilidade dos traficantes através de armas e venda de drogas. Esses impactos incipientes certamente ocorreram em todas as favelas “pacificadas”. A presença permanente de policiais provocou indeterminações também para os traficantes, que iniciaram um “período sabático” antes de uma possível reconfiguração do mercado informal de drogas. Isso incluía por motivos óbvios, evitar andar armado pela favela.

Atualmente, como já observado, os tiroteios voltaram a ser frequentes, inclusive durante o dia. Também é possível presenciar pessoas armadas após caminhar alguns minutos pelas ruas das favelas “pacificadas”. Assim como as chamadas bocas de fumo. Porém, os traficantes adotam a estratégia de venda em pequena quantidade e de maneira itinerante, sempre se deslocando quando detectam alguma ameaça. O jogo de gato e rato (MENEZES, 2015) continua, mas exige ainda mais dos atores envolvidos estratégias de antecipação e planejamento.

Os assuntos relacionados aos conflitos entre policiais e traficantes em favelas “pacificadas” são sempre delicados. Afrontar um aparelho legitimador do Estado através de confrontos armados pode ser uma estratégia que promove críticas sobre a eficiência do projeto das UPPs, mas ao mesmo tempo que pode ser utilizada para reforçar o argumento da intensificação da militarização das periferias como solução para resolver o problema da violência urbana. Sobre esse aspecto, exemplos concretos ocorrem frequentemente após a divulgação feita pela mídia de um confronto armado envolvendo traficantes, onde o Estado responde a uma demanda de parte da sociedade civil através do aumento efetivo de policiais ou promovendo novas operações.

Ainda sobre o tema envolvendo confrontos em favelas, principalmente “pacificadas”, moradores do Complexo da Mangueirinha fizeram algumas observações relevantes que podem contribuir bastante para o debate sobre segurança pública. Alguns, principalmente os mais jovens, interpretaram a permanência da polícia na favela e os consequentes conflitos e confrontos gerados nessa relação sob outros prismas. Nesse contexto, disseram que a UPP faz uma espécie de segurança para o tráfico, pois ele continua existindo, apesar das mudanças na organização e nas estratégias de venda.

Outros moradores da Mangueirinha comentaram sobre algumas reações dos traficantes na atualidade, que são motivadas em grande proporção pelo sentimento de medo de um eventual ataque ou possível invasão de grupos criminosos de facções rivais, já que esses inimigos sabem sobre a diminuição do poder bélico nas favelas com UPP e vislumbram esse momento de fragilidade bélica como uma janela de oportunidades. Essas teorias nativas revelam que as indeterminações “voltaram”, principalmente após rumores de que a UPP vai acabar devido à crise financeira que o estado do Rio de Janeiro vem enfrentando.

Sem dúvida a relação entre policiais e moradores é um dos temas mais importantes e complexos envolvendo o processo de “pacificação” do Complexo da Mangueirinha. A sua complexidade relaciona-se a um longo embate que emergiu com a UPP, onde a memória coletiva acumulada entra em choque com a memória oficial desejada. Como mudar a mentalidade do morador da favela? Como assimilar que o policial da UPP é diferente dos demais? Um grande desafio para a vitalidade da UPP certamente “é a longa e épica jornada em busca da proximidade perdida” (MUNIZ e MELLO, 2015, p.46).

Um exemplo da relação delicada mencionada no parágrafo anterior e que esclarece a existência de “uma espécie de jogo de ressentimentos recíprocos entre polícia e favela” (MUNIZ e MELLO, 2015, p.59) foi relatada por um comerciante da Mangueirinha.

“Tava muito quente. Fazia muito calor na favela. Vi um policial por horas no sol em frente à loja. Fui lá, dei um boa tarde e perguntei se ele estava com sede e queria uma água gelada. Ele agradeceu, mas perguntou se esse gesto não o prejudicaria. Insisti e depois de um tempo ele aceitou o copo de água. Depois de um tempo, apareceu um cara me perguntando se eu estava fechado com os caras. Disse que apenas dei um copo de água que ele me pediu. Antes dele ir embora disse que não tinha como negar um copo de água para alguém que está armado com um fuzil em frente a minha loja. Ele saiu dizendo já é, já é. Tranquilidade. É por isso que a gente evita falar com a polícia.” (Trecho que fez parte da entrevista com um morador da Mangueirinha que tem um comércio na mesma localidade há mais de 30 anos)

Outro ponto conflituoso da relação entre policiais e moradores com a “pacificação” refere-se à normatização imposta pelos policiais no cotidiano daqueles que vivem ou frequentam os espaços da favela. Nos primeiros meses não houve negociação com os moradores e nem com a Associação de moradores do morro do Sapo sobre os bailes funks.

Eles simplesmente foram proibidos. Também foram impostas outras regras, como por exemplo, horário limite para as festas, tipos de música e o volume que elas eram ouvidas, uso de capacetes em motocicletas, horário de circulação de moradores pelas ruas entre outros.

Moradores descreveram que após alguns meses de tensão e de insatisfação, começaram a ocorrer uma certa flexibilização em relação aos padrões de comportamento impostos. Todavia, assim como Menezes (2015) identificou em sua pesquisa, a ocorrência de festas como o chamado Pagofunk dependia do plantão de policiais que estavam trabalhando. Ao frequentar esse evento uma vez junto com o meu irmão, numa sexta-feira à noite, observei que ele funcionava com algumas restrições, como, por exemplo, sobre o tipo de música que poderia ser tocada durante a festa e o uso de drogas como maconha e cocaína. Nesta noite, apenas uma vez, vi a presença temporária de alguns policiais da UPP.

Após a experiência do Pagofunk³⁸, sempre que eu tinha a oportunidade, mencionava sobre o seu funcionamento nas conversas informais com os moradores. A maioria manifestava como positivo a sua ocorrência, desde que fossem respeitadas algumas regras (tipos de música, horário para o término, uso de drogas entre outros). Ao longo das conversas, dois moradores usaram o anonimato dos rumores para expor uma delicada regra de funcionamento do evento: “Ouvimos dizer que o baile só funciona depois das duas quando estão na favela os canas (policiais) que aceitam arrego”.

Outra reclamação recorrente, tratava das revistas de policiais em moradores. Elas eram consideradas abusivas por alguns moradores. Um deles, residente do morro do Sapo disse que se sentia perseguido, pois era frequentemente revistado. Comentou que:

“Tem pessoas que passam por eles mais cem vezes que eles não fazem nada. Podem passar com um AK escondido que eles não tão nem aí. Mas comigo é diferente. Nem preciso passar perto deles. Eles me procuram. Sempre ficam de historinha perguntando onde eu escondi o bagulho. Tô de saco cheio deles. Já disse mil vezes que nem beber eu bebo. Mas não adianta nada. Passo do outro lado da rua e eles me chamam. Mandam eu calar a boca e enfiar a mão no meu bolso perguntando sobre a maconha e o pó.” (Trecho de um depoimento fornecido por um morador do Morro do Sapo que está na faixa etária entre 21 a 40 anos)

³⁸ O evento denominado Pagofunk ocorria quinzenalmente às sextas-feiras na favela da Mangueirinha a partir de meados de 2015. No início de 2016 ele foi suspenso depois que uma pessoa foi assassinada durante o seu funcionamento.

Todas as práticas mencionadas de tentativa de normatização da vida e estabelecimentos de determinado padrão de comportamento no perímetro da favela, revelam algumas importantes questões que fomentam reflexões sobre as práticas aplicadas pelos agentes estatais em áreas “pacificadas”. De um modo geral, muitos interpretam o significado de cidadania de maneira desigual para os moradores dessas áreas, onde a conquista de alguns direitos sociais e civis somente pode ser ampliada de maneira tutelada.

Nesse jogo envolvendo o embate entre a *cidadania ampliada versus cidadania tutelada* também é importante colocar na pauta de análises temas fundamentais para esse debate, como a autoridade policial e os seus dilemas em favelas “pacificadas”, o limite tênue que envolve as relações de sujeição e obediência dos moradores e principalmente as relações sociais que caminham entre a “multiplicidade das leis do mundo e a finitude do mundo das leis” (MUNIZ e MELLO, 2015, p.56). Seguir uma orientação que não considere leis e regras como sinônimos é um passo fundamental na busca por soluções que envolvem esses e demais assuntos conflituosos.

3. Como os “invadidos” avaliam o processo de “pacificação” da Mangueirinha

Nos últimos meses de pesquisa realizei uma série de entrevistas domiciliares junto aos moradores das favelas do Complexo da Mangueirinha. Procurei entrevistar aquelas pessoas que eu tinha adquirido algum tipo de vínculo social ao longo da minha vivência nos espaços do conjunto de favelas.

Com a estratégia citada busquei estreitar as relações com o objetivo de atenuar uma possível desconfiança. Fato que se mostrou presente em algumas ocasiões. Busquei diminuir as suspeitas explicando em detalhes o meu trabalho e os objetivos principais da minha pesquisa. Como já fora mencionado, muitos expressavam uma certa surpresa ou quiçá estranheza com o fato de alguém se interessar por aspectos da favela em que vivem. Algumas pessoas perguntaram se o meu trabalho tinha a finalidade de colher informações para a Prefeitura Municipal ou se eu estava realizando uma pesquisa para algum candidato ao cargo de Vereador do município de Duque de Caxias.

Ultrapassando essas barreiras, apliquei um roteiro de entrevistas semi-estruturado com o objetivo de mensurar as possíveis mudanças no cotidiano dos moradores a partir da “pacificação” e também compreender como eles avaliam essa política pública. A seguir

encontra-se o conjunto de perguntas aplicadas nas entrevistas domiciliares. Como etapa final da pesquisa elas foram aplicadas nos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017.

- 1- Como é a sua rotina durante a semana? E nos finais de semana?
- 2- Você poderia mencionar quais são os dois principais problemas na comunidade em que mora?
- 3- Você acha que nos últimos dois anos a sua vida melhorou ou piorou? Em que melhorou e/ou em que piorou?
- 4- Você se sente seguro ou inseguro morando na Mangueirinha?
- 5- Com a entrada da UPP, o que mudou no seu cotidiano, de sua família e da comunidade?
- 6- A UPP ajuda a resolver o conflito entre os moradores? De que forma?
- 7- Você tem contato com pessoas de outras comunidades pacificadas? Frequenta alguma? O que tem de semelhante e de diferente em relação à UPP da Mangueirinha?
- 8- Como você avalia os policiais da UPP? Como eles atuam? São diferentes dos outros tipos de policiais? Você tem contato com eles?
- 9- Para você, quais são os pontos positivos e negativos da UPP?
- 10- Qual a sua opinião sobre a política de “pacificação” implementadas nas comunidades do Rio de Janeiro?
- 11- Você sabia que a UPP da Mangueirinha é a única fora da cidade do Rio de Janeiro?
- 12- Por que você acha que instalaram uma UPP aqui? Por que não escolheram outra comunidade de Duque de Caxias?
- 13- Você acha que o projeto vai acabar ou continuar? Gostaria que acabasse ou continuasse? Por quê?
- 14- Você mudaria alguma coisa na UPP daqui? O que?
- 15- De 0 a 10, que nota você atribui a UPP daqui? Por que você deu essa nota?

Antes de iniciar as perguntas acima, procurei desenvolver um pequeno perfil dos entrevistados. Com esse propósito fiz algumas perguntas, como por exemplo, nome, idade, profissão, nível de escolaridade, estado civil, número de filhos, renda familiar *per capita* entre outros aspectos que foram fundamentais para compreensão de diversos aspectos sociais, que auxiliaram as análises referentes a vida dos moradores com a “pacificação”.

A seguir, serão apresentadas algumas tabelas e/ou dados com as respectivas observações que retratam um sucinto perfil socioeconômico dos moradores entrevistados.

GÊNERO	%	N
MASCULINO	63,6	14
FEMININO	36,4	08
TOTAL	100	22

Sem nenhuma pretensão de analisar o conteúdo das entrevistas a partir de uma discussão de gênero, cabe esclarecer que as mulheres entrevistadas não se furtaram em responder nenhuma das perguntas, assim como em raros momentos demonstraram receio em tocar assuntos polêmicos.

Dessa forma, apesar das entrevistas com moradores do sexo feminino representarem um percentual menor (36,4% do total) em relação aos moradores do sexo masculino, as informações colhidas com as mulheres foram extremamente profícuas devido à profundidade com que os temas eram explorados. Já com os homens, representando a maioria dos moradores entrevistados (63,6% do total), ocorreram alguns casos onde claramente havia um desconforto com determinadas perguntas, principalmente aquelas que envolviam assuntos como o contato ou as práticas policiais. Em alguns desses momentos, os entrevistados usaram diversos recursos, como a utilização dos rumores, respostas sucintas ou evasivas, ou simplesmente afirmaram que não sabiam responder.

FAIXA ETÁRIA	%	N
ATÉ 20 ANOS	4,5	1
DE 21 ATÉ 40 ANOS	68,2	15
DE 41 ATÉ 60 ANOS	18,2	4
61 ANOS OU MAIS	9,1	2
TOTAL	100	22

Em relação à faixa etária é importante esclarecer dois pontos importantes. O primeiro refere-se ao percentual de quase 70% dos entrevistados na faixa de idade de 21 até 40 anos. Essa expressiva maioria deve-se ao capital social estabelecido inicialmente, onde os primeiros vínculos de convivência foram sendo construídos. Outro ponto relevante refere-se aos entrevistados com até 20 anos de idade, representando o menor percentual (apenas 4,5% do total). Esse foi o grupo que se mostrou mais resistente à entrevista, sendo a faixa etária que mais se negou a responder qualquer uma das perguntas do questionário. Com esses grupos, as conversas informais em que eu não me identificava como pesquisador, revelaram-se mais frutíferas.

O receio de muitos jovens de conversarem sobre alguns assuntos referentes ao processo de “pacificação” é perfeitamente compreensível quando pesquisas recentes (MENEZES, 2015; VILAROUCA e RIBEIRO, 2016) e os seus próprios depoimentos revelam que eles são o principal alvo das ações policiais (abordagens, revistas entre outros) nas favelas com Unidades de Polícia Pacificadora. Percentual que cresce quando junta-se, além da faixa etária, questões de gênero e cor da pele, ou seja, grupo de homens jovens pardos ou negros.

Em relação ao estado civil, a maioria dos entrevistados (68,2% do total) declararam que são casados ou que possuem uma união estável não documentada. Desse percentual, todos possuem pelo menos um filho. Aliás, característica presente na maioria daqueles que se declararam solteiros. Cerca de 71% daqueles que se declaram solteiros também tem no mínimo um filho. Em todos esses casos, as mães ou as suas famílias são responsáveis pela criação das crianças.

RENDA PER CAPITA FAMILIAR	%	N
ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO	27,3	6
ACIMA DE MEIO ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO	68,2	15
MAIOR QUE UM ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS	4,5	1
TOTAL	100	22

Associado a renda *per capita* familiar, o nível de escolaridade auxilia na análise sobre o nível de renda, empregabilidade e ocupação dos entrevistados. Sobre esse aspecto apenas 9% do total possuem nível superior incompleto enquanto 36,4% não chegaram a concluir o Ensino Fundamental. As principais alegações dos entrevistados para o baixo nível de escolaridade da maioria relaciona-se à necessidade de trabalhar para ajudar na complementação da renda familiar ou a saída da escola devido aos filhos.

Como a última tabela mostrou, a maioria dos entrevistados (68,2% do total) possuem uma renda familiar entre meio e um salário mínimo³⁹. De um modo geral, a maioria dos moradores entrevistados que compõem esse nível de renda familiar não possuem empregos formais. O relato de um desses moradores fornece um excelente exemplo desse grupo.

“Tem um ano e meio, mais ou menos, que estou desempregado. Fui mandado embora da firma, mas não fiquei parado. Tenho uma filha pra criar. O que pintar eu faço. Ajudante de pedreiro, camelô. Ajudo na pizzaria final de semana. O negócio é não ficar parado esperando cair do céu. A minha mulher também é guerreira. Sempre que pinta uma faxina ela pega. Aí a nossa filha fica com a minha sogra, que sempre dá uma moral”. (Trecho da entrevista com um morador do Santuário)

Traçar um breve perfil socioeconômico dos entrevistados forneceu subsídios importantes na busca por reflexões que têm por objetivo uma melhor compreensão da vida cotidiana dos moradores da Mangueirinha com a “pacificação”. Associado às perguntas, desenvolveu-se um material de análise para possíveis avaliações dessa política pública.

As primeiras perguntas do questionário tiveram duas finalidades básicas. Uma delas foi iniciar as perguntas como temas considerados menos delicados de serem abordados pelos

³⁹ Foi utilizado o salário mínimo de R\$ 880,00 para o cálculo da renda per capita familiar, apesar de algumas entrevistas terem ocorrido em janeiro de 2017, quando o Governo Federal já tinha instituído um reajuste do salário mínimo para R\$ 937,00.

moradores. Dessa forma, procurou-se evitar eventuais atitudes de rejeição ou de insegurança. Por isso, não há nenhuma menção direta sobre a UPP. Outra finalidade das perguntas iniciais, teve o objetivo de permear de maneira mais detalhada sobre a vida cotidiana das famílias residentes nas favelas que compõem o Complexo da Mangueirinha.

De um modo geral, a maioria dos entrevistados comentaram sobre as suas rotinas de trabalho, quando o tema abordado foi a sua rotina durante a semana. “Ganhar o pão de cada dia” ou “trazer o leite das crianças” foram frases usadas em mais de uma ocasião. Já os depoimentos referentes à vida cotidiana nos finais de semana, revelaram uma certa insatisfação ou incômodo em relação ao controle e/ou proibições de festas, principalmente o baile funk. Um entrevistado comentou que:

“Agora ficou muito chato no final de semana. Quase não tem baile. Sexta e sábado era certo. Todo mundo curtindo. E agora? Quando quero curtir tenho que sair da minha comunidade. Aqui é mais tranquilo. Conheço geral. Sou cria da favela. Aí, pra curtir um baile tenho que ir para uma outra comunidade.” (Trecho da entrevista com um morador do Corte 8)

O controle e o cerceamento da vida cotidiana dos moradores de favelas por agentes do Estado não se limita apenas às festas como os pagodes e bailes em locais públicos. É muito comum citações relatando casos diversos onde os policiais interferem em situações que não correspondem as suas competências específicas, infligindo ou colocando em xeque questões ligadas ao Direito Constitucional, como, por exemplo, a inviolabilidade da moradia.

Interferências de instituições e gestores públicos do Estado na vida privada dos cidadãos ocorrem frequentemente nas cidades brasileiras. Porém, essas práticas são ainda recorrentes na vida dos moradores favelados, inclusive sendo justificadas com elevado grau de permissividade por diversos segmentos da sociedade. Novamente imperam práticas interpretadas a partir da “metáfora da guerra” (LEITE, 2012) e da criminalização da pobreza. Espantoso ou não, depoimentos e conversas informais com moradores da Mangueirinha mostraram que entre eles, há pessoas que não apenas aceitam essas ações, creditando um caráter legítimo e necessário para a “pacificação”. “O justo paga pelo pecador” disse uma jovem moradora da Mangueirinha. A mesma acrescentou ainda:

“Infelizmente os policiais tem que agir dessa forma. Na favela, a maioria é trabalhador. É honesto. Mas tem bandido, traficante. Todo mundo sabe disso.

E na hora que o picho pega, fica escondido ou se passando de trabalhador. Bom não é, mas se a polícia bater aqui dizendo que tá atrás de alguém que se escondeu, eu vou entender. Ainda mais que tem morador amigo de traficante, que dá guarita até tudo ficar calmo” (Trecho de uma conversa com uma moradora da Mangueirinha ocorrida ao longo da entrevista)

Apesar de alguns moradores confessarem que gostaram quando os bailes funks acabaram ou diminuíram, a grande maioria reclamou das práticas compulsórias praticadas pelos policiais da UPP. Também relataram duas atitudes consideradas mais incômodas na percepção deles. Uma fez referência à falta de diálogo entre moradores e policiais para a tomada de decisões que interferem diretamente no cotidiano da favela, evidenciando ações e estratégias extremamente verticalizadas e hierarquizadas, incompatíveis com um policiamento de proximidade. A outra refere-se à rapidez com que essas práticas oscilam, sendo ora permitidas, ora proibidas. Sobre essa oscilação, uma moradora do Santuário explicou essas atitudes da seguinte forma:

“Confesso que até gostei quando os policiais acabaram com os bailes. Um deles acontecia aqui pertinho de casa. Rolava proibidão até de manhã. A gente não conseguia dormir direito. Mas acho que a saída não é proibir de vez. Tem que conversar. Tem gente que só tinha o baile pra se divertir. Mas o pior de tudo é que a gente nunca sabe o que pode ou não. A gente fica perdida. Tem semana que pode rolar festa até na madrugada. Tem semana que não. Isso é muito ruim. Ou pode ou não pode. Uma amiga disse que uma vez perguntou aos policiais por que tinha que desligar o som dentro de casa. Eles falaram: tem que desligar porque a gente quer. Aí já é marra demais”.

Sobre os principais problemas nas favelas relatados pelos entrevistados, as respostas foram bastante diversificadas. Com exceção de poucos depoimentos que apontaram, por exemplo, o preconceito que o morador de favela sofre, muitos expuseram a carência de políticas públicas na Mangueirinha. “Não tem posto de saúde”; “só tem campo de futebol pra lazer”; “não tem oportunidade para jovens” foram alguns dos comentários extraídos nas entrevistas. Um morador chegou a relacionar as promessas de melhorias dos serviços públicos na favela com a chegada da UPP dizendo:

“Quando botaram a UPP aqui, o prefeito disse que agora ia fazer e acontecer. Disse que ia ter saúde e oportunidade para as crianças. De lá pra cá, até hoje, só reformaram os campos e colocaram uns aparelhos de musculação ali no Tricolor. E mais nada. Só promessa.” (Trecho de uma conversa informal com um morador do Santuário com idade inferior a 20 anos)

Ainda sobre o tema políticas públicas, é pertinente elucidar que muitos moradores, além das críticas, apontaram algumas melhorias nos serviços públicos, principalmente em relação à iluminação pública. Também elogiaram a regularização feita pela empresa responsável pela distribuição de energia. “Agora eu recebo conta” foi uma frase bastante ouvida ao longo da pesquisa.

Receber uma conta de energia, fato trivial para as residências no asfalto, tem uma grande importância para os moradores de favelas. Através desse comprovante de residência é possível resolver algumas situações que pareciam insolúveis, como uma simples comprovação exigida num cadastro de empregos. Ou, por exemplo, a identificação do endereço junto a uma loja varejista para a entrega de um eletrodoméstico.

Além das questões concretas citadas anteriormente, deve-se salientar o contexto simbólico envolvendo toda essa conjuntura, ou seja, a posse de um comprovante de residência através de uma conta de energia remete a uma nova representatividade onde a moradia transforma-se enfim numa residência, numa espécie de certidão de nascimento da casa, que passa a existir não apenas para a favela, como também para o mundo.

Em relação às condições de vida nos últimos anos, principalmente no período a partir da “pacificação” e às questões relacionadas à sensação de (in)segurança, quase todos os comentários compararam o primeiro ano de funcionamento da UPP com a realidade atual. Disseram que o ano de 2014 foi muito bom. Apesar dos impactos gerados pela presença constante de policiais, eles elogiaram o fim dos intensos tiroteios e da presença constante de homens fortemente armados. Com o fim do “fogo cruzado” (MENEZES, 2015) nesse período, moradores mencionaram um aumento da sensação de segurança. Fatos triviais como levar a filha para creche ou ficar conversando por mais tempo em frente ao portão de casa foram citados como aspectos positivos durante o funcionamento da UPP ao longo do seu primeiro ano de funcionamento.

Atualmente, numa nova temporalidade, o fogo cruzado voltou⁴⁰. O medo de ser vítima de uma bala perdida⁴¹ é iminente. Homens armados e com rádios transmissores voltaram a fazer parte da paisagem da Mangueirinha. Inclusive atacando a sede da UPP⁴². Assim como, é possível visualizar, mesmo com as mudanças na configuração do tráfico, a venda de varejo de entorpecentes. O toque de recolher e as ordens para o fechamento dos comércios também voltaram em casos de mortes de traficantes. Um comerciante relatou o que aconteceu após a morte de um traficante da favela em agosto de 2016:

“Quando o bruxo foi baleado e morto pela polícia, logo vieram aqui e mandaram eu fechar as portas. Eu disse que respeitava a ordem, mas que eu estava esperando dois clientes e se eu fechasse perderia aquelas vendas. Estava precisando do dinheiro pra pagar uma conta vencida. Então eles permitiram que eu ficasse com a metade da porta aberta e que assim que os clientes aparecessem eu deveria fechar tudo. Mas quase todo mundo fechou. Ficou só eu e a farmácia aberta com meia porta”. (Trecho de uma conversa informal com um comerciante e morador da Mangueirinha)

Com certeza essa temporalidade, onde os confrontos são frequentes, influenciaram nas respostas referentes à pergunta sobre a sensação de segurança. Entre os entrevistados, a maioria declarou sentir insegurança. Sentimento que torna-se ainda mais latente quando é alimentada pelos rumores de que a UPP acabará devido à crise financeira do Rio de Janeiro. Para muitos, os confrontos que estão acontecendo com frequência na Mangueirinha evidenciam os últimos sinais vitais da “pacificação”.

⁴⁰ Em 12 de abril de 2016 o jornal extra publicou uma reportagem com o seguinte título: “RJ tem ônibus queimados após dois baleados em operação da PM - Policiais da UPP Mangueirinha entraram em confronto com bandidos. Feridos foram levados ao Hospital Municipal Moacyr do Carmo”. (Fonte: <http://extra.globo.com>. Acesso em 15 de dezembro de 2016)

⁴¹ Numa das entrevistas, um morador mencionou que não tinha medo de bala perdida. “O problema é a bala achada” comentou.

⁴² “A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Mangueirinha, em Duque de Caxias, foi atacada a tiros na noite de terça-feira, 22 de setembro. De acordo com a Polícia Militar, bandidos dispararam armas de fogo quando passaram em frente à base da UPP na Pedra do Sapo, na Rua Araruba. Ninguém ficou ferido. O ataque ocorreu por volta das 21h30m. Os policiais recolheram pelo menos cinco cápsulas de balas dentro da base da UPP. Os tiros atingiram as paredes da base”. (Fonte: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/bandidos-atacam-base-da-upp-mangueirinha-em-duque-de-caxias>. Acesso em 15 de dezembro de 2016)

Uma informação colhida nas entrevistas merece destaque para futuras análises de pesquisadores e de Órgãos estatais, como o Instituto de Segurança Pública (ISP). Trata-se do elevado percentual de entrevistados que não sabiam que a Unidade de Polícia Pacificadora do Complexo da Mangueirinha é a única UPP, até o momento, que localiza-se fora dos perímetros do município do Rio de Janeiro. Dado que contrasta com a informação disponibilizada por todos os entrevistados, ou seja, que exercem contatos com pessoas de outras favelas “pacificadas”.

Não há pecado dos moradores em desconhecer a informação mencionada no parágrafo anterior. Entretanto, a divulgação dessa singularidade da UPP da Mangueirinha pode ser pensada e utilizada de maneira propositiva pelos gestores da segurança pública. Mesmo que fossem ineficazes, as ações geradas pela singularidade citada seriam ainda melhores do que simplesmente ignorar essa peculiaridade.

O desconhecimento da singularidade citada sobre a UPP da Mangueirinha foi acompanhada de uma reação de surpresa pela maioria dos entrevistados. Fato que no mínimo acende reflexões sobre as estratégias e práticas de comunicação desenvolvidas pelos gestores públicos. A escolha em colocar em segundo plano ou dar mais atenção a esse aspecto da política de “pacificação”, pode tanto dificultar as ações de efetivação de uma polícia de proximidade quanto criar mecanismos que auxiliem esse processo.

Em relação às possíveis explicações dadas pelos moradores sobre a singularidade da UPP da Mangueirinha, inclusive da sua escolha em detrimento de outras favelas do próprio município de Duque de Caxias, a resposta que mais se repetiu, atribuiu a necessidade de conter a violência local. A Fama de favela extremamente violenta conquistada ao longo dos anos por traficantes ligados ao Comando Vermelho foi a justificativa mais repetida pelos moradores entrevistados.

Grande parte dos entrevistados gostariam que a política de “pacificação da Mangueirinha continuasse por tempo indeterminado, mas que essa política retomasse algumas características do primeiro ano de funcionamento. Porém, com muitas mudanças. Entre elas, foram citadas alguns pontos importantes, como por exemplo: um aumento do efetivo policial, um sistema de fiscalização da conduta dos mesmos, a construção de canais de diálogo onde as decisões pudessem ser debatidas com a população local, a efetivação de políticas públicas voltadas para saúde e educação entre outros. A fala de dois moradores entrevistados retratam bem esse contexto.

“Não achei ruim a chegada da UPP aqui na Mangueirinha. É lógico que não é como ficam falando na televisão. Não gostaria que acabasse, mas muita coisa tem que mudar. Tem que ter mais polícia circulando pela favela. Mas eles não podem achar que podem fazer tudo. (Trecho de uma entrevista com uma moradora da Mangueirinha)

“Não está tudo bem, mas se a UPP sair de vez, só vai piorar. Vai voltar tudo como era antes. Mas tem muita coisa pra mudar. Policial tem que parar de marra com morador honesto, trabalhador. Outra coisa: Cadê as promessas? A desculpa não era o perigo. O tiroteio voltou, mas a Prefeitura não tem mais desculpa pra não fazer nada”. (Trecho da entrevista realizada com uma moradora do morro do Sapo)

A conduta e a desconfiança em relação aos policiais foi o item mais mencionado como ponto negativo da UPP, principalmente quanto à resolução de conflitos. Para a maioria dos moradores não há interesse dos policiais em resolver determinadas questões. Um morador reclamou da seguinte maneira:

“Os policiais estão aqui, mas só ficam dentro da sede, no ar condicionado. Outro dia subi lá no Sapo e pedi ajuda a um deles. Eu tinha discutido com o meu vizinho e ele disse que era pra eu abrir o olho. Falei pro policial que eu fui ameaçado e ele mandou eu procurar a delegacia pra dar queixa. Se fosse o tráfico tudo já tava certo. Rapidinho eles iam lá e resolviam”. (Trecho de uma conversa informal com um jovem morador da Mangueirinha)

É importante relativizar a opinião de muitos moradores sobre as atitudes dos policiais da UPP quanto à resolução de conflitos. Sem entrar no mérito de interpretar a reação do policial como certa ou equivocada no exemplo acima, cabe refletir sobre a mentalidade do morador que chegou a comparar a maneira do policial em lidar com a situação descrita com a maneira que o traficante resolveria o problema. Sem dúvida, a construção de uma relação entre policiais e moradores em favelas “pacificadas”, que promova canais de confiança entre ambos continua sendo um dos grandes desafios dessa política pública.

Outro ponto negativo citado por alguns moradores refere-se ao aumento do número de furtos às residências após a instalação da UPP. A interpretação mais generalizada entre os moradores acena para o fim do medo que os supostos ladrões adquiriram com o possível

enfraquecimento do tráfico a partir da “pacificação”. Um morador do Corte 8 contextualizou esse problema da seguinte maneira:

“Com a chegada da UPP, o tráfico teve que dar um tempo. Eles voltaram, mas não é como antes. Antigamente quem roubava na favela sabia que ia tomar um castigo. No mínimo uma surra. Agora eles estão sem medo. Sabem que não vai acontecer nada.”

Intencionalmente, a última pergunta do questionário foi sobre a atribuição de uma nota dada pelos moradores para UPP que funciona na sua comunidade, numa escala de 0 a 10, seguido de uma justificativa. A média das notas foi de 4,9.

Sobre a avaliação dada pelos moradores entrevistados (4,9), algumas considerações importantes devem ser feitas. A primeira refere-se a uma questão de representatividade, pois devido ao pequeno quantitativo de entrevistados seria um grande equívoco taxar essa nota como aquela que retrata a opinião da maioria dos moradores do Complexo da Mangueirinha. Na verdade, a atribuição de uma nota entre os entrevistados teve o objetivo de compreender melhor o “pacote” UPP.

Outra consideração em relação à nota, refere-se às menções feitas sobre avaliações realizadas em outras favelas com UPP. Por questões metodológicas elas não possuem a finalidade comparativa, apenas ilustrativa. É o caso da pesquisa desenvolvida por Vilarouca e Ribeiro (2016), cujo aprofundamento da análise foi realizado devido aos subsídios gerados pela escala de entrevistados. Para melhor avaliar os resultados, os autores dividiram em dois grupos o conjunto de favelas com UPP. Num total de 20, onde 10 foram classificadas como UPPs antigas (Santa Marta, Cidade de Deus, Batan entre outras) e 10 como UPPs recentes (Alemão, Rocinha, Lins entre outras). Todas localizadas no perímetro do município do Rio de Janeiro.

Sem objetivar possíveis comparações com a pesquisa mencionada, a média da UPP da Mangueirinha ficou abaixo das UPPs antigas (média 6,0) e um pouco acima da média das UPPs recentes (4,5). Mesmo não podendo ser utilizada como parâmetro de representatividade do total de moradores, devido ao pequeno número de entrevistados, essa média associada às justificativas forneceram excelentes caminhos para importantes reflexões sobre o funcionamento dessa política pública e as suas possíveis correções.

Sem ignorar as especificidades de cada conjunto de favelas “pacificadas”, como o tempo de maturação do projeto, o histórico de violência, a localização geográfica entre outras, a avaliação dos moradores ao processo de “pacificação” da Mangueirinha possibilita delinear novos caminhos para a continuidade dessa política pública. Apesar das rejeições e críticas à UPP, alguns comentários fornecidos após a justificativa merecem atenção, principalmente quando são relacionados com outras respostas. Num desses exemplos, um entrevistado deu uma nota abaixo da média, não quis justificar a sua nota, mas é favorável a continuidade da UPP.

IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mesmo com um pé atrás, a gente ficou com esperança quando a UPP chegou aqui. Eu vi o Cabral e o Pezão aqui no morro. Quem imaginaria isso. O Governador aqui no Sapo. Fiquei com esperança. Morador quer viver com tranquilidade na favela. Chega de violência, a gente quer paz!” (Trecho de uma conversa informal com um jovem morador do morro do Sapo)

A exclamação do morador do morro do Sapo, em trecho final de sua fala – “Chega de violência, a gente quer paz!” – tem sido pronunciada infinitas vezes pela sociedade civil do Estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas. Episódio que normalmente ocorre após a morte de pessoas consideradas inocentes em decorrência de ações violentas, como, por exemplo, os confrontos entre policiais e bandidos ou as práticas de latrocínio (assalto seguido de morte). Apesar de fomentar uma diversidade de sentimentos com diferentes características (medo, esperança, receio, confiança entre outros), a inauguração da UPP do Complexo da Mangueirinha foi interpretada por muitos moradores como um instrumento que poderia cessar a violência e finalmente trazer a paz.

De uma maneira geral, as inúmeras manifestações e declarações pedindo paz, também pedem o combate à violência como remédio de resolução de conflitos. Combate que geralmente se resume em práticas de repressão, principalmente policial. Por isso, há pouca estranheza em grande parte da sociedade civil quando grupos reivindicam políticas públicas de “pacificação” para uma área através de ações e estratégias de militarização.

Apesar da importância das políticas que criaram e desenvolveram as Unidades de Polícia Pacificadora demonstrada por muitos pesquisadores (BARBOSA, 2012; BURGOS, 2012; CANO, 2012; CAVALCANTI, 2013, MACHADO DA SILVA, 2015; MENEZES, 2015 entre outros), a lógica de militarizar para “pacificar” continua latente no âmbito dos assuntos relacionados à segurança pública.

Curiosamente as práticas de militarização do espaço como mecanismo de “pacificação” pode ser relacionado de uma certa forma com a história do município de Duque de Caxias, já que o seu nome é uma homenagem a um grande personagem da história do Brasil no período Imperial. Trata-se de Luiz Alves de Lima e Silva⁴³, o Duque de Caxias, que pela sua atuação vitoriosa em colocar fim às várias revoltas que ocorreram no Brasil e também na América do Sul durante o Império, foi chamado de o Pacificador. Nesse contexto, o binômio envolvendo militarização e “pacificação” está presente no município há mais tempo do que o pouco mais de três anos de funcionamento da UPP da Mangueirinha, pelo menos na sua formação histórica que envolve o seu nome.

Saindo da abordagem histórica, a questão simbólica envolvendo o processo de “pacificação” da Mangueirinha revelou-se extremamente importante ao longo da pesquisa. Proporcionando ou não uma mudança de paradigma no policiamento em favelas, a única UPP da Baixada Fluminense foi interpretada por muitos moradores da Mangueirinha como uma possibilidade de resolver muitos problemas na favela, principalmente aqueles associados à letalidade. Mesmo sendo inaugurada num período que não havia mais um consenso em relação à eficácia da “pacificação”, nos municípios da Baixada ela ainda simbolizava uma possível mudança ou pelo menos representava caminhos para a sua execução. Essa característica citada ilustra que a questão simbólica em torno da UPP revela outros aspectos além da temporalidade. Ela mostra-se permeada por uma espacialidade que claramente influencia essa dinâmica.

Compartilhando do mesmo entendimento de Giles sobre símbolo, que considera tudo “aquilo que recebe significado através do acordo comum, ou por convenção, ou por costume

⁴³ Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, nasceu em 25 agosto de 1803, na fazenda de São Paulo, no Taquaru, Vila de Porto da Estrela, na Capitania do Rio de Janeiro, quando o Brasil era Vice Reino de Portugal. Hoje, é o local do Parque Histórico Duque de Caxias, no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. Faleceu em 7 de maio de 1880, na Fazenda de Santa Mônica, próxima a Vassouras, hoje Estado do Rio de Janeiro. Através do Decreto 51.429, de 13 de março de 1962 foi consagrado Patrono do Exército Brasileiro. (Fonte: <http://coral.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2003>. Acesso em 03 de março de 2017)

(1993, p. 142), a breve história de funcionamento das UPPs não pode negligenciar as mudanças ocorridas quanto a sua representatividade ao longo do tempo e do espaço. As pesquisas realizadas no Complexo da Mangueirinha revelaram que há um longo caminho a percorrer pelos gestores públicos em relação à esfera simbólica da política de “pacificação”. Ouvir as opiniões e compreender as expectativas pode representar um importante passo para essa tarefa.

Em relação às expectativas dos moradores quanto à eficácia da “pacificação”, algumas foram em grande parte atendidas, principalmente no primeiro ano de funcionamento da UPP. Hoje, muitas dessas expectativas foram se dissipando com a frequência de tiroteios e com o “retorno” do tráfico de entorpecentes. Agravado pela crise financeira do estado do Rio de Janeiro, novas expectativas surgiram, porém misturadas com outros sentimentos, numa amálgama onde eles florescem de acordo com as situações que emergem no cotidiano da favela.

Como já fora mencionado, a maioria dos moradores entrevistados não associavam o fim da UPP da Mangueirinha com o término dos Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio. Aliás, nem faziam associação desse megaevento com as mudanças que estavam ocorrendo na favela. Na atualidade, é recorrente ouvir rumores de que a UPP vai acabar ou afirmações semelhantes a de um morador:

“Na verdade a UPP já acabou. Não é como no primeiro ano. A gente quase não vê polícia dentro da favela. Agente vê ali perto do mercado, no acesso ao campo do tricolor. Uma viatura com dois policiais. Quantos policiais você viu aqui no Santuário hoje? Acredito que nenhum. Eu não vi ninguém. A sede tá lá no Sapo, mas é só pra dizer que tem. O movimento não é bobo. Já se ligou nisso”. (Trecho da conversa ao longo da entrevista com um morador do Santuário de faixa etária de 20 a 30 nos)

A expectativa de que a UPP vai acabar é muito grande entre os moradores entrevistados e entre aqueles que eu conversei informalmente. Mas ela não é a única existente. Moradores também manifestaram, direta ou indiretamente, uma expectativa de continuidade da política de “pacificação”, principalmente funcionando de maneira semelhante ao primeiro ano. É sob esse limiar entre esperança e temor que vivem muitos moradores da Mangueirinha. Aliás, dois sentimentos que caminham juntos.

A esperança de continuidade da UPP da Mangueirinha relevada por alguns moradores não sufocou as inúmeras críticas a essa política pública. A conduta de alguns plantões de policiais, as promessas não cumpridas de melhorias em serviços públicos e a falta de diálogo entre agentes públicos e moradores estão entre mais frequentes pontuações feitas pelos moradores. A nota de 4,9 para UPP numa escala de 0 a 10, longe de aferir uma opinião que represente a maioria dos moradores do Complexo da Mangueirinha, pode ser de grande importância no auxílio para as possíveis correções na política de “pacificação” desse conjunto de favelas, assim como de outras que podem no futuro serem instaladas na Baixada Fluminense.

Quanto às análises que buscaram compreender a criação da única UPP fora do perímetro da cidade do Rio de Janeiro, existem três peças-chave desse quebra-cabeça. A primeira é de ordem econômica. Os investimentos anunciados pelos governos Federal e Estadual e o início de obras importantes como o Arco Metropolitano e o Comperj colocaram o município de Duque de Caxias numa espécie de rota de colisão com investimentos públicos e privados, tanto nacionais, quanto internacionais. Dessa forma, inaugurar no município uma UPP num conjunto de favelas com status de violenta poderia ser um excelente instrumento para proporcionar a sensação de segurança para políticos, empresários e para a sociedade civil com um todo. Essa representatividade atende os chamados interesses “mercadófilos” e numa perspectiva marxista funciona perfeitamente como um instrumento ideológico de classe, uma vez que colabora para a manutenção do *status quo*.

A segunda peça desse quebra-cabeça refere-se ao uso político da violência. Alves (2003) elucidou que essa prática na Baixada Fluminense não é um fenômeno recente. Ao longo da segunda metade do século XX, incontáveis episódios evidenciaram a importância delegada ao uso da violência como mecanismo de enriquecimento e prestígio político. Inúmeros grupos de extermínio serviram de eficientes cabos eleitorais, ajudando a eleger prefeitos, deputados e vereadores. Assim, a criação de uma UPP no terceiro maior colégio eleitoral do Rio de Janeiro (Duque de Caxias) também funciona a partir do uso político da violência. Porém, a lógica se inverte em relação ao passado. Anteriormente, o uso da violência como capital político era alcançada através de práticas efetivas, como as execuções sumárias dos chamados esquadrões da morte. Com as Unidades de Polícia Pacificadora o capital político é alcançado através de um discurso que promete o fim ou a diminuição acentuada da violência, principalmente aquelas que tem como consequência a letalidade.

Cabe salientar, ainda, que o chamado poder paralelo não se enquadra na lógica do uso da violência como capital político na Baixada Fluminense. Isso porque os aparelhos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo foram permeados pelas estruturas de poder local (ALVES, 2003), funcionando em perfeita sintonia e parceria. As chamadas “licenças para matar” são belos exemplos desses entrelaçamentos de poderes.

É dentro do contexto apresentado no parágrafo anterior que a UPP do Complexo da Mangueirinha foi inaugurada, não coincidentemente em fevereiro de 2014, ano de eleições estaduais. Não obstante, participaram da cerimônia de inauguração o então governador do estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, o seu vice e pré-candidato ao governo Luiz Fernando Pezão e um antigo aliado e na época prefeito de Duque de Caxias, Alexandre Cardoso.

Por último, a instalação de uma UPP na Baixada Fluminense e a promessa de outras nessa área da região metropolitana davam uma resposta aos diversos segmentos da sociedade civil que criticavam as escolhas do governo para a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora. Entre as críticas, uma das mais latentes referia-se ao fato das UPPs estarem localizadas, em sua maioria, em favelas de bairros da zona Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro, onde há uma considerável concentração de pessoas com elevado padrão de renda. De forma intencional ou não por parte dos gestores públicos, a verdade é que as críticas citadas tiveram que ser reavaliadas após a criação da UPP da Mangueirinha.

As possíveis reflexões envolvendo a especificidade locacional da UPP da Mangueirinha podem ser consideradas como a principal contribuição nos estudos e análises envolvendo o processo de “pacificação” das favelas do Rio de Janeiro. Como dar segmento a uma política pública numa favela onde o holofote midiático pouco visualiza? Como prosseguir com a “pacificação” num conjunto de favelas onde muitos moradores não tinham conhecimento sobre a sua singularidade, ou seja, a única na Baixada? Como lidar com os rumores, dentro e fora da favela, de que a UPP acabou? A busca por caminhos que ajudem a responder essas e outras perguntas são essenciais para o aprimoramento dessa política pública ou para a elaboração de outras.

Sem dúvida, todas as análises devem partir das experiências empíricas dos atores envolvidos com o processo de “pacificação”. Estudar os processos cumulativos antes e ao longo do funcionamento da UPP. Compreender a memória coletiva acumulada entre esses dois momentos distintos e transformá-la num objeto pedagógico que busque a substituição do confronto pelo conflito como forma mediadora para a resolução de problemas.

Um dos grandes desafios dos gestores públicos é transformar as favelas “pacificadas” em espaços de entendimento, mas sem uma política de segurança domesticadora que se alinha a uma cidadania tutelada para os moradores favelados. Com certeza essa tarefa não é fácil e exige mudanças na mentalidade de inúmeros atores ao lidar com esse assunto.

Entre os gestores públicos, as transformações devem ter início a partir das tomadas de decisão, que já não podem ser mais conduzidas de forma verticalizada de cima para baixo. Canais de diálogo entre “invasores” e “invadidos” não podem ser ignorados ou interpretados como ameaça a “pacificação”. Deve-se lembrar sempre que os processos para a resolução de conflitos são tão importantes quanto a própria solução. Além disso, cabe mencionar que esses processos devem ser cotidianamente aprimorados, pois a solução de um conflito, hoje, pode gerar o confronto de amanhã numa outra circunstância.

A permeabilidade através de sugestões e reflexões dos atores envolvidos nos processos para a resolução de conflitos, além do seu caráter pedagógico, também significa que não há receitas prontas para evitar os confrontos, mas em todos os casos não se deve abdicar de um ingrediente essencial, o diálogo. Somente através dessa prática que se promove uma alteração quanto ao conflito, onde muda-se o foco de resolver para trata-lo.

Em relação aos moradores da Mangueirinha, a construção de mudança de mentalidade também é uma tarefa árdua. Sabe-se que a memória acumulada guarda uma série de ressentimentos, desconfianças e receios quanto às políticas públicas de segurança. Sequelas históricas geradas com base no discurso de combate ao tráfico de drogas, abusando da “metáfora da guerra” (LEITE, 2012) para criminalizar a pobreza e fazer uma “limpeza social”, onde muitas vezes a principal consequência era a letalidade. Uma jovem moradora da Mangueirinha sintetizou de forma clara esse sentimento.

“Não é fácil pra gente mudar de uma hora pra outra. A polícia só entrava aqui pra prender ou matar. Principalmente matar. Entrava e saía. Agora eles estão aí. Às vezes ficam em frente a minha casa. Já até brincaram com a minha filha. Se a UPP continuar aqui, só as crianças que não vão desconfiar. Acho que a gente sempre vai ter um pé atrás. (Depoimento de uma moradora da Mangueirinha)

É lógico que há ressentimentos entre policiais e moradores de favelas e outras áreas periféricas, o que agrava e dificulta uma aproximação. O caminho para uma transformação passa pelo reconhecimento mútuo dos possíveis equívocos nessa relação. Cabe ao Estado

reconhecer as limitações da militarização como instrumento de segurança pública, incentivando o protagonismo dos moradores. Esses, devem se organizar politicamente, passando de meros espectadores para ativistas e protagonistas sociais, em que a “pacificação” seja parte de um amplo conjunto de políticas emancipatórias.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 1987.

ABREU, Maurício. *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro*. Espaço e Debates Nº 37, 1994.

ALVES, José Cláudio Souza. *Violência e Religião: Repensando os conceitos a partir da Baixada Fluminense*. Revista Univ. Rural Sér. Ciênc. Humanas, volume 24 (1-2) Jan/Jun., 2002.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2003.

ALVES, José Cláudio Souza. *Assassinos no poder*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ed. 25, outubro, 2007.

ANSEL, Thiago. *A invenção das ex-favelas*. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br>, 2011.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro olímpico*. 2015.

BARBOSA, Antonio Rafael. “Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro”. Revista brasileira de segurança pública. Vol.6 Nº2, 2012.

BELTRAME, José Mariano. *Todo dia é segunda-feira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

BIRMAN, Patrícia; LEITE, M. P; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá. (orgs.). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro, 2015.

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao Favela-bairro: As políticas nas favelas do Rio de Janeiro”. Em: ZALUAR, Alba [e] ALVITO, Marcos (orgs). Um século de favela. Rio de Janeiro, 2003.

BURGOS, Marcelo Baumann et al. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. Desigualdade e Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n. 11, ago/dez 2011, p. 49-98.

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALCANTI, Mariana. “À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’”. Dilemas: vol. 6 Nº2, 2013.

_____. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela consolidada. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito de Controle Social, Vol. 1, no 1, pp. 35-59, 2008.

CANO, Ignacio. Introdução à avaliação de programas sociais. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CANO, Ignacio (coord). ““Os donos do morro’: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, LAV-Uerj, disponível (on-line) em: <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>. 2012.

CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes. Projeto Unidades de Polícia Pacificadora: O que pensam os policiais. Resultados de 2010, 2012 e 2014 disponíveis em <http://www.ucamcesec.com.br/projeto/unidades-de-policia-pacificadora-o-que-pensam-os-policiais>.

CUNHA, Christina Vital da. O medo do retorno do medo: Um ponto de inflexão no programa das UPPs. Dilemas: Revista de Estudos do Conflito e Controle Social. Vol. 8 nº 1 - jan/fev/mar, 2015.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. Dilemas: Revista de Estudos do Conflito e Controle Social. Vol 4, nº 3, jul/ago/set, 2011.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. Anthropology in the Margins of the State. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

GEERTZ, Clifford. O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 7ª ed., 2004.

GILES, Thomas Ransom. Dicionário de Filosofia: termos e filósofos. São Paulo: EPU, 1993.

GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro. História e direito. Editoras Pallas/PUC, Rio de Janeiro: 2013

_____. e AMOROSO, Mauro. “Golpe militar e remoções das favelas cariocas – revisitando um passado ainda atual”. Acervo: volume 27 nº1, 2014.

GRILLO, Carolina Christoph. O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 1 – Nº 1, 2008.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje. São Paulo. Editora Boitempo. 2003.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v. 6, n. 2, Ago/Set 2012, pp. 374-389, 2012.

LEITE, Márcia Pereira. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 – Nº4, 2014.

LIMA, Roberto Kant de. A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro. Forense, 2ª Ed., 1995.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. O controle do crime violento no Rio de Janeiro. Le Monde Diplomatique Brasil, 67ª Ed., 2013.

_____. A política na favela. In: Dilemas: Revista de estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 Nº4, 2011.

_____. (org), Vida sob cerco: violência e rotina em favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Afinal, qual é a das UPPs? Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles, março de 2010. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo_machado_UPP.

_____. A experiência das UPPs: Uma tomada de posição. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 – Nº1, 2015.

MENEZES, Palloma. Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. Tese (doutorado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. 2015.

_____. Os rumores da “pacificação”: a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, p. 665-683, 2014.

MIAGUSKO, Edson. Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31 nº91, 2016.

MISSE, Daniel Ganem. Cinco anos de UPP: Um breve balanço. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 3, 2014.

MISSE, Michel. Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2011.

MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina C.; TEIXEIRA, Cesar P.; NÉRI, Natasha. Violência para Matar. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ed. 121, outubro, 2015.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MELLO, Kátia Sento Sé. Nem tão perto, nem tão longe: o dilema da construção da autoridade policial nas UPPs. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 15, p. 44-65, 2015.

MUSUMECI, Leonarda; MOURÃO, Barbara Musumeci; LEMGRUBER, Julita; RAMOS, Silvia. Ser policial de UPP: Aproximações e resistências. *Boletim Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro: CESeC, ano 12, n. 14, dezembro de 2013. [http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/files_mf/boletim14.pdf].

PANDOLFI, Dulce; GRYNSZPAN, Mário. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.), *Cidade: Histórias e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção* São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de General- 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA E SILVA, Jailson. As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas. Seminário Aspectos Humanos da Favela Carioca. Rio de Janeiro, Laboratório de Etnografia Metropolitana (Le Metro)-IFCS-UFRJ, maio de 2010.

SILVA, Marcella Carvalho de Araujo; CARVALHO, Monique Batista. Circuitos políticos em uma favela pacificada: Os desafios de mediação. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Nº1 V.8, 2014.

TEIXEIRA, Cesar P. O policial social: Algumas observações sobre o engajamento de policiais militares em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 - no 1, Jan/Fev/Mar 2015.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: Do mito de origem a fevela.com. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VENTURA, Zuenir. Cidade Partida. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIANNA, Adriana. “Tempos, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro”. Em: BIRMAN, Patrícia; LEITE, M. P; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá. (orgs.). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro, 2015.

VILAROUCA, Márcio Grijó; RIBEIRO, Ludmila M. L. Descortinando as práticas de pacificação: Resultados de um survey com residentes em dez UPPs. Trabalho apresentado no seminário internacional “Pacificação: o que é e a quem se destina? Reflexões sobre a elaboração de políticas e ações de pacificação ao longo da história do Brasil”. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, UFRJ e Université Paris Est Marne la Vallée, 3 e 4 de novembro de 2014.

VILAROUCA, Márcio Grijó; RIBEIRO, Ludmila M. L. Dimensionamento dos impactos sociais das UPPs em favelas cariocas. Pesquisa FGV Opinião UPPs Favelas Cariocas, 2016.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, 1999.

_____. (Org.); ALVITO, M. (Org.). Um Século de Favela 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.